

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO EM ADMINISTRAÇÃO**

Marinna Ribeiro Galvão

Experiências vivenciadas pelas mulheres negras discentes dos cursos de medicina
de uma Instituição Federal de Ensino Superior da Zona da Mata Mineira

Juiz de Fora

2026

Marinna Ribeiro Galvão

Experiências vivenciadas pelas mulheres negras discentes dos cursos de medicina
de uma Instituição Federal de Ensino Superior da Zona da Mata Mineira

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Administração da
Universidade Federal de Juiz de Fora
como requisito parcial à obtenção do título
de Mestre em Administração. Área de
concentração: Gestão e Organizações.

Orientadora: Profa. Dra. Tatiana Dornelas de Oliveira Mendes

Coorientador: Prof. Dr. Denis Alves Perdigão

Juiz de Fora

2026

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Galvão, Marinna Ribeiro .

Experiências vivenciadas pelas mulheres negras discentes dos cursos de medicina de uma Instituição Federal de Ensino Superior da Zona da Mata Mineira / Marinna Ribeiro Galvão. -- 2026.

114 f. : il.

Orientadora: Tatiana Dornelas de Oliveira Mendes

Coorientador: Denis Alves Perdigão

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Administração e Ciências Contábeis.

Programa de Pós-Graduação em Administração, 2026.

1. Cotas . 2. Feminismo negro . 3. Mulheres negras na medicina .
I. Mendes, Tatiana Dornelas de Oliveira , orient. II. Perdigão , Denis Alves , coorient. III. Título.

Marinna Ribeiro Galvão

Experiências vivenciadas pelas mulheres negras discentes dos cursos de medicina de uma Instituição Federal de Ensino Superior da Zona da Mata Mineira

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Administração.

Aprovada em 09 de março de 2026.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Tatiana Dornelas de Oliveira Mendes - Orientadora

Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. Dênis Alves Perdigão - Coorientador

Universidade Federal de Juiz de Fora - Campus Governador Valadares

Profa. Dra. Nathália de Fátima Joaquim

Universidade Federal de Lavras

Profa. Dra. Elisângela Prado Furtado

Fundação Dom Cabral

Juiz de Fora, 25/02/2026.



Documento assinado eletronicamente por **Tatiana Dornelas de Oliveira Mendes, Professor(a)**, em 09/03/2026, às 15:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nathália de Fátima Joaquim, Usuário Externo**, em 09/03/2026, às 20:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Denis Alves Perdigao, Professor(a)**, em 10/03/2026, às 11:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elisângela Prado Furtado, Usuário Externo**, em 17/03/2026, às 16:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **2887568** e o código CRC **8E91D577**.

Dedico este trabalho aos meus pais,
Rovilson Donizeti Galvão e Lidiane da
Silva Ribeiro Galvão.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, a Deus e à Nossa Senhora, que estiveram comigo em todos os momentos e cuidaram de tudo.

Aos meus pais e avós, pelo apoio e suporte.

Ao Prof. Denis Alves Perdigão, pela orientação paciente.

À Camila Marques de Carvalho, da Secretaria do Mestrado Acadêmico em Administração – FACC/UFJF, pelo serviço prestado ao curso.

À Profa. Nathália de Fátima Joaquim, pela confiança depositada durante a graduação.

À banca, por sugerir melhorias para o trabalho.

Sucrilhos

Eu tenho orgulho da minha cor
Do meu cabelo e do meu nariz
Sou assim e sou feliz
Índio, caboclo, cafuzo, crioulo
Sou brasileiro (Gomes, 2011).

RESUMO

As pessoas negras, após a escravização, não foram, adequadamente, integradas à sociedade. Os movimentos negros vêm desenvolvendo estratégias de luta para inclusão social dos seus. Com a pressão desse movimento, avanços, como a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 (lei de cotas), foram conquistados. Dessa forma, as pessoas negras puderam entrar na universidade e, entre esses, as mulheres são maioria. Nos chamados cursos imperiais, o percentual de estudantes negros é menor. Anteriormente, as mulheres que podiam estudar medicina, na Faculdade de Medicina da Bahia, primeira escola de nível superior no Brasil, eram brancas. Embora tenha havido evolução, atualmente, a situação é bastante similar. Para as mulheres negras que, nos dias de hoje, estão se graduando em medicina, possivelmente, não têm sido tarefa fácil pertencer a esse ambiente. Esta pesquisa se insere nessa discussão e tem o objetivo de revelar as experiências vivenciadas pelas mulheres negras discentes dos cursos de medicina da Universidade Federal de Juiz de Fora. A pesquisa é de abordagem qualitativa. Quanto à natureza, ela é aplicada. Em relação aos objetivos, o estudo é exploratório. Quanto aos procedimentos, trata-se de um estudo de caso. Oito (8) mulheres negras discentes dos cursos de medicina da Universidade Federal de Juiz de Fora foram entrevistadas. Os resultados mostraram que ser mulher negra no curso de medicina é cansativo, difícil, solitário, uma dicotomia etc.; que os amigos são essenciais para sobreviver no ambiente; que a maioria das agentes não se sente integrada (pertencente) ao curso/à universidade e que as entrevistadas não se sentem representadas no curso de medicina. Conclui-se que a falta de representatividade na graduação em medicina é uma manifestação do racismo estrutural, visto que esse ambiente foi formado para atender a grupos socialmente privilegiados.

Palavras-chave: cotas; feminismo negro; mulheres negras na medicina.

ABSTRACT

Black people, after enslavement, were not planned to be integrated into society. Black movements have been developing strategies to fight for the social inclusion of their members. With the pressure of this movement, advances, such as Law No. 12.711 of August 29, 2012 (quota law), have been achieved. In this way, Black people have been able to enter university, and among them, women are the majority. In the so-called imperial courses, the percentage of Black students is lower. Previously, the women who could study medicine at the Faculty of Medicine of Bahia, the first higher education institution in Brazil, were white. Although there has been progress, the situation is quite similar today. For Black women who are graduating in medicine today, belonging to this environment has possibly not been an easy task. This research is part of this discussion and aims to develop the experiences lived by Black women students in medical courses at the Federal University of Juiz de Fora. The research has a qualitative approach. Regarding its nature, it is applied. Regarding the objectives, the study is exploratory. As for the procedures, it is a case study. Eight (8) black women students of medicine at the Federal University of Juiz de Fora were interviewed. The results demonstrated that being a black woman in medical school is tiring, difficult, lonely, a dichotomy, etc.; that friends are essential to survive in the environment; that most agents do not feel integrated (belonging) to the course/university and that the interviewees do not feel represented in the medical course. It is concluded that the lack of representation in medical school is a manifestation of structural racism, since this environment was formed to serve socially privileged groups.

Keywords: quotas; black feminism; black women in medicine.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BH	Belo Horizonte
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos
PCD	Pessoa com deficiência
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	REFERENCIAL TEÓRICO	17
2.1	Educação superior sob a perspectiva de inclusão social de pessoas negras (cotas, etc.)	17
2.2	Feminismo negro	24
2.3	Mulheres negras na medicina	28
2.4	Racismo estrutural	31
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	34
4	ANÁLISE DOS DADOS	44
4.1	Violências sociais	44
4.2	Táticas de sobrevivência no ambiente	62
4.3	Espaços formais para denúncia do preconceito e do racismo	67
4.4	Pertencimento	70
4.5	Origem escolar e vulnerabilidade socioeconômica	88
5	MELHORIAS SUGERIDAS PELAS AGENTES	92
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
	REFERÊNCIAS	102
	APÊNDICE A – Mulheres negras que dão nome às agentes do trabalho	109
	APÊNDICE B – As agentes do trabalho	110
	APÊNDICE C – Roteiro das entrevistas	112
	APÊNDICE D – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	113

1 INTRODUÇÃO

Na sociedade contemporânea, pessoas negras têm de enfrentar uma série de desafios pertinentes às desigualdades sociais. Conforme o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2017), no Brasil, em 2015, 1,6% da população branca e 3,6% da população negra eram categorizadas como extremamente pobres. No país, nesse mesmo ano, 2,0% das pessoas brancas e 5,3% das pessoas negras eram classificadas como pobres (IPEA, 2017). De acordo com Gutierrez e Sarlet (2006), as pessoas negras¹ estão à margem da sociedade, em função do preconceito racial e do racismo.

Além da sua condição econômica, pretos e pardos têm de lidar, também, com sua origem étnico-racial, que é fonte de discriminação social no Brasil. Segundo o IPEA (2023), no período de 2011 – 2021, os índices de homicídios dos não negros apresentou estabilidade e, posteriormente, queda nos últimos anos. Conforme essa pesquisa, nesse intervalo de tempo, a taxa de letalidade contra negros, por outro lado, após redução entre 2017 e 2019, apresentou crescimento no ano seguinte e certa estabilidade em 2021. O racismo – presente nesses casos e situação pela qual as pessoas negras passam cotidianamente –, de acordo com Almeida (2019, p. 22), “se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam”. Para esse autor, o racismo é sempre estrutural, o que quer dizer que “ele é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade” (2019, p. 15). Noutras palavras, ele está por toda parte, em todos os locais (inclusive nas instituições e organizações), ainda que não se dê conta da sua presença. Essa situação, como mencionado, gera desvantagens profundas à vida da pessoa negra.

Nessa perspectiva, segundo Carneiro (2003, p. 2-3), o “racismo estabelece a inferioridade social dos segmentos negros da população em geral e das mulheres

¹ Definir quem é negro no Brasil é complicado devido ao histórico de branqueamento. Algumas pessoas negras não se identificam como tais, e a definição é mais política e ideológica do que biológica. Diferente dos EUA, onde qualquer descendente de negros pode se identificar como negro, no Brasil, a questão é mais complexa devido a políticas afirmativas e ao conceito de afrodescendente. A genética também adiciona complexidade, revelando ancestrais africanos em brasileiros de aparência branca, tornando a identificação como afrodescendente uma escolha política (Munanga, 2004).

negras em particular”. Atualmente, as mulheres negras se encontram, ainda, na base da pirâmide social. Nesse sentido, há um grupo padrão, que é o dos homens brancos, e três outros (homens negros, mulheres brancas e, por fim, mulheres negras) (Soares, 2000). Sobre isso, Pinheiro (2023, p. 119) afirma que “são os homens brancos que estão no topo da nossa humanidade, e é justamente por isso que eles têm representatividade expressiva em todos os espaços de poder”. Novamente, as mulheres negras, no momento presente, têm sido as mais prejudicadas pela estrutura social.

Essas mulheres, no dia a dia, sofrem violências diversas, como, por exemplo, críticas ao cabelo e aos traços físicos e dúvidas relacionadas à sua capacidade. Além disso, são as mais propensas à pobreza. Para exemplificar a inferioridade social da mulher negra, no meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), quis saber quais eram as dificuldades de permanência percebidas pelos estudantes negros dos cursos de medicina, direito e engenharia de uma Instituição Federal de Ensino Superior do Sul de Minas Gerais e, na pesquisa, as mulheres negras discentes relataram situações de preconceito vivenciadas por elas. Em um atendimento do estágio, um homem perguntou a uma de nossas entrevistadas do TCC, mulher negra, aluna do curso de medicina, se ela faria sua triagem (atividade da enfermagem) em vez do atendimento médico. Outra participante da pesquisa destacou sentir, com frequência, olhares de objetificação (aluna do curso de direito), enquanto uma outra entrevistada pontuou perceber trato diferenciado por ela ser uma mulher (com o adicional de ser uma mulher negra) atuando na área de engenharia.

Conforme Munanga (2001), as pessoas negras, por mais de quatrocentos anos, tiveram seu desenvolvimento e exercício da cidadania dificultados. De acordo com Albuquerque e Fraga Filho (2006), estima-se que, entre os séculos XVI – XIX, mais de onze (11) milhões de africanos (homens, mulheres e crianças) foram transportados para as Américas para serem escravizados. Lamentavelmente, o fim da escravização não veio acompanhado de políticas de integração do contingente de ex-escravizados na sociedade capitalista em ascensão (Gonçalves; Ambar, 2015). Segundo Domingues (2007), em todo o período republicano, o movimento negro organizado vem desenvolvendo numerosas estratégias de luta pela inclusão social do negro e suplantação do racismo na sociedade brasileira. Dessa forma, com a pressão desse movimento, avanços, para a população negra, foram, felizmente,

conquistados, como, por exemplo, o direito de acessar, de modo menos penoso, universidades brasileiras. Com a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, a chamada Lei de Cotas, negros, excluídos anteriormente da academia, passaram a ocupá-la.

Desse modo, pretos e pardos puderam entrar na universidade e, entre esses, as mulheres – interesse deste trabalho – são maioria (Oliveira; Welle; Batista, 2021). Recentemente, “as mulheres negras são o grupo mais expressivo na educação superior pública” (Oliveira; Welle; Batista, 2021, p. 10). Nesse sentido, para Guerreiro e Abrantes (2005), a universidade tem deixado de ser privilégio das elites.

Todavia, existem caminhos a serem percorridos para fazer essas mulheres se diplomarem. Conforme Vieira (2021), além dos desafios relacionados às questões financeiras e de renda, o preconceito racial, as questões relacionadas à saúde mental, o entender-se como pertencentes à academia, a estrutura familiar e a rede de apoio são, também, dificuldades à permanência de estudantes negras no ensino superior.

De modo geral, na universidade, possivelmente, mulheres negras discentes têm passado por dificuldades relacionadas ao racismo. Nos chamados cursos imperiais (Vargas, 2010), medicina, direito e engenharia, o percentual de estudantes negros é menor (Ristoff, 2014). Para cada cem graduados brancos em medicina, em 2010, havia dezessete negros com a mesma formação (Artes; Ricoldi, 2015; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2020). Nesse sentido, conforme Vanin (2008, p. 111), antes, as mulheres que podiam estudar medicina, na Faculdade de Medicina da Bahia, primeira escola de nível superior no Brasil, pertenciam às camadas sociais superiores e eram, nas palavras da autora, “as damas brancas da sociedade baiana”. Embora tenha havido evolução, atualmente, a situação é, sim, similar. Possivelmente, para as mulheres negras que, nos dias de hoje, estão se graduando no curso de medicina, não têm sido tarefa fácil pertencer a esse ambiente e se fazerem reconhecidas, visto que ele permanece sendo um espaço simbólico elitizado.

Esta pesquisa se insere nessa discussão, ao questionar: quais experiências são vivenciadas pelas mulheres negras discentes dos cursos de medicina da Universidade Federal de Juiz de Fora?

O questionamento proposto é relevante, porque as agentes² da dissertação (mulheres negras discente dos cursos de medicina da Universidade Federal de Juiz de Fora) enfrentam, na minha percepção, diversas dificuldades no espaço acadêmico, como, por exemplo, discriminações, racismo e outros tipos de violências. Nos cursos de medicina, tem-se como hipótese, que a situação deve se agravar em função de o ambiente ser majoritariamente branco e frequentado, normalmente, por discentes oriundos de famílias de maior poder aquisitivo. Ademais, a trajetória de estudantes negras na formação médica é marcada por desafios e múltiplos obstáculos (Martins; Taquette, 2024). Enquanto mulher negra, sou sensível à temática e, por esse motivo, também, optei por trabalhar com ela. Como os agentes deste trabalho, passei, durante a vida, por experiências que me fazem ter o entendimento do início deste parágrafo. Dessa maneira, compreendo que é fundamental escutar os atores deste estudo. Esse processo, certamente, beneficiará a universidade, tornando-a, é o que eu desejo, um universo, isso é, diversa e plural. Além disso, este trabalho é pertinente, porque, conforme Ribeiro (2019, p. 9), “Essa divisão social existe há séculos e é exatamente a falta de reflexão sobre o tema que constitui uma das bases para a perpetuação do sistema de discriminação racial” na sociedade e, no que mais interessa à área de pesquisa, nos diferentes tipos de organizações. Esta pesquisa é essencial nesse sentido.

Em consonância com o problema apresentado, esta pesquisa tem por objetivo revelar as experiências vivenciadas pelas mulheres negras discentes dos cursos de medicina da Universidade Federal de Juiz de Fora. Para alcançar esse objetivo geral, estes são os objetivos específicos:

1. Investigar a ocorrência de violências sociais contra discentes negras nos cursos de medicina;
2. Identificar a existência de táticas de sobrevivência no ambiente;
3. Descobrir a presença de espaços formais para denúncia do preconceito e do racismo;

² Nesta pesquisa, opto por agente, em vez de sujeito, porque o primeiro age na sociedade e o segundo é sujeitado. Conforme Araújo, Alves e Cruz (2009), absorvemos regras e normas sociais, mas há aspectos de nossas condutas que não são previsíveis. Ainda, é “como um jogo que sabemos as regras e o seu sentido, mas que também podemos improvisar” (Araújo; Alves; Cruz, 2009, p. 35).

4. Compreender se as experiências vivenciadas por mulheres negras nos cursos de medicina favorecem com que se sintam parte da universidade.

Esta pesquisa é qualitativa, pois interessa a mim o contato direto com o grupo de interesse desta dissertação (mulheres negras discentes dos cursos de medicina da Universidade Federal de Juiz de Fora). Neste trabalho, oito (8) agentes aceitaram participar da pesquisa e foram entrevistadas. Para encontrá-las, usei do método bola de neve. Nessa técnica, participantes iniciais indicam outros.

Abaixo, perei a estrutura deste estudo, para contar, ao leitor, o que virá a seguir. Antes, porém, compreendo que é importante, para deixar claro, dizer que este trabalho se insere na área de estudos organizacionais, porque abordará formação (profissionalização) de mão de obra, as relações interpessoais no espaço organizacional e a vivência de pessoas dentro de uma organização, a Universidade Federal de Juiz de Fora é uma organização. Conforme Cavalcanti e Silva (2023, p. 1), a “principal preocupação de Ester³ foi pensar a condição humana nas organizações e, por isso, promover a responsabilidade social das organizações”. Nesta pesquisa, essa, também, é a inquietação. Dito de outro modo, quero, neste trabalho, atentar-me, sobretudo, à situação das mulheres negras discentes dos cursos de medicina da Universidade Federal de Juiz de Fora. De acordo com Freitas (1999), quando o ser humano é transformado em coisa, perde o sentido, o propósito de construção de riquezas e, ainda, de um mundo melhor. Dessa maneira, entendo que é fundamental e, a propósito, este é o ponto de vista deste trabalho, tratar as pessoas enquanto indivíduos dotados de complexidade e subjetividade.

Por fim, este trabalho contém: a introdução, que apresenta o tema, a justificativa da pesquisa e os objetivos; o referencial teórico, que aborda a educação superior sob a perspectiva da inclusão social de pessoas negras (cotas, entre outros aspectos), o feminismo negro, as mulheres negras na medicina e o racismo estrutural; os procedimentos metodológicos, que definem os caminhos para se alcançar o objetivo; a análise dos dados, que discute as experiências narradas (e vivenciadas) pelas agentes; e as considerações finais, que retomam os achados do trabalho.

³ Maria Ester de Freitas escreveu trabalhos pioneiros no campo de estudos organizacionais (Cavalcanti; Silva, 2023).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A seguir, como mencionado, falarei sobre: 1) educação superior sob a perspectiva da inclusão social de pessoas negras (cotas, etc.); 2) feminismo negro; 3) mulheres negras na medicina e 4) racismo estrutural. Esses assuntos serão abordados, um a um, em tópicos desta seção. As discussões levantadas aqui têm o propósito de apresentar, ao leitor, as temáticas necessárias à compreensão desta dissertação e, também, auxiliar, no futuro, a interpretação dos resultados desta pesquisa por mim.

2.1 Educação superior sob a perspectiva da inclusão social de pessoas negras (cotas, etc.)

Empregou-se, no Brasil, mão de obra escravizada negra e, quando liberta, foi deixada à própria sorte, porque, segundo Gonçalves e Ambar (2015), as instituições se viram desresponsabilizadas pela segurança e manutenção dos libertos. Consoante Valério *et al.* (2021), atualmente, permanecem marcas desse sistema, já que poucas são as pessoas negras nas universidades, por exemplo. De acordo com Albuquerque e Fraga Filho (2006), na escravização, o tratamento dado às pessoas negras era cruel. Segundo Santos (2009), o Projeto UNESCO, por meio de estudos de Roger Bastide e Florestan Fernandes, concluiu que, após a escravização, recaiu sobre as pessoas negras uma carga de discriminação e preconceito e esse ônus dificultou o acesso delas ao trabalho e à educação. No que se refere ao ensino, Valério *et al.* (2021) afirmam que, desde as primeiras formulações da educação superior, percebia-se que se tratava de um espaço destinado a poucos. Nesse cenário, brancos livres e pobres, bem como negros, foram apartados do ambiente educacional (Valério *et al.*, 2021).

No século XX, em concordância com Maio e Santos (2005): 1) a redemocratização da sociedade brasileira coincide com a divulgação de novas interpretações sobre as relações raciais no Brasil; 2) a partir do final da década de 1970, pesquisadores contestaram interpretações oriundas do Projeto Unesco; 3) o movimento negro contemporâneo, associações culturais, filantrópicas, políticas e religiosas, com graus de articulação variados entre si, ao longo dos anos de 1970, criticaram a visão integracionista das lideranças negras brasileiras entre os anos

1930 e 1960. A virada político-ideológica é habitualmente atribuída à criação do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial, em 1978; 4) durante a década de 1980, diversos esforços foram empregados na construção de uma aliança entre cientistas sociais que estudam relações raciais e movimentos sociais na luta contra o racismo e 5) iniciativas estaduais, eventos históricos, a Constituição de 1988 e a criação, pelo Ministério da Cultura, da Fundação Cultural Palmares conferiram destaque à luta antirracista.

Por falar em luta antirracista, os Movimentos Negros, com outros Movimentos Sociais, articularam-se, pressionando o governo para implementação de políticas públicas afirmativas (Valério *et al.*, 2021). Assim, por volta de 2000, a política de ação afirmativa, criada nos Estados Unidos da América na década de 1960, chega ao Brasil (Valério *et al.*, 2021).

A ação afirmativa oferece, aos grupos discriminados, na sociedade, um tratamento diferenciado para compensar as desvantagens sofridas (Munanga, 2001). Segundo Gomes (2001), elas são políticas, públicas e privadas, criadas para combater discriminações variadas, como, por exemplo, a racial, a direcionada às pessoas com deficiência e a por gênero. Eugenio e Trindade (2017) afirmam que essas políticas entraram na agenda do governo a partir do final dos anos 1990, sob a presidência de Fernando Henrique Cardoso. O Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, propôs dobrar as vagas na rede federal de ensino superior (Souza; Vazquez, 2015). Em 2012 apenas, no governo da presidenta Dilma Rousseff, instituiu-se a Lei nº 12.711⁴ (Lei de Cotas), que diz, em seu Art. 1º, que as instituições federais de ensino superior ligadas ao Ministério da Educação devem reservar, em cada processo seletivo para ingresso nos cursos de graduação, pelo menos 50% (cinquenta por cento) das vagas disponíveis por curso e turno para estudantes que tenham concluído todo o ensino médio em escolas públicas (Brasil, 2012). Essa lei fala, ainda, no Art. 3º, que em cada instituição federal de ensino superior, as vagas mencionadas no artigo 1º da Lei serão ocupadas por autodeclarados pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência, de acordo com a legislação vigente, em proporção não inferior à respectiva proporção desses grupos na população do estado onde a instituição está localizada, consoante o último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (Brasil, 2012).

⁴ O primeiro critério dessa lei é a renda per capita da família. É uma lei voltada às pessoas pobres e, a partir dessa questão econômica, às demais características minoritárias.

Recentemente, reformulou-se a Lei de Cotas e novas regras estão em vigor (Brasil, 2023). Em concordância com Brasil (2023), a legislação recente estabelece, de forma contínua, a reserva de vagas em instituições federais de ensino superior e médio para pessoas negras, indígenas, com deficiência, estudantes de escolas públicas e, agora também, para quilombolas. A Lei 14.723, de 2023, estipula que os candidatos disputarão as vagas reservadas pelo sistema de cotas, que correspondem a 50% do total, apenas se não atingirem as notas exigidas para as vagas de ampla concorrência (Brasil, 2023).

Consoante Corcetti e Petinelli-Souza (2021, p. 79), “A implantação da Lei de Cotas vem contribuindo para a inclusão racial nas instituições de ensino brasileiras, tornando-se um relevante instrumento para reverter a exclusão de indivíduos na educação superior”. Nesse sentido, Prado e Silva (2022) entendem que a política de cotas, ainda hoje, é um instrumento necessário para fazer com que a população negra, por exemplo, acesse o ensino superior brasileiro. Para esses autores (2022), o aluno cotista, na universidade, passa, infelizmente, por situações de discriminação. Entretanto, de acordo com esses mesmos autores (2022), as cotas, na universidade, não criam, incentivam ou promovem discriminação; elas, apenas, revelam o racismo estrutural já presente na sociedade brasileira, refletindo e perpetuando práticas discriminatórias no contexto educacional.

Segundo Munanga (2001), essa política tem detratores, isso é, indivíduos que a desqualificam. Em 2001, porém, nesse artigo, esse autor, de forma eficaz, pôs-se a rebater os cinco argumentos mais comuns levantados contra a adoção das ações afirmativas no Brasil, à época. Na minha percepção, é pertinente mencioná-los aqui, porque, nos dias de hoje, ainda são, frequentemente, ditos. Munanga (2001, p. 31) elenca estas ideias calcadas no racismo:

- a) não se sabe quem são os negros no Brasil; b) as políticas de ação afirmativa estão sendo abandonadas nos Estados Unidos; c) as cotas não são destinadas aos índios; d) as cotas poderiam prejudicar a imagem profissional dos negros que foram beneficiados; e) as cotas levariam a uma degradação da qualidade de ensino.

Em relação à primeira ideia, Munanga (2001) diz que não acredita que todos os alunos brancos pobres possam cometer fraude para ingressar na universidade pública, em função da força do ideal do branqueamento e, ainda, fala que um racista que acredita, firmemente, na superioridade da sua própria raça não muda de opinião

facilmente (muitos deles não aceitarão mudar, por causa do orgulho racial). A respeito da segunda colocação, esse autor (2001) afirma que os afro-americanos possuem outras opções para entrar e continuar na universidade, como, por exemplo, universidades federais importantes como a Universidade de Howard, além de instituições criadas por igrejas independentes negras para as comunidades afro-americanas, principalmente, nos estados do Sul, considerados os mais racistas, como a Universidade de Atlanta, fundada por e para afro-americanos. Sobre a terceira ideia, Munanga (2001) diz que os movimentos negros que defendem as cotas sempre apoiaram medidas que beneficiam populações indígenas, mulheres, homossexuais, pessoas com deficiência e classes sociais pobres, independentemente da cor da pele. Em relação à quarta colocação, esse autor (2001) fala que nenhuma pessoa perde o orgulho e a dignidade ao requerer uma política compensatória numa sociedade que, por séculos, atrasou o seu desenvolvimento e prejudicou a sua plena cidadania e, também, afirma que as cotas não vão amplificar os preconceitos raciais, pois esses já estão enraizados no tecido social e na cultura brasileira (discriminar negros, no mercado de trabalho, por terem se beneficiado das cotas apenas desloca o foco da discriminação que já existe na sociedade, seja com ou sem cotas). A respeito da quinta ideia, Munanga (2001) diz que, mais do que qualquer outra instituição, a universidade tem recursos humanos preparados para lidar com as lacunas dos estudantes que vêm das escolas públicas. Sobre essa ideia, esse autor (2007, p. 15) garante que:

a prática tem mostrado que não é bem isto que acontece, pois existe o sistema de avaliação para aprovar os melhores alunos e reprovar os alunos ruins. Nossas universidades recebem, através de convênios, alunos oriundos das escolas médias públicas africanas cuja qualidade desconhecemos, no entanto, nenhuma universidade brasileira que recebe esses alunos já baixou a sua qualidade de ensino! Por que isto aconteceria com alunos brasileiros beneficiados pelas cotas e submetidos ao mesmo conteúdo dos vestibulares que seleciona os melhores entre eles?

Em concordância com Corcetti e Petinelli-Souza (2021), as ações afirmativas, no ensino superior brasileiro, propiciaram, a partir dos anos 2000, um maior acesso de grupos que, anteriormente, eram excluídos desse nível de ensino. Similarmente, Silva *et al.* (2022) dizem que a política de cotas facilitou o acesso das classes menos favorecidas à educação superior. De acordo com Corcetti e Petinelli-Souza (2021), a

política de cotas tem o objetivo de minimizar as desigualdades sociais e raciais e vem caminhando para isso, felizmente.

Alguns autores têm demonstrado que, com as cotas, houve um aumento na demanda por estudos das relações raciais. Pereira e Pereira (2021) e Costa (2022) fazem isso. Os primeiros (2021) notam que esse aumento impactou no processo de produção editorial. A seguinte (2022), nesse sentido, assegura que uma das potencialidades pouco mencionadas das ações afirmativas é – além do adensamento das discussões sobre relações raciais – a formação de uma nova geração de intelectuais negros.

Além disso, durante o mestrado, cursei disciplinas e, em uma delas, um artigo científico foi solicitado. No trabalho, pretendi realizar uma revisão sistemática dos artigos científicos que abordassem a Lei nº 12.711, no período de 2021 a 2023. Nessa pesquisa, procurei por “Lei nº 12.711” em Spell, Scielo e Capes. Após filtros pertinentes, trinta (30) artigos científicos foram selecionados. Depois de verificar essas publicações científicas, vi que, em síntese, os autores: têm dito que dar o acesso, apenas, é insuficiente; têm falado sobre as Comissões de Heteroidentificação e o seu papel na efetividade da política afirmativa; têm discutido a respeito do racismo como desafio à permanência; têm notado percepção positiva das cotas por parte dos estudantes; têm sugerido pensar políticas, pois, mesmo com cotas, a presença de estudantes negros em sala é pequena e têm mostrado que a introdução das cotas provocou transformações na sociedade.

Outrossim, os seguintes artigos científicos evidenciam aspectos importantes/pertinentes a respeito da Lei de Cotas, a Lei n. 12.711/2012. Penso que seja interessante abordar esses aspectos neste espaço a fim de complementar a discussão sobre o assunto e servir, posteriormente, à análise.

Quadro 1 – Lei de Cotas, a Lei n. 12.711/2012

Artigos científicos	Aspectos importantes/pertinentes
Carrasqueira, Nierotka e Carvalho (2024)	A Lei de Cotas não ampliou significativamente o número de alunos negros no Colégio Pedro II, mas, ainda que de forma tímida, constitui um estímulo para mudanças no perfil racial do CPII.
Santana (2023)	Os grupos sociais historicamente excluídos

são também os que mais enfrentam o déficit educacional, sobretudo, em razão de uma gestão elitista e discriminatória destinada aos recursos que atravessam esse sistema. Em um cenário no qual a população é predominantemente composta por negros, é impossível afirmar a concretização de um direito fundamental sem que tal população acesse, livremente, todos os espaços sociais.

É possível perceber que a Lei de Cotas nas universidades se apresenta como uma imprescindível medida de reversão do racismo estrutural e da colonialidade no Estado brasileiro.

A adoção do sistema de cotas consegue suprir parte do hiato de direitos que existe no ordenamento jurídico do Brasil que, em que pese preceitue o direito à educação como essencial e pertencente a todas e todos, desqualifica alguns em detrimento de seus traços físicos, reinscrevendo um sistema de dominação e opressão.

Importa ressaltar que a própria universidade obtém benefícios a partir da Lei de Cotas na medida em que ela promove e resguarda a pluralidade em um espaço que preconiza e nutre-se dela. Assim, se é possível afirmar que a legislação impactou positivamente na vida de variados sujeitos e povos em processo histórico de exclusão, é incontestável que todo o corpo social se engrandece com uma universidade mais plural.

É imprescindível, sobretudo, a disponibilização de condições de

	permanência e reconhecimento nesse ambiente.
--	--

Fonte: Carrasqueira, Nierotka e Carvalho (2024) e Santana (2023).

Após essas colocações, queria declarar que me posiciono favoravelmente às cotas. Dessa forma, nesta pesquisa, essa será a perspectiva. Para mim, é fundamental que existam políticas públicas capazes de inserir, nas universidades, aqueles que, por tanto tempo, foram alijados desse espaço.

Abaixo, o Quadro 2 – Autores de 2.1 (em ordem de aparição) e autores de 2.1 que falam especificamente sobre educação superior e cotas.

Quadro 2 – Autores de 2.1 (em ordem de aparição) e autores de 2.1 que falam especificamente sobre educação superior e cotas

Autores de 2.1 (em ordem de aparição)	Autores de 2.1 que falam especificamente sobre educação superior e cotas
Gonçalves e Ambar (2015). Valério <i>et al.</i> (2021). Albuquerque e Fraga Filho (2006). Santos (2009). Munanga (2001). Gomes (2001). Eugenio e Trindade (2017). Souza e Vasquez (2015). Brasil (2012). Brasil (2023). Corcetti e Petinelli-Souza (2021). Prado e Silva (2022). Munanga (2007). Silva <i>et al.</i> (2022). Pereira e Pereira (2021). Costa (2022). Carrasqueira, Nierotka e Carvalho (2024). Santana (2023).	Valério <i>et al.</i> (2021). Souza e Vasquez (2015). Brasil (2012). Brasil (2023). Corcetti e Petinelli-Souza (2021). Prado e Silva (2022). Munanga (2001). Munanga (2007). Silva <i>et al.</i> (2022). Pereira e Pereira (2021). Costa (2022). Carrasqueira, Nierotka e Carvalho (2024). Santana (2023).

Fonte: Elaborado pela autora. (2026).

A seguir, abordo o feminismo negro, que é importante à pesquisa. Como se verá, posteriormente, a discussão sobre esse tema se mostrará essencial, já que, neste local, aborda-se, por exemplo, a questão da interseccionalidade.

2.2 Feminismo negro

Nesta parte, eu, primeiramente, coloco, de forma breve, a história do feminismo para, em seguida, tratar do feminismo negro – conceito fundamental à análise dos dados. Faço isso, porque, como direi, a partir dos autores (as), esse feminismo (o negro) aparece, com mais clareza, na terceira onda (a última, portanto) desse movimento social, político e filosófico. A noção de feminismo negro é importante à posterioridade deste trabalho, porque, nesse movimento, compreende-se que as mulheres são diferentes entre si e que as negras têm as suas questões, como, por exemplo, ter de lidar, também, com o racismo.

Assim, o feminismo, conforme Alves e Pitanguy (1985), busca criar uma visão onde homens e mulheres não precisem se ajustar a modelos hierárquicos de identidade de gênero. Garcia (2011) afirma que o feminismo é a conscientização das mulheres como um grupo humano coletivo sobre a opressão, dominação e exploração que enfrentaram e enfrentam dos homens dentro do patriarcado ao longo da história. De acordo com Garcia (2011), esse movimento busca a liberdade das mulheres e promove transformações sociais necessárias para alcançar esse objetivo. Garcia (2011) assevera que o feminismo se articula como filosofia política e, também, como movimento social. Segundo Garcia (2011), o termo feminismo foi, primeiramente, utilizado nos Estados Unidos, por volta de 1911, quando escritores, homens e mulheres, começaram a empregá-lo a fim de substituir expressões utilizadas no século XIX, como, por exemplo, “movimento das mulheres” e “problemas das mulheres”.

Bezerra e Mendes (2021) afirmam que autoras que abordam o movimento feminista, normalmente, dividem-no em três ondas e, às vezes, o protagonismo das mulheres negras é lembrado na terceira delas, apenas. Conforme Bezerra e Mendes (2021), infelizmente, a história contada, por vezes, silencia as mulheres não-brancas e as brancas operárias. Entretanto, de acordo com Bezerra e Mendes (2021, p. 2), a primeira onda “marca o questionamento acerca da feminilidade e a ruptura com as definições sociais, levantando o debate acerca da “pureza” das mulheres brancas e

reforçando a luta e existência de outras mulheres”. A segunda onda corresponde às atividades feministas que vão de 1960 a 1980 e, nesse período, problematizou-se, com mais força, a questão do gênero (Bezerra; Mendes, 2021). Simone de Beauvoir se destaca nesse momento (Bezerra; Mendes, 2021). Segundo Beauvoir (1970, p. 10): “A mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem e não este em relação a ela; a fêmea é o inessencial perante o essencial. O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro”. Essa autora (1970, p. 11), também, argumenta que:

Nenhuma coletividade se define nunca como Uma sem colocar imediatamente a outra diante de si. Basta três viajantes reunidos por acaso num mesmo compartimento para que todos os demais viajantes se tornem “os outros” vagamente hostis. Para os habitantes de uma aldeia, todas as pessoas que não pertencem ao mesmo lugarejo são “outros” e suspeitos; para os habitantes de um país, os habitantes de outro país são considerados “estrangeiros”. Os judeus são “outros” para o antissemita, os negros para os racistas norte-americanos, os indígenas para os colonos, os proletários para as classes dos proprietários.

A terceira onda ocorreu no final da década de 1990, sendo marcada por desconstruções no feminismo tradicional e surgimento de novos feminismos (Bezerra; Mendes, 2021). Posteriormente, o feminismo negro é fortalecido (Bezerra; Mendes, 2021). Para abordá-lo, adequadamente, neste tópico, Djamila Ribeiro, filósofa brasileira, recebe destaque. Isso ocorre porque suas ideias são importantes à discussão do feminismo negro. A pesquisadora e mestra em Filosofia Política pela Universidade Federal de São Paulo é escritora de “Quem tem medo do feminismo negro?”, que levanta questões essenciais à seção. Nesse livro, essa autora (2018) nos informa, por exemplo, que: 1) no Brasil, o movimento feminista teve início no século XIX (primeira onda) e, desse período, Nísia Floresta é o grande nome; 2) se a universalização da categoria “mulheres” não for impugnada, o feminismo continuará deixando muitas delas de fora e alimentará, desse modo, as estruturas de poder e 3) o movimento feminista deve ser interseccional. Ribeiro (2018), ainda, lembra-nos que, em 1851, Sojourner Truth, ex-escravizada, fez seu famoso discurso intitulado “E não sou eu uma mulher?” na Convenção dos Direitos das Mulheres em Ohio. Nele, ela disse:

Aquele homem ali diz que é preciso ajudar as mulheres a subir numa carruagem, é preciso carregá-las quando atravessam um lamaçal, e

elas devem ocupar sempre os melhores lugares. Nunca ninguém me ajuda a subir na carruagem, a passar por cima da lama ou me cede o melhor lugar! E não sou eu uma mulher? (Ribeiro, 2018, p. 34)

Nesse momento, enquanto mulheres brancas batalhavam pelo direito ao voto e ao trabalho, mulheres negras lutavam para ser consideradas pessoas (Ribeiro, 2018). Ribeiro (2017) afirma que, em Beauvoir, a mulher é o Outro, porque é vista como um objeto, como algo que tem uma função – como uma cadeira, que serve para se sentar, ou uma caneta, cuja utilidade é escrever. De acordo com Kilomba (2019), por outro lado, a mulher negra é o Outro do Outro. Segundo Ribeiro (2017, p. 23), isso coloca essa mulher “num local de mais difícil reciprocidade” do olhar do homem. A respeito desta posição da mulher negra, que é a de Outro do Outro, Kilomba (2019, p. 97-98) diz que:

Mulheres negras têm sido, portanto, incluídas em diversos discursos que mal interpretam nossa própria realidade: um debate sobre racismo no qual o sujeito é o homem negro; um discurso genderizado no qual o sujeito é a mulher branca; e um discurso de classe no qual “raça” não tem nem lugar. Nós ocupamos um lugar muito crítico dentro da teoria. Por conta dessa falta ideológica, argumenta Heidi Safia Mirza (1997), as mulheres negras habitam um espaço vazio, um espaço que se sobrepõe às margens da “raça” e do gênero, o chamado “terceiro espaço”. Habitamos uma espécie de vácuo de apagamento e contradição “sustentado pela polarização do mundo em negros de um lado e mulheres do outro” (Mirza, 1997, p. 4). Nós no meio. Este é, de fato, um sério dilema teórico, em que os conceitos de “raça” e “gênero” se fundem estreitamente em um só. Tais narrativas separadas mantêm a invisibilidade das mulheres negras nos debates acadêmicos e políticos.

Ribeiro (2016) afirma que mulheres brancas podem ser vistas como sujeitos em dados momentos, assim como o homem negro. Ademais, Ribeiro (2016) assevera que ser essa antítese de branquitude e masculinidade impossibilita que a mulher negra seja vista como sujeito.

Além disso, Ribeiro (2016) contribui ao debate do feminismo negro, dizendo que: a ausência de um olhar étnico-racial, no movimento feminista, tem invisibilizado as mulheres negras e suas lutas; feministas negras colocam, em evidência, a combinação das opressões, de raça, classe e outras formas de discriminação; as opressões se combinam e se entrecruzam; mulheres negras vêm, historicamente, pensando a categoria mulher de forma não universal e crítica; o conceito de

interseccionalidade foi cunhado, em 1989, por Kimberlé Crenshaw, e pensá-lo é perceber que não pode existir primazia de uma opressão sobre as outras.

Conforme Collins (2017a), feminista negra americana, a libertação das mulheres negras exigia uma resposta que abarcasse os múltiplos sistemas de opressão, pois racismo, exploração de classe, patriarcado e homofobia, globalmente, moldavam a experiência da mulher negra. A respeito do feminismo negro, Collins (2017b, p. 13) afirma que:

Usar o termo “feminismo negro” desestabiliza o racismo inerente ao apresentar o feminismo como uma ideologia e um movimento político somente para brancos. Inserindo o adjetivo “negro” desafia a brancura presumida do feminismo e interrompe o falso universal desse termo para mulheres brancas e negras.

De acordo com Collins (2017b), o termo "feminista negra" ressalta as contradições subjacentes à predominância branca do movimento feminista, lembrando às mulheres brancas que não são as únicas nem a norma dentro do feminismo.

Outrossim, as mulheres negras estão inseridas nos recortes de raça, gênero e, frequentemente, classe econômica (Bento; Inoue, 2024). Ainda, em conformidade com Bento e Inoue (2024), a interseccionalidade não aponta a soma ou hierarquia das diferenças, mas manifesta uma sobreposição entre elas, o que, no caso das mulheres negras, ilustra como essas estão na base, no sustento de uma pirâmide social, cujas intersecções as põem em posição de subserviência ao próximo.

A fim de me posicionar, o feminismo negro é a teoria que dará sustentação a este trabalho⁵. Noutras palavras, esta pesquisa segue a linha epistemológica do feminismo negro. Conforme posto acima, nessa abordagem, entende-se que o feminismo, apenas, não dá conta dos dilemas e vivência da mulher negra. Essa mulher passa por situações específicas que não são experimentadas por outros grupos sociais.

Abaixo, o Quadro 3 – Autores de 2.2 (em ordem de aparição) e autores de 2.2 que falam especificamente sobre o feminismo negro.

⁵ Além disso, o racismo estrutural e o abuso de poder ajudam a entender os dados que foram coletados.

Quadro 3 – Autores de 2.2 (em ordem de aparição) e autores de 2.2 que falam especificamente sobre o feminismo negro

Autores de 2.2 (em ordem de aparição)	Autores de 2.2 que falam especificamente sobre o feminismo negro
Alves e Pitanguy (1985). Garcia (2011). Bezerra e Mendes (2021). Beauvoir (1970). Ribeiro (2018). Ribeiro (2017). Kilomba (2019). Ribeiro (2016). Collins (2017a). Collins (2017b). Bento e Inoue (2024).	Bezerra e Mendes (2021). Ribeiro (2018). Ribeiro (2017). Kilomba (2019). Ribeiro (2016). Collins (2017a). Collins (2017b).

Fonte: Elaborado pela autora. (2026).

A seguir, trato de mulheres negras na medicina.

2.3 Mulheres negras na medicina

Consoante Souza *et al.* (2020), no Brasil, ainda, há significativas dificuldades sociais e econômicas, além de disparidades raciais, que limitam o acesso à educação médica. Mesmo com as políticas de cotas universitárias, a área da medicina continua, predominantemente, composta por pessoas brancas e de classes privilegiadas (Fredrich *et al.*, 2022). Com a implementação da Lei nº 12.711/2012, esperava-se que houvesse uma alteração no perfil social e racial dos cursos de graduação mais populares e competitivos (Rosa; Marques, 2023). Souza *et al.* (2020) concluíram que o sistema de cotas universitárias, que prioriza a condição socioeconômica em vez da raça/cor, não conseguiu promover a inclusão de indivíduos não brancos no curso de medicina que eles estudaram. De acordo com esses autores (2020), isso reforça a necessidade de reconhecer a independência das categorias raça/cor e classe social para atingir os objetivos estabelecidos pela Lei nº 12.711, que visa corrigir o racismo estrutural no acesso ao ensino superior, especialmente, na área da medicina.

A respeito da importância de mecanismos e políticas que promovam a inclusão e reduzam as disparidades raciais no ensino superior e, na medicina, em especial, Rosa e Marques (2023) afirmam que, na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), antes de 2019, a falta da comissão de heteroidentificação evidenciava a exclusão dos candidatos às vagas reservadas com critérios raciais, o que resultou em um atraso na ampliação da representação negra no curso de medicina. Segundo Rosa e Marques (2023), a existência da comissão se torna essencial para assegurar o acesso de pessoas negras às vagas reservadas. Batista e Figueiredo (2020) asseveram que ela impede fraudes de candidatos, sobretudo, aos cursos mais elitizados da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Em concordância com Rosa e Marques (2023), após a implementação da comissão, na UFGD, houve mais segurança para que pessoas negras, que são o foco da política, conseguissem entrar no curso de medicina.

Além da relevância de medidas institucionais para enfrentar o racismo estrutural no ensino superior, o ativismo estudantil é, também, impulsionador de transformações. Consoante Moreira (2021), motivados a questionar essa realidade segregadora que atravessa a academia e a clínica e com o objetivo de trazer diversas visões para a formação dos futuros profissionais de saúde, dois estudantes do curso de graduação em medicina, de uma universidade federal, resolveram organizar uma oficina estêncil para colorir as paredes brancas do centro acadêmico com cores vibrantes e temática afrodescendente, recuperando, por meio da arte, o espaço institucionalmente negado. Lamentavelmente, os estudantes negros que ingressam por meio de cotas enfrentam uma dupla discriminação no ambiente acadêmico, tanto por sua condição de cotistas quanto por sua raça (Moreira, 2021). De acordo com Moreira (2021), o simples acesso ao ensino superior não tem garantido o fortalecimento da identidade negra desses alunos. Assim, é crucial que esses estudantes se sintam integrados nesse novo ambiente para se identificarem com seus colegas universitários e com a cultura acadêmica (Moreira, 2021).

Dada a complexidade da luta por igualdade e representatividade no ensino superior brasileiro, em concordância com Valério *et al.* (2021), os indicadores educacionais do Brasil apontam para um aumento significativo na presença de mulheres negras no Ensino Superior. Contudo, em cursos de alto prestígio, observa-se que essas mulheres enfrentam desafios e desvantagens ampliados (Valério *et al.*, 2021). De acordo com Valério *et al.* (2021), as ideias fundamentais associadas aos

marcadores de gênero, raça e classe (potencialmente interligados a outros marcadores sociais), na sociedade colonialista/capitalista, influenciam diretamente o acesso e a integração das mulheres negras no Ensino Superior. Essas concepções impõem barreiras significativas ao desempenho acadêmico e à permanência delas na universidade (Valério *et al.*, 2021).

Outrossim, Martins e Taquette (2024) afirmam que: (A) acadêmicas negras do curso de medicina são minoria e lidam com diversos obstáculos no decorrer da formação por serem mulheres negras; (B) nas faculdades de medicina, um local social com baixa diversidade étnica/racial e permeado pelo racismo estrutural, as discentes negras sofrem discriminação decorrente da intersecção entre raça, gênero e classe social; (C) o caminho de estudantes negras na formação médica é árduo, com inúmeras dificuldades e a quantidade reduzida de mulheres negras médicas, docentes universitárias e profissionais em cargos de liderança pode refletir a dificuldade de enfrentamento desses entraves; (D) as discriminações baseadas nos preconceitos racial e de gênero podem gerar menos possibilidades ao longo do curso. O ambiente educacional nos cursos de medicina é hierarquizado e hegemonicamente branco, estruturado a partir de relações de poder desiguais entre homens e mulheres e fundamentado em discriminação racial. São percebidas durante o curso até mesmo situações de violência, comprometendo, em alguns casos, a saúde mental das alunas, que muitas vezes passam a se sentir como não pertencentes e (E) podem e devem ser adotadas ações para redução/eliminação dessas desigualdades no âmbito das instituições universitárias e dos próprios cursos de medicina para reduzir os obstáculos enfrentados por estudantes negras.

Abaixo, o Quadro 4 – Autores de 2.3 (em ordem de aparição).

Quadro 4 – Autores de 2.3 (em ordem de aparição)

Autores de 2.3 (em ordem de aparição)
Souza <i>et al.</i> (2020).
Fredrich (2022).
Rosa e Marques (2023).
Batista e Figueiredo (2020).
Moreira (2021).
Valério <i>et al.</i> (2021).

Martins e Taquette (2024).

Fonte: Elaborado pela autora. (2026).

A seguir, abordo o racismo estrutural.

2.4 Racismo estrutural

Com base nas entrevistas, percebemos a necessidade de abordar o conceito de racismo estrutural, pois as narrativas das agentes revelam a ocorrência dessa violência. Assim, nessa parte, eu farei isso. Nessa seção, Sílvio Luiz de Almeida estará fortemente presente, porque, em *Racismo Estrutural*, livro de sua autoria, ele explica, claramente, essa ideia. Além das discussões feitas anteriormente no referencial teórico, o conceito de racismo estrutural é essencial às próximas partes do trabalho. Ele ajudará a interpretar os dados que serão trazidos futuramente (virão, conforme a introdução, após os procedimentos metodológicos).

Antes de eu abordar o racismo estrutural, contudo, falarei, brevemente, sobre outras duas concepções de racismo: a individualista e a institucional (Almeida, 2019). Na concepção individualista, conforme Almeida (2019, p. 8), o racismo seria um fenômeno moral ou mental de caráter pessoal ou comunitário, atribuído a segmentos específicos; ou, ainda, seria uma “irracionalidade” a ser enfrentada no âmbito jurídico por meio da imposição de sanções civis – indenizações, por exemplo – ou penais⁶. Na concepção institucional, o racismo não pode ser resumido a comportamentos pessoais, mas é tratado como o resultado do funcionamento das instituições, que passam a operar em uma dinâmica que confere, mesmo que indiretamente, prejuízos e vantagens com base na raça (Almeida, 2019)⁷.

Bersani (2018, p. 195) aborda o racismo institucional e o estrutural da seguinte forma:

⁶ Nessa concepção, não existiria sociedades ou instituições racistas, mas pessoas racistas, que agem de forma individual ou coletivamente (Almeida, 2019). De acordo com Almeida (2019), nessa visão, o racismo se manifesta na forma de discriminação direta.

⁷ A ideia central dos que afirmam o existir do racismo institucional é que as tensões raciais também são parte das instituições (Almeida, 2019). Segundo Almeida (2019), a diferença racial é uma característica da sociedade não apenas por causa da ação autônoma de coletivos ou de pessoas racistas, mas principalmente porque as instituições são hegemônicas por determinadas comunidades raciais que utilizam instrumentos institucionais para fazer valer seus interesses políticos e econômicos.

O racismo institucional se apresenta, nesse sentido, como uma das possibilidades para a leitura dessa forma de opressão, mas destaca-se que ele limita o horizonte de compreensão apenas ao plano das instituições. Se, por um lado, é inquestionável o fato de que as instituições desempenham papel fundamental nas práticas racistas, por outro, é imprescindível buscar a origem do sistema excludente e indagar se ele não transcende o viés institucional. Com efeito, o olhar para o racismo enquanto elemento estrutural da sociedade brasileira representa uma perspectiva de ampliação do horizonte anteriormente mencionado, revelando no campo da teoria um cenário perceptível na prática: de que o racismo se encontra nas mais diversas relações estabelecidas no Brasil, sejam elas sociais, econômicas, políticas, culturais, entre outras. Não está apenas no plano da consciência, mas também da inconsciência. Em outras palavras, se biologicamente se refuta a existência de raças, o racismo, enquanto metáfora desse campo do saber, corresponde ao DNA do Brasil.

Ademais, o racismo:

é sempre estrutural, ou seja, de que ele é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade. Em suma, o que queremos explicitar é que o racismo é a manifestação normal de uma sociedade, e não um fenômeno patológico ou que expressa algum tipo de anormalidade. O racismo fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para a reprodução das formas de desigualdade e a violência que moldam a vida social contemporânea. De tal sorte, todas as outras classificações são apenas modos parciais – e, portanto, incompletos – de conceber o racismo. Em suma, procuramos demonstrar neste livro que as expressões de racismo no cotidiano, seja nas relações interpessoais, seja na dinâmica das instituições, são manifestações de algo mais profundo, que se desenvolve nas entranhas políticas e econômicas da sociedade (Almeida, 2019, p. 15).

Em conformidade com Almeida (2019), o conceito de racismo institucional foi um avanço no que diz respeito ao estudo das relações raciais. Entretanto, do mesmo modo que a instituição tem sua atuação dependente de uma estrutura social preliminarmente existente, o racismo que essa instituição venha a manifestar é também parte dessa mesma estrutura (Almeida, 2019). Além disso, para esse autor, as instituições são a efetivação de uma forma de socialização que tem o racismo como um de seus elementos orgânicos.

Abaixo, o Quadro 5 – Autores de 2.4 (em ordem de aparição).

Quadro 5 – Autores de 2.4 (em ordem de aparição)

Autores de 2.4 (em ordem de aparição)
Almeida (2019).
Bersani (2018).

Fonte: Elaborado pela autora. (2026).

Na seção seguinte, descreverei os procedimentos metodológicos desta pesquisa. Ao fim, em um quadro, as informações expostas são resumidas e retomadas, para deixar claro, para o leitor, as opções de metodologia adotadas neste estudo.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Tendo em vista o objetivo deste trabalho, que é o de revelar as experiências vivenciadas pelas mulheres negras discentes dos cursos de medicina da Universidade Federal de Juiz de Fora, optei por realizar uma pesquisa de abordagem qualitativa. O estudo qualitativo, consoante Minayo (2002), preocupa-se, sobretudo, com um nível de realidade que não se quantifica. Esta dissertação não pode ser quantificada, porque tem, justamente, essa preocupação. De acordo com essa autora (2002), o objeto das Ciências Sociais é, primordialmente, qualitativo. Esta pesquisa, que está inserida nesse campo (no das Ciências Sociais Aplicadas), é, desse modo, qualitativa também.

A respeito da pesquisa qualitativa e dos artefatos tecnológicos que têm sido criados para a produção de análises qualitativas, Minayo (2012) diz que por costume de estar presente de maneira reflexiva e crítica em cada uma das fases da pesquisa, ela sente muita dificuldade em terceirizar, para esses instrumentos, a atividade de análise, uma vez que ela valoriza uma fase apenas e não considera o contexto intersubjetivo indissociável e filosoficamente essencial para a abordagem qualitativa e, portanto, para a dinâmica de análise.

Na pesquisa qualitativa, faz-se necessário o olhar do pesquisador para que ele perceba, como Minayo (2012) expõe, o contexto intersubjetivo que está presente nos trabalhos dessa natureza. Compreendo a pesquisa qualitativa dessa forma também e pretendo atentar-me, sobremaneira, ao contexto anteriormente mencionado.

Minayo (2012), ainda, considera que nem um bom analista de conteúdo pode assegurar o rigor de um texto final quando não se dá conta do contexto de elaboração.

Sendo assim, é importante, como dito, que o pesquisador esteja presente nas etapas de construção da pesquisa qualitativa. As entrelinhas, na minha compreensão, podem ser percebidas, apenas, por uma pessoa, embora “artefatos tecnológicos” possam, sim, em algum momento, ser úteis e facilitadores do processo.

Em concordância com Minayo (2021), as pesquisas qualitativas estão intensamente conectadas aos anseios, às necessidades, aos propósitos e às promessas de uma sociedade plural e democrática; produzem uma contraposição ao

pseudo-objetivismo do conhecimento científico; integram-se ao caráter universal dos seres humanos, com os quais compartilham suas riquezas e fragilidades; e se aproximam da veracidade articulada às verdades dos indivíduos e aos entendimentos científicos consolidados, afastando a ideia de verdade fundamental e inquestionável.

Nesse sentido, na minha visão, o método qualitativo – escolha deste projeto – deve, sim, preocupar-se, antes de tudo, com as pessoas e grupos minoritários. Como lembra Martins (2004), o conhecimento deve se dirigir a alguém ou a algum grupo que dele necessita. Os agentes do presente estudo compõem um grupo minoritário (para recordar, são mulheres negras discentes dos cursos de medicina da Universidade Federal de Juiz de Fora).

Consoante Minayo e Guerriero (2014, p. 1110), é “preciso ter sempre claro que o sentido abrangente da ética inclui a responsabilidade do pesquisador como estudioso, como cidadão, e como membro da comunidade científica”. Sobre isso, Martins (2004) afirma que a abordagem qualitativa, mais do que qualquer outra, levanta implicações éticas, principalmente, devido à relação estreita entre pesquisador e pesquisados. Ainda que a maioria dos estudiosos (especialmente os sociólogos) dedique pouca atenção a essa problemática, existe um elaborado debate — principalmente entre os antropólogos — que procura dar conta das dificuldades resultantes da relação de alteridade entre as duas posições na situação de pesquisa (Martins, 2004).

De fato, na pesquisa qualitativa, deve-se, mais que noutra, atentar para as questões de ordem ética, porque, nela, como disse essa última autora (2004), investigador e sujeitos do trabalho estão próximos, mantendo, inclusive, uma relação de confiança e respeito.

Entendo que a abordagem qualitativa requer estar em contato direto com os agentes investigados e escutá-los de forma verdadeira. Desse modo, a quantificação e a operacionalização de variáveis não dão conta dessa realidade, que exige, como dito, escuta atenta. Neste trabalho, fiz isso. Escutei, com a devida atenção, as entrevistadas que, gentilmente, destinaram parte do seu tempo à resposta das questões e compartilhamento de suas experiências, contribuindo para com a pesquisa.

Quanto à natureza, esta pesquisa é aplicada, pois, entre outras razões, ela vai a campo coletar dados empíricos. De acordo com Fleury e Werlang (2016), esse

tipo de estudo se concentra em torno de problemas que estão presentes nas atividades das instituições e está empenhado na elaboração de diagnósticos. Para esses autores (2016), a pesquisa aplicada, ainda, é capaz de gerar um impacto. Neste trabalho, tenho essa preocupação. Esses autores (2016) falam mais a respeito desse tipo de pesquisa. Para facilitar a visualização dessas informações, que, para mim, são interessantes, pô-las-ei no Quadro 6.

Quadro 6 – Pesquisa aplicada para Fleury e Werlang (2016)

Pesquisa aplicada para Fleury e Werlang (2016)	Ela pode atender a múltiplos grupos de interesse.
	A pesquisa aplicada requer rigor e relevância.
	Na pesquisa aplicada, a dimensão ética é fundamental.
	Ela pode se valer de variados procedimentos metodológicos.
	A sua geração de impacto vai além da dimensão acadêmica de divulgação do conhecimento científico.

Fonte: Fleury e Werlang (2016).

Pretendo que esta pesquisa gere impacto acadêmico, na instituição em questão e na vida das participantes deste estudo.

No que se refere aos objetivos, este estudo é exploratório, porque pretende entender um fenômeno em profundidade. Esse tipo de pesquisa proporciona maiores informações sobre determinado assunto. Segundo Gil (2002), as pesquisas exploratórias têm como propósito proporcionar maior intimidade com o problema, visando a torná-lo mais claro ou a constituir suposições. Essas pesquisas têm como finalidade principal o aperfeiçoamento de ideias ou a constatação de intuições (Gil, 2002). Em concordância com Gil (2002), sua organização é, portanto, bastante maleável, de modo que possibilite a consideração dos mais variados elementos referentes ao fato estudado.

Nesse sentido, além do que foi dito, este trabalho é exploratório, pois quer tornar conhecidas as experiências vivenciadas pelas mulheres negras discentes dos cursos de medicina da universidade escolhida.

Quanto aos procedimentos, esta dissertação se caracteriza como um estudo de caso. As experiências vivenciadas pelas mulheres negras discentes dos cursos de medicina da Universidade Federal de Juiz de Fora serão estudadas. Consoante Yin (2001), o estudo de caso, enquanto estratégia de pesquisa, é um método abrangente. De acordo com esse autor, essa estratégia de pesquisa, ainda, envolve: a lógica de planejamento inserindo abordagens específicas à coleta de dados e à análise de dados (2001). Yin (2001) afirma que um estudo de caso é uma investigação empírica que indaga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real. Neste estudo, fiz isso.

A coleta de dados se deu por meio de entrevistas. Segundo Barbosa (1998, p. 2), a entrevista é “um método flexível de obtenção de informações qualitativas sobre um projeto. Este método requer um bom planejamento prévio e habilidade do entrevistador para seguir um roteiro de questionário, com possibilidades de introduzir variações que se fizerem necessárias durante a sua aplicação”. As entrevistas foram realizadas por mim, autora desta pesquisa. O roteiro delas foi semiestruturado – ver Apêndice C –, isso é, com questões estabelecidas de forma prévia e possíveis novas perguntas. As participantes foram selecionadas por acessibilidade e disponibilidade, desde que se enquadrassem no perfil de interesse da pesquisa, ou seja, mulheres negras (pretas e pardas) matriculadas no curso de graduação em medicina. Utilizei o método bola de neve. Sobre esse procedimento, Baldin e Munhoz (2011) afirmam que a técnica é utilizada em pesquisas sociais e, nela, os participantes iniciais de um estudo indicam novos participantes que, por sua vez, indicam novos participantes até que seja alcançado o ponto de saturação. As entrevistadas tiveram os seus nomes modificados para preservá-las (em breve, falarei sobre eles).

A pesquisa foi realizada com oito (8) mulheres negras discentes dos cursos de medicina da Universidade Federal de Juiz de Fora. Depois de a pesquisa ser aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP)⁸, estabeleci contato com potenciais agentes. Pelo Direct do Instagram, recurso de mensagens

⁸ O projeto foi aprovado em vinte e sete de fevereiro de dois mil e vinte e cinco (27/02/2025).

privadas dentro da plataforma, comuniquei-me com doze (12) possíveis entrevistadas. Nesse aplicativo, três (3) demonstraram concordância em participar por meio de entrevistas. Através do WhatsApp, aplicativo de mensagens instantâneas, falei com cinco (5) eventuais agentes. Nesse sistema, quatro (4) aceitaram o convite para participar, concedendo entrevistas, enquanto uma (1) concordou em responder as perguntas por áudio, porque não era possível se programar com antecedência.

Dito isso, relato a dificuldade enfrentada na obtenção de participantes para a pesquisa. Inicialmente, procurei uma pessoa que acreditei poder me auxiliar e que, de fato, contribuiu ao sugerir que eu enviasse mensagens a possíveis participantes por meio do Direct do Instagram, plataforma na qual ela havia localizado algumas dessas pessoas. Como não tenho o hábito de utilizar essa rede social, não havia considerado, a princípio, essa possibilidade de contato.

Nesse contexto, Antonieta de Barros, cujo perfil me foi indicado, aceitou participar da pesquisa e sugeriu outras três (3) mulheres negras. Dessas, duas (2) concordaram em participar: Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo. Carolina Maria de Jesus indicou Dandara dos Palmares e outra discente também mencionada por Antonieta de Barros, que não aceitou participar, apesar das tentativas de contato. Conceição Evaristo, por sua vez, informou não ter outras indicações a fazer.

Dandara dos Palmares, já através do WhatsApp, indicada, como disse, por Carolina Maria de Jesus, sugeriu Jarid Arraes, que indicou a discente que foi sugerida por Antonieta de Barros e Carolina Maria de Jesus, e não concedeu entrevista.

Laudelina de Campos Melo foi indicada por uma estudante negra de um dos cursos de medicina da instituição, com quem tive contato anteriormente, mas também não concedeu entrevista. Laudelina de Campos Melo sugeriu Conceição Evaristo, que já havia participado.

Posteriormente, recordei que a médica de minha mãe tem uma filha que cursa medicina na universidade e, então, solicitei auxílio para indicação de possíveis participantes. A partir desse contato, Maria Firmina dos Reis e Maria Odília Teixeira passaram a integrar a pesquisa, após concordarem em participar. Não houve sugestão de participante a partir delas (pedindo por isso a uma das entrevistadas, não obtive resposta, inclusive).

Como se observa, ocorreram recusas e indicações repetidas. Além disso, algumas agentes demoraram a conceder entrevista, sendo necessário solicitar várias vezes.

Assim, as entrevistadas são Antonieta de Barros, Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo, Dandara dos Palmares, Jarid Arraes, Laudelina de Campos Melo, Maria Firmina dos Reis e Maria Odília Teixeira. Esses nomes foram escolhidos, porque eles pertencem a mulheres negras brasileiras que enfrentaram e enfrentam o racismo, o machismo e a desigualdade social – para mais, ver Apêndice A.

No Quadro 7, eu trago, de forma resumida, informações sobre as agentes – para mais, ver Apêndice B.

Quadro 7 – Informações sobre as agentes

Agente	Período	Idade	Naturalidade	Cota ⁹	Vulnerabilidade	Outras informações
Antonieta de Barros ¹⁰	Quarto (4º) período.	Vinte e quatro (24) anos.	Belo Horizonte.	Sim.	Sim.	Sem outras informações.
Carolina Maria de Jesus ¹¹	Quarto (4º) período.	Vinte e um (21) anos.	Juiz de Fora.	Sim.	Não.	Sem outras informações.
Conceição Evaristo ¹²	Quarto (4º) período.	Vinte e três (23) anos.	Visconde do Rio Branco.	Sim.	Sim.	É uma pessoa com deficiência (PCD).
Dandara dos Palmares ¹³	Quinto (5º) período.	Vinte e um (21)	Bugre.	Sim.	Sim.	Sem outras informações.

⁹ Origem escolar das entrevistadas: escola pública.

¹⁰ Antonieta de Barros: jornalista, professora e política brasileira.

¹¹ Carolina Maria de Jesus: escritora, cantora-compositora e poetisa brasileira.

¹² Conceição Evaristo: linguista e escritora brasileira.

¹³ Dandara dos Palmares: guerreira negra do período colonial do Brasil no Quilombo dos Palmares.

		anos.				
Jarid Arraes ¹⁴	Quinto (5º) período.	Vinte (20) anos.	Conselheiro Lafaiete.	Sim.	Não.	Sem outras informações.
Laudelina de Campos Melo ¹⁵	Nono (9º) período.	Vinte e três (23) anos.	Visconde do Rio Branco.	Sim.	Não.	Sem outras informações.
Maria Firmina dos Reis ¹⁶	Nono (9º) período.	Vinte e dois (22) anos.	Ponte Nova.	Sim.	Não.	Sem outras informações.
Maria Odília Teixeira ¹⁷	Terceiro (3º) período.	Vinte (20) anos.	Tombos.	Sim.	Não.	Sem outras informações.

Fonte: Elaborado pela autora. (2026).

As entrevistas foram realizadas através do aplicativo Google Meet – plataforma de videoconferência desenvolvida pelo Google – e foram gravadas. Posteriormente, o conteúdo das entrevistas foi transcrito para que fosse analisado. As entrevistadas receberam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) – Apêndice D –, em concordância com a Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde.

Para realizar as análises, utilizei a abordagem de Análise Crítica do Discurso (ACD), proposta por Van Dijk (2010). Consoante esse autor, a ACD:

Embora o rótulo *Critical Discourse Analysis* (CDA) ou, em português, Análise Crítica do Discurso (ACD) seja agora amplamente adotado, gostaria de propor uma mudança dessa expressão para *Critical Discourse Studies* (CDS), isto é, *Estudos Críticos do Discurso* (ECD) por uma série de razões óbvias. A principal razão é que os ECD não são, como frequentemente se presume – especialmente nas ciências sociais –, um *método* de *análise* do discurso. Não existe esse tipo de método. Os ECD usam qualquer método que seja relevante para os

¹⁴ Jarid Arraes: escritora, cordelista e poeta brasileira.

¹⁵ Laudelina de Campos Melo: brasileira militante do Partido Comunista Brasileiro, defensora dos direitos das mulheres e das empregadas domésticas.

¹⁶ Maria Firmina dos Reis: professora, compositora e escritora brasileira.

¹⁷ Maria Odília Teixeira: médica e professora universitária brasileira.

objetivos dos seus projetos de pesquisa e tais métodos são, em grande parte, aqueles utilizados em estudos de discurso em geral (p. 10, grifo no original).

Além disso, a ACD (ECD) é:

Um tipo de investigação analítica discursiva que estuda principalmente o modo como o abuso de poder, a dominação e a desigualdade são representados, produzidos e combatidos por textos orais e escritos no contexto social e político. Com essa investigação de natureza tão dissidente, os analistas críticos do discurso adotam um posicionamento explícito e, assim, objetivam compreender, desvelar e, em última instância opor-se à desigualdade social (Van Dijk, 2010, p. 113).

De acordo com Van Dijk (2010, p. 29), o abuso de poder é “a violação de normas e valores fundamentais no interesse daqueles que têm o poder e contra o interesse dos outros. Os abusos de poder significam a violação dos direitos sociais e civis das pessoas”. Esse conceito – o de abuso de poder – é importante à pesquisa, porque, na análise dos dados, haverá situações que podem ser caracterizadas como sendo isso. Vale a pena salientar que, nessa abordagem, o poder é compreendido como social, ou seja, não é definido como uma característica ou qualidade pessoal

Segundo Van Dijk (2010, p. 15), os Estudos de Discurso podem ser definidos como “críticos” se satisfazem, pelo menos um dos seguintes critérios:

Relações de dominação são estudadas principalmente da perspectiva do grupo dominado e do seu interesse.
 As experiências dos (membros de) grupos dominados são também usadas como evidências para avaliar o discurso dominante.
 Pode ser mostrado que as ações discursivas do grupo dominante são ilegítimas.
 Podem ser formuladas alternativas viáveis aos discursos dominantes que são compatíveis com os interesses dos grupos dominados.

Este trabalho atende aos dois primeiros critérios.

Além disso, como a ACD não é um método, ela pode se valer, a depender dos objetivos da pesquisa e do interesse dos pesquisadores, de diferentes maneiras de se estudar a estrutura e as estratégias discursivas que se fazem presentes nos atos de fala e escrita, como: análise lexical, análise semântica, análise retórica, análise semiótica, análise de narrativa, etc. (Van Dijk, 2010).

Neste estudo, optamos, a orientação e eu, pela abordagem da análise semântica. A respeito dela, em concordância com Dijk (2013), a semântica faz parte de uma teoria semiótica mais ampla sobre comportamento significativo e simbólico, de modo a não termos somente uma semântica das elocuições ou atos da linguagem natural, mas também do comportamento não verbal ou paraverbal. Dijk (2013, p. 37) afirma que o conceito mais geral usado para denotar o objeto específico de uma teoria semântica é o de “interpretação”. De acordo com Dijk (2013):

Interpretações são processos ou operações de atribuição: a objetos do tipo X elas atribuem objetos do tipo Y. Os objetos do tipo X, aos quais atribuímos alguma coisa, são usualmente chamados de expressões. Desse modo, palavras, ou melhor, formas de palavras (morfemas), e sentenças, ou melhor, formas de sentenças (estruturas sintáticas) são objetos cujas interpretações são fornecidas por teorias semânticas. O que é atribuído por operações de interpretação são, tipicamente, objetos semânticos de vários tipos. Um primeiro objeto semântico desse tipo é o significado. Portanto, a interpretação de um discurso, como é explicitada numa teoria semântica do discurso, é a atribuição de significado(s) às expressões de um discurso (p. 37).

Dijk (2013) diz que, para sermos capazes de interpretar um discurso (atribuir-lhe significado e referência), carecemos de uma avaliação substancial do conhecimento do mundo e esse conhecimento pode ser só em parte especificado no interior da linguística ou da gramática. Segundo Dijk (2013), os utilizadores da linguagem tiveram experiências prévias, como ter lido outros discursos sobre os mesmos tipos de fatos, e os traços das representações dessas experiências progressivamente constroem e atualizam modelos da situação na memória episódica, que fornecem o conhecimento e a base referencial para o processo de interpretação. Dijk (2013) fala que a representação do discurso não será objetiva apenas no sentido de ser socialmente normalizada ou convencional, mas terá ainda dimensões subjetivas e essa interpretação subjetiva dependerá de fatores contextuais.

Na seção de análise, abordarei cinco (5) categorias analíticas. São elas:

1. Violências sociais.
2. Táticas de sobrevivência no ambiente.
3. Espaços formais para denúncia do preconceito e do racismo.

4. Pertencimento.
5. Origem escolar e vulnerabilidade socioeconômica.

Abaixo, põe-se o Quadro 8. Ele pretende resumir o que foi dito nesta seção. Desse modo, as escolhas e os procedimentos metodológicos ficam de fácil acesso à pessoa que lê.

Quadro 8 – Resumo da seção de procedimentos metodológicos

Quanto à abordagem	Pesquisa qualitativa, porque o objeto das Ciências Sociais é, fundamentalmente, qualitativo.
Quanto à natureza	Pesquisa aplicada, pois vai coletar dados empíricos.
Quanto aos objetivos	Pesquisa exploratória, pois pretende compreender um fenômeno em profundidade.
Quanto aos procedimentos	Estudo de caso, porque as experiências vivenciadas pelas mulheres negras discentes dos cursos de medicina da Universidade Federal de Juiz de Fora serão estudadas.
Coleta de dados	Entrevistas (roteiro semiestruturado).
Análise de dados	Análise Crítica do Discurso, usando de Van Dijk (2010), que é um autor que discute sobremaneira essa forma de se analisar.

Fonte: Elaborado pela autora. (2026).

4 ANÁLISE DOS DADOS

As categorias analíticas serão abordadas abaixo. Ao longo delas, descrevo e interpreto os dados, porque, de acordo com Freire (2021), na análise do discurso (AD), o analista deve explicitar, descrever e interpretar o discurso que se manifesta na materialidade do texto.

Após a colocação dessas categorias de análise, trago, para o texto, as sugestões de melhorias para o curso e para a universidade, que as agentes desta pesquisa mencionaram quando perguntadas a respeito. Gostaria de dizer que essas melhorias, provavelmente, caso queira a Instituição Federal de Ensino Superior em questão, aprimorarão as experiências tidas pelas mulheres com as quais este trabalho se preocupa.

4.1 Violências sociais

Kindred

Kevin, você não precisa bater nas pessoas para tratá-las com brutalidade (Butler, 2019).

Como apontei anteriormente, Antonieta de Barros, Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo, Dandara dos Palmares, Jarid Arraes, Laudelina de Campos Melo, Maria Firmina dos Reis e Maria Odília Teixeira são cotistas. Assim, perguntei a elas se foram discriminadas no curso/ universidade por isso.

Carolina Maria de Jesus, Dandara dos Palmares, Laudelina de Campos Melo e Maria Firmina dos Reis disseram não ter sofrido discriminação no curso ou na universidade por terem ingressado como cotistas. Antonieta de Barros, Conceição Evaristo, Jarid Arraes e Maria Odília Teixeira também afirmam não terem sido discriminadas no curso ou na universidade por serem cotistas. Ainda assim, essas entrevistadas apresentam reflexões bastante interessantes.

Conforme Antonieta de Barros:

[01] Diretamente, não, assim, de alguém chegar e falar, porque é algo que a universidade pode ter uma certa privacidade, assim, de não ficar tão exposta essa questão das cotas, mas eu acho que é mais da sociedade, não das

peças que estudam comigo, mas da sociedade ter essa questão do preconceito, então, a gente escuta muito pessoas falando, assim, no dia a dia, sobre cotista, sobre entrar com cota, de que é mais fácil, então, é algo que eu escuto no meu cotidiano, na sociedade, mas não dentro da faculdade (Antonieta de Barros).

Essa fala revela a percepção de Antonieta de Barros de que o preconceito associado às cotas se manifesta com mais força na sociedade do que no ambiente universitário. Antonieta de Barros parece dissociar a universidade da sociedade, sem considerar que essa instituição, assim como as outras, não apenas pertence à sociedade como constitui um microcosmo desse espaço social, reproduzindo, em alguma medida, culturas, pensamentos e ações hegemônicas e resistentes da sociedade na qual se insere.

Nesse sentido, Conceição Evaristo parece mais consciente de que a universidade é, também, um campo de disputas sociais, como se percebe na fala reproduzida a seguir:

[02] Diretamente, não, mas, indiretamente, a gente sabe que existe essa discriminação por ser cotista (Conceição Evaristo).

Previamente, revelei que, tristemente, cotistas universitários enfrentam atos discriminatórios (Prado; Silva, 2022). Quando há abuso de poder, os direitos civis e sociais das pessoas são desrespeitados (Dijk, 2010). A prática da discriminação configura um abuso de poder. Por isso, era esperado que os relatos das entrevistadas trouxessem dados mais contundentes e objetivos de violências discriminatórias contra elas, o que não ocorreu. As evidências de práticas discriminatórias aparecem de forma sutil nas entrevistas, como se percebe nesse trecho da entrevista de Jarid Arraes, transcrito a seguir:

[03] Não. Não. Sempre tem comentários, tipo assim, as pessoas sempre olham, né, "ah, fulano é da cota tal, o outro fulano é da cota tal", mas nunca me senti ofendida nem nada, não (Jarid Arraes).

Jarid Arraes, nesse excerto, evidencia a existência de olhares e comentários sobre alunos cotistas na universidade. Ao dizer que "mas nunca me senti ofendida nem nada, não", Jarid Arraes conota que tais comentários são contrários às cotas e à respectiva ocupação das vagas pelos cotistas. Isso porque

expressa seu conhecimento sobre a existência de tais comentários e olhares, mas não se magoa. Dito de outra forma, naturaliza a existência de tais violências para que não se sinta afetada por elas.

A respeito desses olhares e de não se sentir atingida (Jarid Arraes),

Nesse bojo, a exclusão social ou a rejeição tem um impacto substancial no modo como pertencimento acaba sendo experimentado. Ao ser alvo de animosidades e hostilidades, concretizadas nos diferentes graus da escala afetiva, começando pelo olhar descompassivo e desembocando na expressão explícita do ódio, a sensação de pertencimento se enfraquece, desencadeando também a necessidade de revisão dos vetores que configuram o sentido existencial, especialmente quando a experiência é repetitiva. Enquanto o indivíduo não é alvo de alguma espécie de rejeição, seu sentido existencial e sua sensação de pertencimento dificilmente serão fragilizados. É a experiência repetida que suscita questionamentos sobre o modo como o respectivo indivíduo pode encontrar um espaço existencial, no qual possa se sentir “em casa” e identificar que suas ações contribuem para a construção desse espaço, sendo agente e participante de uma comunidade de valores que fortalecem a afirmação do si como membro de um grupo (Mathias, 2023, p. 181).

Maria Odília Teixeira expõe que não foi discriminada no curso ou na universidade por ser cotista, mas que o seu grupo de amigas foi formado por cotistas. Essa situação será interpretada e tratada na categoria seguinte, a de táticas de sobrevivência no ambiente. No entanto, cabe ressaltar que a pesquisa evidenciou que as mulheres negras sentem alguma dificuldade em se enturmar com os demais alunos do curso de medicina, mais particularmente os não cotistas. Parece existir, nesse caso, uma barreira social, simbólica, que separa discentes do curso de medicina em classes, que se agregam por afinidade. Cabe lembrar que a renda familiar é um dos critérios primordiais para o acesso dos discentes às vagas por meio das cotas. Logo, além da cor da pele, as estudantes negras do curso de medicina são oriundas de famílias da classe popular, de baixa renda, frequentando e dividindo o espaço acadêmico de seus cursos com pessoas de famílias mais abastadas, visto que o curso de medicina possui alto status social e desperta grande interesse por essa formação.

Tendo em vista o fato de todas as agentes serem cotistas, a Lei de Cotas tem contribuído para a inclusão racial nas instituições de ensino brasileiras, virando um importante instrumento para reverter a eliminação de indivíduos na educação superior (Corcetti; Petinelli-Souza, 2021).

Antonieta de Barros, Conceição Evaristo e Dandara dos Palmares são discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Assim sendo, indaguei se enfrentaram situações discriminatórias no ambiente universitário por essa razão. Consoante Antonieta de Barros:

[04] Discriminada, assim, pelas pessoas da minha turma, também, eu diria que não. Talvez, uma certa dificuldade a mais que eu tenho de acessar determinadas coisas da faculdade, então, assim, talvez, um pouquinho de uma discriminação institucional, por eu não conseguir me manter aqui tão bem, mas uma discriminação, por parte dos meus colegas, eu não cheguei a observar, não. Diretamente, não (Antonieta de Barros).

Antonieta de Barros está falando que: não há discriminação, ou, pelo menos, ela não a percebe por parte dos companheiros de sala, e dispor de recursos limitados gera certos impedimentos a sua vida. Iniciando a análise pela segunda observação, estou de acordo com Almeida e Silva (2020, p. 90) quando defendem a construção de políticas que mitiguem “os efeitos negativos que a vulnerabilidade socioeconômica traz ao processo de desenvolvimento social no ensino superior”. As Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), então, devem estar atentas às necessidades dos estudantes vulneráveis a fim de saná-las para que vivam, plenamente, a universidade. Um importante fator que agrava essa necessidade consiste no fato de uma parcela significativa de estudantes de instituições federais de ensino superior provirem de outros municípios ou estados. Para aqueles com maior vulnerabilidade financeira, instrumentos de assistência estudantil que favoreçam sua permanência, como a oferta de moradia estudantil e bolsas, são essenciais. A ausência desses instrumentos de assistência estudantil ou sua oferta em nível insuficiente para atender a demanda dos estudantes pode ser um dos principais fatores que colaboram para o aumento da evasão no ensino superior, que entre os anos de 2023 e 2024 foi de 17,5% (INEP, 2025), o maior da série histórica.

Quanto à questão da discriminação, há dois elementos relevantes para a análise. O primeiro deles diz respeito à percepção de Antonieta de Barros ao que ela denominou de discriminação institucional, que infiro estar relacionada à qualidade e oferta de políticas institucionais de assistência estudantil que favoreçam sua permanência na universidade, conforme já discutido no parágrafo anterior. Os dados são insuficientes para que se ateste a existência fatídica de discriminação institucional direcionada a estas estudantes. Não obstante, deve-se considerar que a universidade pública federal não está imune ao racismo estrutural presente em toda a estrutura e instituições de nossa sociedade, sendo pertinente supor que reproduz, em alguma medida, violência racial contra esse grupo minoritário (Almeida, 2019), configurando o que Dijk (2010) denomina de abuso de poder.

O segundo elemento está relacionado a possíveis práticas discriminatórias praticadas pela sua turma, que ela afirma não ter percebido. Entretanto, não nega a possibilidade, como se percebe pelo uso da expressão "diretamente, não". Infere-se que ela não foi uma vítima direta de violência racial e/ou social, visto que nem todo racismo e demais discriminações são praticadas explicitamente. Mas, não exclui a possibilidade de que os mesmos colegas de turma que a tratam com cordialidade, quando em sua presença, possam discriminá-la em conversas íntimas em grupos restritos do qual ela e as demais cotistas negras não fazem parte.

Conceição Evaristo, por sua vez, diz que:

[05] Não, não, não, graças à Deus, não ocorreu isso. Sou muito bem tratada (Conceição Evaristo).

Conceição Evaristo revela que não sofreu discriminação por ser discente em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Sente-se, na verdade, bem acolhida – adiante, ver-se-á que, embora veja-se (perceba-se) bem zelada, não se entende como parte do meio, o que evidencia uma discrepância em sua percepção.

Já Dandara dos Palmares informou que:

[06] Discriminada, não, mas, tipo assim, eu acho que existe, assim, uma falta de compreensão por parte das outras pessoas. Não sei se faz sentido com a pergunta, né, mas, tipo assim, no sentido de, o quê, a maioria dos nossos colegas, né, são, tipo, pessoas que têm uma renda boa e, tipo assim, às vezes, maioria das vezes, não

entendem, tipo assim, “ah, como assim você não pode isso, fazer isso...”, sabe? (Dandara dos Palmares).

No excerto [06], a agente dá a entender que os demais discentes de medicina – os estudantes da turma da entrevistada pelo menos – não compreendem as impossibilidades geradas pela escassez de recursos que ela dispõe. A realidade desses discentes é diferente da vivida pela agente. Para eles, é mais fácil do que para Dandara dos Palmares acessar o que precisa ser comprado. Sob essa ótica, conforme Souza *et al.* (2020), embora cinquenta e quatro por cento (54%) dos brasileiros se considerem afro-brasileiros, as faculdades de medicina são, tradicionalmente, ocupadas por grupos brancos, ricos e de classe média alta.

À exceção de Conceição Evaristo, as agentes não relatam situações de preconceito ou racismo explícitos nesse ambiente. A seguir, apresentarei e analisarei as narrativas a respeito desse ponto.

[07] Eu acredito que, talvez, na universidade, seja mais algo velado. Por exemplo, quando eu falo sobre qual curso que eu faço, eu percebo, assim, das pessoas, um pouquinho de surpresa. Talvez, por ser um curso que acaba que as pessoas consideram um curso mais elitizado, vamos dizer assim. Então, eles acabam relacionando mais medicina a pessoas brancas, a pessoas com uma condição financeira melhor. Então, eu percebo esse tipo de preconceito nesse sentido, sabe? De, realmente, as pessoas ficarem surpresas e ficarem perguntando qual que é a minha nota e se eu passei por cota. São situações que já me ocorreram. Então, eu acho que, nesse sentido, sim. Não dentro da minha sala, porque são pessoas que eu já tenho mais intimidade, mas dentro da universidade, também, de pessoas da própria cidade, isso já aconteceu (Antonieta de Barros).

[08] Olha..., eu acho que assim direto, sabe, o racismo escancarado, eu acho que não. Não que eu me recorde e, também, se tivesse sofrido, eu teria militado bastante, mas tem o estrutural, o que está ali na base, que você entra em uma sala e perguntaram, por exemplo, “qual curso que você está fazendo?” E, quando você fala que é medicina, as pessoas: “nossa, mas você?” “é, eu”. Então, assim..., obviamente, não desmerecendo outros cursos, só de estar na universidade já é uma conquista muito grande, mas, por ser um curso mais elitizado, geralmente, é dominante ali, as pessoas são brancas. Então, é..., é comum, é comum de ocorrer, você está com a blusa da turma e a pessoa: “nossa, mas você faz medicina?”, “sim”, mas nunca de nenhum, é, profissional ali da universidade, nem da professora, do professor, geralmente, são as pessoas mesmo que você tem algum contato, mas de maneira escancarada, não (Carolina Maria de Jesus).

[09] Por enquanto, com os alunos dentro da faculdade, não me ocorreu, mas ocorreu uma situação onde eu estava dentro da sala de aula e uns alunos visitantes de outra escola foram lá visitar, conhecer e, aí, um deles..., eu ouvi de longe, né, eles não falaram diretamente comigo, mas um deles falou assim: “nossa, médica daquela cor”, aí, o outro: “e cadeirante”, aí, o outro falou assim: “olha, cuidado com o racismo, hein, cuidado, vai sair daqui preso” e, aí, os dois começaram a rir e como eu não estava perto, eu ouvi de longe e não existe só eu de negra no curso, mas eu estava bem na porta, assim, bem direcionada para eles, então, eu simplesmente deixei para lá e fingi que nada aconteceu (Conceição Evaristo).

Em relação a esses excertos, Antonieta de Barros afirma que, quando informa que cursa medicina, as pessoas ficam surpresas e perguntam qual foi a sua nota e se ingressou por meio de cota, como se as pessoas que ingressam por essa modalidade não tivessem passado por um processo seletivo altamente competitivo. Sua observação de que as pessoas relacionam o curso de medicina a pessoas brancas evidencia a naturalização da elitização dessa profissão pela sociedade, causando estranheza quando uma pessoa fora do padrão hegemônico acessa tal curso. Esse dado evidencia e reforça a importância das políticas de acesso à universidade pública, por meio do sistema de cotas, bem como das políticas de assistência estudantil voltadas à permanência, para a promoção da diversidade social e para a ampliação da presença de pessoas pertencentes a minorias sociais nas diversas profissões de nível superior, especialmente nas mais elitizadas.

A naturalização citada acima não se limita à criação de lugares sociais (simbólicos) privilegiados a uma parcela elitizada. Mas, também, na delimitação do lugar do outro, do desprovido de privilégios. É nesse sentido que Carolina Maria de Jesus declara que, apesar de não ter sofrido preconceito ou racismo de forma direta no curso de medicina ou na universidade, demonstra consciência da existência do racismo estrutural, “o que está ali na base”, praticando o abuso de poder de forma sutil (Dijk, 2010), por meio da violência simbólica (Bourdieu, 2012). A violência simbólica está presente nesse estranhamento das pessoas que não concebem o curso de medicina como um lugar ao qual Carolina Maria de Jesus pertence ou deva fazer parte.

Sobre a violência simbólica, Bourdieu (2012, p. 47) esclarece que:

A violência simbólica se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (e, portanto, à dominação) quando ele não dispõe, para pensá-la e para se pensar, ou melhor, para pensar sua relação com ele, mais que de instrumentos de conhecimento que ambos têm em comum e que, não sendo mais que a forma incorporada da relação de dominação, fazem esta relação ser vista como natural; ou, em outros termos, quando os esquemas que ele põe em ação para se ver e se avaliar, ou para ver e avaliar os dominantes (elevado/baixo, masculino/feminino, branco/negro etc.), resultam da incorporação de classificações, assim naturalizadas, de que seu ser social é produto.

Essa explicação apresentada por Pierre Bourdieu nos auxilia a compreender a narrativa de Conceição Evaristo acerca de dois alunos visitantes, possivelmente secundaristas — visto que ela menciona que eram de outra escola, e não de uma instituição de ensino superior —, que estranharam o fato de ela, mulher negra e cadeirante, ser “médica”, termo que utilizaram ao se referir à discente.

Cabe lembrar que tais alunos proferiram dois (2) comentários preconceituosos contra ela (um racista e outro capacitista¹⁸). Vivendo em uma sociedade dominada por uma elite hegemônica, preconceituosa e discriminatória contra as mais variadas categorias minoritárias, é comum, embora lamentável, que as classes dominadas reproduzam elementos do discurso dominante, inclusive os mais reprováveis e aqueles que depõem contra os próprios agentes que os reproduzem. Como disse Bourdieu (2012), o processo de dominação conta, no caso do poder simbólico, com a adesão dos dominados ao projeto dominador (sua cultura, maneira de pensar, objetivos e valores), por meio da violência simbólica, que naturaliza esse processo de dominação. A falta de reflexão crítica dificulta o rompimento dessa relação. Por essa razão, um dos alunos mencionados por Conceição Evaristo chega a alertar ao outro "olha, cuidado com o racismo, hein, cuidado, vai sair daqui preso". Não o faz, ao que parece, por consciência da inconveniência e inadequação da fala racista e capacitista, mas pelo risco das consequências de manifestá-las verbalmente em público.

[10] Eu acho, é porque, eu acho, tipo assim, a federal até um ambiente, tipo assim, a minha experiência foi, tipo assim, um ambiente acolhedor. Na minha turma, em específico, tem bastante gente, tipo assim, comparado com as outras turmas, tem bastante gente de cor, então, eu não me sinto, tipo assim, excluída ou...

¹⁸ Capacitismo é o preconceito direcionado às pessoas com deficiência.

entendeu, porque tem outras pessoas ali iguais a mim (Dandara dos Palmares).

Dandara dos Palmares diz que não sofreu preconceito ou racismo, porque a universidade foi um ambiente “até” acolhedor. Ela relata a presença de outras pessoas negras em sua turma, o que lhe propiciou uma sensação mais acolhedora por ter se identificado com outros iguais, como ela própria diz. No entanto, cabe resgatar a discussão realizada anteriormente sobre uma possível divisão de classes percebida nas turmas de medicina. Sua narrativa deixa claro que não se sente excluída pelo fato de sua turma, diferentemente de outras, ter uma presença maior de pessoas negras. Logo, se essa não fosse a sua realidade, infere-se, com base em sua fala, que, possivelmente, não se sentiria tão acolhida e incluída. Mais uma vez fica evidenciada a importância da presença das pessoas pertencentes às minorias sociais, no caso desta pesquisa, mais particularmente, a presença de mulheres negras, na universidade, ocupando os espaços que antes lhes eram interditados, para que, ao longo do tempo, essa presença deixe de ser incômoda e indesejada.

[11] Não. Não sinto que eu sofri nada não, assim..., nada diretamente. Eu acho que indiretamente pode até ter uma coisinha ou outra sim, talvez, olhares, algum julgamento ou outro, mas diretamente não (Jarid Arraes).

Jarid Arraes declara que não sofreu preconceito ou racismo diretamente, mas que, indiretamente, pode haver olhares e julgamentos. No excerto [03] ela já tinha feito observação semelhante. Laudelina de Campos Melo, Maria Firmina dos Reis e Maria Odília Teixeira, por sua vez, afirmam que não sofreram preconceito ou racismo no curso ou na universidade, sem terem manifestado (Laudelina de Campos Melo e Maria Firmina dos Reis), em suas narrativas, qualquer percepção sobre eventuais discriminações sofridas, mesmo que discretas e indiretas. Contudo, é possível perceber preconceito e/ou racismo em circunstâncias descritas por Maria Odília Teixeira, que serão abordadas adiante.

Em suas pesquisas sobre o racismo nos discursos, Dijk (2010) argumenta que a discriminação raramente é reconhecida como expressão de racismo, pois se disfarça. Para esse autor:

A negação do racismo é uma das atitudes incluídas na estratégia de apresentação positiva dos membros do grupo. As normas e valores gerais, se não a própria lei, proibem formas (explícitas) de preconceito e discriminação étnica, e a maioria dos membros do grupo branco tanto estão conscientes das restrições sociais como, até certo ponto, compartilham e reconhecem essas restrições. Conseqüentemente, até mesmo o discurso racista mais explícito encontrado em nossos dados, costumeiramente, apresenta negações ou pelo menos mitigações do racismo (Dijk, 2010, p. 157-158).

Durante a entrevista, Carolina Maria de Jesus revelou que, em alguns momentos – na verdade, “a todo momento” –, tem de lidar com a surpresa das pessoas ao perceberem que ela cursa medicina. A partir disso, entende-se que existem sujeitos que compreendem que a medicina não é um lugar a ser ocupado por pessoas negras. Opinando, a medicina deve ser preenchida por seres humanos de todas as cores.

Segundo a concepção individualista de racismo, ele se manifesta, especialmente, na forma de discriminação direta (Almeida, 2019), o que, como disse, à exceção de Conceição Evaristo, não ocorre. Com as narrativas das agentes, é possível notar que o racismo é velado, é indireto e é estrutural. Nesse sentido, conforme Almeida (2019), as organizações são racistas porque o corpo social é racista e o racismo é parte da estrutura social.

Segundo Antonieta de Barros, ser mulher negra nesse ambiente é solitário; nas matérias do curso, não tem recorte racial e não há pessoas parecidas com ela. Contudo, essa agente percebe que, com as cotas, a quantidade de pessoas negras na medicina tem aumentado e isso lhe dá esperança. Consoante Carolina Maria de Jesus, ser mulher negra nesse ambiente é uma dificuldade, por conta do machismo e do racismo, e, ao mesmo tempo, uma forma de representar outras pessoas negras. Sobre a dificuldade de Carolina Maria de Jesus, Bento e Inoue (2024) afirmam que as mulheres negras estão inseridas nos recortes de raça, gênero e, frequentemente, classe econômica.

A respeito de como é ser mulher negra na medicina, Conceição Evaristo afirma que:

[12] Nossa, agora..., assim, é difícil, mas, agora, eu, como mulher negra, eu acho que tem mais pessoas representando. Antes, eu creio que não tinha tanto, mas, agora, está tendo mais pessoas negras, mulheres, principalmente, negras, na faculdade, e é, assim, eu me

sinto representada por elas, não por ser cadeirante, né, a outra pergunta era em geral, mas, por ter mulheres negras, eu me sinto representada **e não é fácil, né, porque a mulher já é muito..., vamos dizer, não é muito..., ah, não..., eles não valorizam muito e aí, por ser negra, ainda, piora, né, então é um pouco complicado**, mas eu estou sendo representada e eu acho que ali é o nosso lugar e é o nosso direito e a gente tem que lutar por isso independente dos obstáculos (Conceição Evaristo).

Em conformidade com essa agente, a mulher é desvalorizada, mas a mulher negra é ainda mais, o que lembra o que foi abordado anteriormente de que a mulher negra é o Outro do Outro (Kilomba, 2019). A mulher negra sofre de forma concomitante os efeitos do racismo e do sexismo.

Sobre ser mulher negra nesse ambiente, Dandara dos Palmares declara que:

[13] Eu acho que, tipo assim, é um... **você está ali rompendo é... rompendo uma... um padrão**, né, que sempre foi ali de pessoas brancas **e, querendo ou não, é um pouco mais difícil**, é, eu acho que a dificuldade, nesse quesito, pode aparecer mais quando a gente estiver formado mesmo, sabe, questão de oportunidade, talvez, isso influencie mais é..., **mas é legal, sabe, ocupar um lugar que antes não era ocupado** (Dandara dos Palmares).

Tal como essa entrevistada, na medicina, o padrão é o de pessoas brancas, mas é bom ocupar um lugar que era só de brancos. Além disso, em função de o padrão ser o de brancos, para os negros, “é um pouco mais difícil”, mas a dificuldade será, conforme ela, mais intensa no mercado de trabalho.

Jarid Arraes, que se considera parda, compreende que as pessoas retintas – então, dentre os negros, os pretos – sofrem, com mais frequência, o preconceito e o racismo. No seu caso, “nunca nada me afetou nem senti muita diferença”. Com a sua fala, entende-se que os pardos – indivíduos com ascendência mestiça – lidarão com menos situações de discriminação, já que têm uma cor intermediária entre o claro e o escuro.

Na entrevista, a agente Laudelina de Campos Melo me disse que ser mulher negra nesse ambiente é por vezes cansativo, porque, sendo referência a outras mulheres negras, ela se cobra a “dar o melhor, mostrar o melhor, ser o melhor”. Realmente, essa situação é, potencialmente, exaustiva, pois a autocobrança exagerada pode, certamente, trazer prejuízos psicológicos ao indivíduo.

Em relação a ser mulher negra na medicina, Maria Firmina dos Reis afirma que:

[14] A minha família não é rica nem nada assim tudo o que eu conquistei, a escola particular mesmo que eu estudei durante parte do meu ensino fundamental foi com muito esforço, para eu estar aqui é muito esforço dos meus pais, eu vejo a luta deles todos os dias. Então, eu fico muito feliz de ser uma das primeiras da minha família e tudo o mais eu também fico: "gente, mas por que que tinha que ser eu?" "por que que não veio alguém antes para abrir essa porta e facilitar um pouco?". Eu me sinto bem, só que, **às vezes, pesa um pouco, aí, volta naquilo que eu falei de uma autocobrança e sempre ter que ser muito boa, sempre ter que se esforçar muito. Para mim, é uma dualidade**, mas, no geral, eu sou bem feliz com tudo que eu venho construindo (Maria Firmina dos Reis).

Nesse excerto, a entrevistada menciona o esforço de seus pais para que ela estude e a realidade de vir a ser a primeira médica de sua família, o que recorda Bourdieu (2012a) quando disserta sobre o que chamou de contradições da herança. Ao falar da herança social e sua transmissão, o autor não está se referindo à partilha de bens materiais, mas da perpetuação da linhagem, simbolicamente representada pela figura do pai. O termo herança, portanto, tem sentido mais amplo, de forma que:

[...] para continuar aquele que, em nossas sociedades, encarna a linhagem, ou seja, o pai, e o que constitui, sem dúvida, o essencial da herança paterna, ou seja, esse espécie de "tendência a perseverar no ser", perpetuar a posição social, que o habita, é preciso, muitas vezes, distinguir-se dele, superá-lo e, em certo sentido, negá-lo; tal operação não ocorre sem problemas, tanto para o pai que deseja e não deseja essa superação assassina quanto para o filho (ou a filha) que se encontra diante de uma missão dilacerante e suscetível de ser vivida como uma espécie de transgressão (Bourdieu, 2012a, p. 231).

A transmissão da herança social se configura, portanto, como um projeto de sucessão, pela transmissão inconsciente das disposições herdadas (*habitus*) e por ações educativas orientadas. Por ser inconsciente, o referido autor prefere adotar o termo *conatus* em lugar de projeto, que poderia levar a pensar em um planejamento consciente, para designar esse processo de transmissão e sucessão na herança social.

O *conatus* envolve possibilidades distintas e ambas não ocorrem sem traumas, em especial porque, superar o pai equivale, simbolicamente, a assassinar o pai (simbolicamente). Uma delas envolve os herdeiros que, aceitando herdar, são herdados pela herança. É o caso do filho ou filha de médico que se torna médico, ou do pedreiro que se torna pedreiro, por exemplo. Isso porque "a identificação do filho com o desejo do pai como desejo de ser continuado faz o herdeiro sem história" (Bourdieu, 2012a, p. 232).

Outra possibilidade relaciona-se aos filhos que transcendem sua herança social, como é o caso de Maria Firmina do Reis e, provavelmente, de todas as outras entrevistadas nesta pesquisa. Para o pai, a ascensão do filho que leva à sua superação é, de certa forma, seu próprio acabamento. Para o filho ou filha, seu sucesso nessa ascensão é, de certa forma, um rompimento.

Isso se agrava no caso de pais e mães que projetam seus sonhos interrompidos nos filhos, buscando realizá-los por procuração, conforme Bourdieu (2012a). Diz o autor que, no caso das projeções, alguns pais criam projetos compensatórios impossíveis ou além dos limites dos filhos, sendo essa uma das principais fontes de contradição e sofrimento no *conatus*.

Por fim, há aqueles que, conforme Bourdieu (2012a, p. 233), são comumente chamados de fracassados, visto que são "os que erraram o objetivo que lhes fora socialmente atribuído pelo "projeto" inscrito na trajetória dos pais e no futuro que ela implicava".

Como se verifica no excerto [14], Maria Firmina dos Reis registra um sentimento contraditório. Ao mesmo tempo em que se sente feliz em ser a primeira pessoa da família a cursar medicina, sente-se desconfortável pelo tamanho de sua responsabilidade para com seu *conatus* e suas consequências, como se percebe quando diz: "gente, mas por que que tinha que ser eu"; "por que que não veio alguém antes para abrir essa porta e facilitar um pouco?". Ademais, a agente: fala de uma autocobrança – exigência ou cobrança feita a si mesma –, como Laudelina de Campos Melo, e que ser mulher negra na medicina é uma dualidade – ou seja, é dual, duplo –, já que, em certos casos, ela é contente e, em outros casos, "pesa um pouco", prejudicando a saúde mental da estudante.

Sobre ser mulher negra nesse ambiente, Maria Odília Teixeira diz que:

[15] Eu acho assim que, obviamente, é, porque eu não tenho um parente que é médico e também eu não cheguei a fazer nenhum estágio até o momento, mas eu sinto que eu, [Maria Odília Teixeira], não... Sabe, eu não sei se é o ambiente, obviamente, isso, às vezes, é uma coisa que foi imposta na minha cabeça, porque, desde que eu passei, eu escutei não dentro da universidade, mas assim: "ah, ela só passou por cota, ela só passou por isso", sendo que, assim, eu jamais teria condições de pagar uma faculdade particular e eram pessoas que faziam particular e falavam isso, sabe, então, eu não sinto que vá ter um olhar de "ela é minha médica" da mesma forma que outros colegas da turma tem, sabe, apesar de que mesmo local, mesmos estudos, mesmos professores.

E tem aulas que são menores, assim, com, no máximo, dez (10) alunos, porque são noventa (90) por turma e assim eu tento sempre participar, eu não sinto que eu tenho o mesmo acolhimento que outros da minha turma, podem falar a mesma coisa que eu e tudo o mais e a professora fica tipo: "nossa, você é superinteligente", e, tipo, eu também participei, sabe, e eu... E aí? (Maria Odília Teixeira).

A entrevistada indica que não tem familiar médico. Nesse ponto, lembrei-me, novamente, de Bourdieu (2012a), já que, se não há membro da família que seja médico, possivelmente, existe uma superação da herança familiar. Conforme o autor (2012a, p. 232), "A herança bem-sucedida é um assassinato do pai consumado a partir de sua própria injunção, uma superação dele destinada a conservá-lo, manter seu "projeto" de superação que, enquanto tal, está na ordem das sucessões". Para além disso, nesse fragmento, a agente afirma que, desde que ela passou, escutou, não dentro da universidade – como Antonieta de Barros –, que conseguiu, porque valeu-se da cota – de novo, como Antonieta de Barros. Ainda, nessa parte, Maria Odília Teixeira diz 'eu não sinto que vá ter um olhar de "ela é minha médica"', o que compreende que acontecerá com colegas não negros de sua turma. Ademais, a entrevistada relata não sentir o acolhimento que outros alunos de sua sala têm em disciplinas. De acordo com ela, eles 'podem falar a mesma coisa que eu e tudo o mais e a professora fica tipo: "nossa, você é superinteligente"', demonstrando que, em um cenário educacional hegemonicamente branco, discentes negros e negras são discriminados e menos valorizados em relação às suas potencialidades intelectuais do que seus pares brancos (Martins; Taquette, 2024). A fala de Maria Odília Teixeira, nesse fragmento discursivo, evidencia uma dificuldade – provavelmente compartilhada por outras estudantes negras – de se sentir pertencente a esse lugar simbólico privilegiado. Há o risco não apenas de a sociedade avaliar essas futuras médicas como profissionais de menor valor em comparação com seus colegas brancos e oriundos de famílias mais abastadas, em

virtude da discriminação, mas também de que elas próprias passem a se autodesvalorizar, sucumbindo ao peso da influência do racismo estrutural.

Sobre os desafios enfrentados no curso e na universidade, Antonieta de Barros, Carolina Maria de Jesus e Maria Odília Teixeira informam que a questão racial é um desafio, porque, para a primeira (1^a), no curso de medicina, os negros são a minoria, para a seguinte, a segunda (2^a), “ser mulher preta é uma dificuldade em si”¹⁹ e, para a terceira (3^a):

[16] Falo até, por exemplo, de você sair com seus amigos e você ser usado como, por exemplo, para só comunicação entre seus outros amigos, sabe, e aí as pessoas falam: “não, não tem nada a ver”, mas a gente sabe que tem (Maria Odília Teixeira).

Em relação a essa frase, eu suponho que ela queira falar que amigos se sintam atraídos por outros amigos, e não por ela, e solicitam que ela atue como uma intermediária, isso é, uma mediadora da situação. Sobre a solidão da mulher negra, Mizael, Barrozo e Hunziker (2021) afirmam, em sua pesquisa, que essa solidão foi relacionada especialmente à ausência de um parceiro, ao desamparo parental e/ou do próprio parceiro e à rejeição afetivo-sexual. Adicionalmente, o racismo foi tido como o fator crucial dessa solidão (Mizael; Barrozo; Hunziker, 2021).

Embora não aborde a solidão mencionada, a análise de Mathias (2023) é pertinente à discussão em curso:

Em sendo corpos que despertam o desprezo do detentor de poder, a tendência é um aumento da hostilidade e do potencial de agressividade, diminuindo radicalmente o escopo do pertencimento. Se o corpo despertar a atração – consciente ou inconsciente – daquele que detém o poder a tendência é uma maior tolerância aos desvios, acompanhada de concessões a fim de indicar a simpatia, Nessa leitura, cada corpo em cuja superfície se encontram inscritas as narrativas de gênero e raça tem potenciais diferentes no que diz respeito às chances de obtenção de pertencimento. Isto é, fazer parte de um determinado grupo formado pelo vetor de gênero ou de raça não implica automaticamente exclusão ou negação da sensação de pertencimento. Em grande medida, isso acaba sendo definido também a partir do corpo e sua semiótica individual (p. 174-175).

¹⁹ A partir dessa frase, entende-se que a mulher negra lidará com desafios por ser mulher negra. Como havia mencionado, as mulheres negras têm lutas que não são experimentadas por outras coletividades.

Desse modo, emergem diferentes graus de pertencimento decorrentes da realidade corporal (Mathias, 2023).

Além disso, Maria Odília Teixeira menciona que:

[17] eles não veem que a questão racial é algo que vai determinar se uma pessoa vai me ver como médica ou não, eu posso ter o mesmo estudo que você, mas, às vezes, eu vou chegar ali e eles não vão me ver como médica num estágio (Maria Odília Teixeira).

Maria Odília Teixeira afirma que pode não ser vista como aluna do curso de medicina em um estágio (devido ao racismo). De forma lamentável, não é incomum que pacientes confundam discentes negros desse curso com estudantes de enfermagem ou fisioterapia, visto que essas profissões, embora muito nobres, não possuem o mesmo status social da medicina. Portanto, devido ao racismo estrutural e os preconceitos construídos socialmente a partir dele, é mais comum associar uma pessoa negra a essas profissões que à medicina. Apesar do significativo aumento da presença de pessoas negras nos cursos de medicina, por meio da política de cotas, essa profissão ainda permanece sendo socialmente lida como branca e elitizada.

Abaixo, no Quadro 9, coloco um resumo do que apareceu na categoria violências sociais.

Quadro 9 – resumo do que apareceu na categoria violências sociais

Antonieta de Barros	A discriminação por ser cotista não aconteceu (percepção da agente). A discriminação por ser discente em situação de vulnerabilidade socioeconômica não ocorreu (percepção da agente). O preconceito ou racismo aconteceu. A medicina é um lugar solitário para a agente. A questão racial é um desafio.
Carolina Maria de Jesus	A discriminação por ser cotista não aconteceu (percepção da agente).

	<p>O preconceito ou racismo aconteceu. A respeito de como é ser mulher negra nesse ambiente, a agente afirma que é uma dificuldade, “você tem que se afirmar o tempo todo” e “eu me vejo ali como uma forma de representar”.</p> <p>A questão racial é um desafio.</p>
Conceição Evaristo	<p>A discriminação por ser cotista não aconteceu (percepção da agente).</p> <p>A discriminação por ser discente em situação de vulnerabilidade socioeconômica não ocorreu (percepção da agente).</p> <p>O preconceito ou racismo aconteceu.</p> <p>Ser mulher negra nesse ambiente é difícil, porque a mulher negra é mulher e é negra (as opressões se combinam e se entrecruzam).</p>
Dandara dos Palmares	<p>A discriminação por ser cotista não aconteceu (percepção da agente).</p> <p>A discriminação por ser discente em situação de vulnerabilidade socioeconômica não ocorreu (percepção da agente).</p> <p>O preconceito ou racismo não aconteceu.</p> <p>Para a agente, estar nesse ambiente é romper um padrão.</p>
Jarid Arraes	<p>A discriminação por ser cotista não aconteceu (percepção da agente).</p> <p>O preconceito ou racismo não aconteceu.</p>
Laudelina de Campos Melo	<p>A discriminação por ser cotista não aconteceu (percepção da agente).</p> <p>O preconceito ou racismo não aconteceu.</p> <p>Ser mulher negra na medicina é um pouco cansativo.</p>
Maria Firmina dos Reis	<p>A discriminação por ser cotista não aconteceu.</p> <p>O preconceito ou racismo não aconteceu.</p>

	Ser mulher negra na medicina é dual.
Maria Odília Teixeira	A discriminação por ser cotista não aconteceu. É possível identificar manifestações de preconceito e/ou racismo nas circunstâncias descritas por Maria Odília Teixeira. A questão racial é um desafio.

Fonte: Elaborado pela autora. (2026).

No Quadro 10, síntese da teoria da categoria.

Quadro 10 – síntese da teoria ²⁰

Síntese da teoria presente na categoria violências sociais	Cotistas universitários enfrentam atos discriminatórios (Prado; Silva, 2022).
	Quando há abuso de poder, os direitos civis e sociais das pessoas são desrespeitados (Van Dijk, 2008).
	A Lei de Cotas tem contribuído para a inclusão racial nas instituições de ensino brasileiras (Petinelli-Souza, 2021).
	A vulnerabilidade socioeconômica provoca efeitos negativos no processo de desenvolvimento social no ensino superior (Almeida; Silva, 2020).
	Embora cinquenta e quatro por cento (54%) dos brasileiros se considerem afro-brasileiros, as faculdades de medicina são, tradicionalmente, ocupadas por grupos brancos, ricos e de classe média alta (Souza <i>et al.</i> , 2020).
	A discriminação é pouco reconhecida como expressão de racismo (Dijk, 2010).
	Na concepção individualista de racismo, ele se manifesta na forma de discriminação

²⁰ Pode haver mais teoria. No Quadro 10 e seguintes (de teoria), parte dela é rerepresentada.

	direta e as organizações são racistas porque o corpo social é racista (Almeida, 2019).
	As mulheres negras estão inseridas nos recortes de raça, gênero e, frequentemente, classe econômica (Bento; Inoue, 2024).
	A mulher negra é o Outro do Outro (Kilomba, 2019).
	A ascensão que leva o filho a superar o pai é seu próprio acabamento, a plena realização de um “projeto” rompido e a herança bem-sucedida é um assassinato do pai (Bourdieu, 2012, p. 232).
	Em um cenário educacional hegemonicamente branco, discentes negros e negras são discriminados e menos valorizados em relação às suas potencialidades intelectuais do que seus pares brancos (Martins; Taquette, 2024).
	O racismo foi tido como o fator crucial da solidão da mulher negra (Mizael; Barrozo; Hunziker, 2021).

Fonte: Elaborada pela autora. (2026).

4.2 Táticas de sobrevivência no ambiente

A hora da estrela

Esse eu que é vós pois não aguento ser apenas mim, preciso dos outros para me manter de pé [...] (Lispector, 1998).

Antonieta de Barros, Dandara dos Palmares e Jarid Arraes dizem, respectivamente, que: “eu me sinto integrada quando estou com os meus amigos”; “Eu não estou sozinha, eu tenho com quem contar” e “consegui fazer bons amigos”. Por meios dessas falas, as entrevistadas ressaltam a importância das amizades ao longo do curso de graduação. Pela entrevista, eu poderia dizer que os amigos de Antonieta de Barros são majoritariamente negros. Contudo, com base nas

entrevistas, eu não conseguiria afirmar que os colegas de Dandara dos Palmares e de Jarid Arraes são predominantemente negros, a composição de seus grupos pode variar.

Durante a trajetória universitária, os amigos desempenham um papel essencial, pois são capazes de compreender tanto as alegrias quanto as dificuldades enfrentadas nesse período. Além disso, muitos estudantes do ensino superior encontram-se afastados de seus familiares, o que torna ainda mais necessários o apoio e a presença de pessoas próximas. Portanto, para a maioria das pessoas, ter amizades é, como dito, indispensável para viver bem essa fase importante na vida de jovens e adultos.

Em contrapartida, Conceição Evaristo informa que:

[18] Eu acho..., eu acho que não só na faculdade, também toda a vida escolar. **Eu sempre fui mais de ficar no meu canto, de não conversar muito**, eu acho que até por ser cadeirante, acho que nem seja pela cor da pele, mas é porque... eu via que, na escola, quando eu... as amigas iam, é, sair para algum lugar e não me chamava, porque “ah, tem aquela questão de ser cadeirante e não sabe se os lugares são acessíveis”, então, acabava não me chamando e não integrando muito, então, eu não me integrava muito por essa questão, mas assim eles me tratam muito bem, sou muito bem acolhida (Conceição Evaristo).

No excerto [18], a agente demonstra que se mantém afastada de situações sociais, evitando interações. Atribui isso a uma questão de sua personalidade introspectiva, possivelmente desenvolvida por conta de sua condição de deficiente física. Sua limitação acarretou, conforme sua narrativa, o fato de não ser incluída em atividades sociais por suas colegas.

A entrevistada demonstra uma certa conformidade com essa situação. De tal forma, evidencia que seu comportamento introspectivo pode lhe servir como uma tática de sobrevivência, ao evitar estabelecer relações sociais de maior qualidade e vínculo, seja pelo receio de criar dificuldades para que essas amizades lhe incluam em suas atividades e passeios, seja pelo receio de se decepcionar com eventuais 'abandonos' por parte dessas amizades. Cabe recordar a narrativa dessa mesma entrevistada no excerto [9], quando narra a conversa de dois estudantes que visitavam a universidade, estranhando o fato de ela, mulher negra e cadeirante, cursar medicina. Ressalta no referido excerto sua fala, quando diz: "**eu**

simplesmente deixei para lá e fingi que nada aconteceu". Conceição Evaristo ignora, propositadamente, a situação narrada, agindo como se tudo estivesse normal, evidenciando que o evitamento se constitui em uma de suas táticas para evitar conflitos e, portanto, de sobreviver nos espaços sociais que frequenta. Diferentemente de Antonieta de Barros, de Dandara dos Palmares e de Jarid Arraes, Conceição Evaristo revela que fica, com frequência, sozinha. Essas outras encontraram em seus grupos de amizade a força para sobreviver e resistir nos ambientes que lhes são hostis.

Estas são as táticas de sobrevivência de que Maria Firmina dos Reis e Maria Odília Teixeira se valem: fala ao telefone com os pais todos os dias (a primeira), tem amigas cotistas (a segunda) e não usa o cabelo solto no município em que estuda e dentro de sala de aula (a segunda). Maria Firmina dos Reis fala ao telefone com os pais todos os dias, já que o município em que estuda fica a três (3) horas e cinquenta e oito (58) minutos de Ponte Nova. Como disse, comumente, estudantes universitários estão afastados do convívio familiar. Apesar de falar ao telefone com os pais todos os dias, Maria Firmina dos Reis afirma que fica com saudade. Ao ser questionada se sofreu discriminação no curso ou na universidade por ser cotista, Maria Odília Teixeira contou o seguinte:

[19] Não, mas, assim, o meu grupo de amigas na sala parece que juntou todas as cotistas num grupo de amigas, sabe, todas nós, porque, infelizmente, a [universidade] tem esse sistema de IRA e acaba tendo uma competitividade muito alta entre os próprios alunos e eu não sinto se, talvez, tudo bem que a nota do vestibular não vai condizer, às vezes, com o desempenho seu na faculdade, mas, assim, o meu grupo de amigas foi formado por cotistas (Maria Odília Teixeira).

Provavelmente, as cotistas se agruparam por compartilharem experiências semelhantes. Mas, também, por afinidade, já que pertencem a um extrato social semelhante. Há, portanto, uma identificação entre as pessoas desse grupo que, unidas, podem não apenas desenvolver uma boa convivência social entre si, mas também, resistir, proteger-se e defender-se, caso necessário. As diferenças sociais dos cotistas em relação aos demais estudantes de medicina – tradicionalmente, como dito antes, formados por pessoas brancas oriundas de famílias de maior poder aquisitivo – implicam *habitus* diferentes, fazendo uma referência ao conceito de Pierre Bourdieu (2007). Para o referido autor, o *habitus* pode ser definido como um

conjunto de disposições duráveis introjetadas pelos indivíduos. Bourdieu (2007, p. 61) define-o como “[...] um conhecimento adquirido e também um haver, um capital (de um sujeito transcendental na tradição idealista) o *habitus*, a *hexis*, indica a disposição incorporada, quase postural [...]” do agente em ação na sociedade. Perdigão, Carrieri e Saraiva (2024, p. 24), ao dissertar sobre o *habitus*, informam que:

Ao se vincular a um campo, o indivíduo deve ser portador do *habitus* apropriado àquele campo, sob risco de não conseguir se legitimar nele. O *habitus* interfere e se manifesta no jeito de ser do indivíduo, em sua forma de falar e de se vestir, na preferência por determinado estilo musical, na prática de determinados esportes em detrimento de outros, no que se lê, nos gestos, no cuidado com o corpo, na intelectualidade, enfim, em todas as práticas e disposições de comportamento que permitem identificar os indivíduos, com base nas representações sociais da realidade simbólica criadas para atender as divisões do espaço social, como pertencentes ou não a um grupo social.

Pode-se inferir que a origem e as características sociais dos discentes cotistas estão inscritas em seus corpos, em seus comportamentos, em seus gostos, na maneira de falar, de ver o mundo e de interagir com ele, por força do *habitus* adquirido ao longo de suas vidas. Como o curso de medicina é elitizado e socialmente hipervalorizado, atrai o interesse de famílias de classe média alta e de classes superiores, o que o tornou majoritariamente frequentado por pessoas brancas e com alto poder aquisitivo, com *habitus* compatíveis a esse lugar social.

Como observado por Perdigão, Carrieri e Saraiva (2024) na citação transcrita acima, o *habitus*, com base nas representações sociais criadas para atender às divisões do espaço social, permite aos agentes identificarem seus 'iguais' e os 'outros', diferenciando-os. Assim, é confortável para os agentes se agruparem entre seus semelhantes. Enquanto Maria Odília Teixeira e outras estudantes negras e cotistas (homens negros e cotistas também podem estar sendo inseridos nesses grupos de amizade) se agrupam, é possível supor que o mesmo ocorra entre os discentes brancos não cotistas, que também buscarão se enturmar com pessoas cujo *habitus* seja semelhante ao seu.

Além do mais, Maria Odília Teixeira assegura que:

[20] eu nunca usei o meu cabelo solto aqui [no município em que estudo], aqui dentro de sala, porque eu não sei eu acho que uma turma de noventa (90) pessoas oitenta (80) brancas, sabe, eu não sinto que seria tão confortável, estaria tão confortável (Maria Odília Teixeira).

A entrevistada não usa o cabelo crespo solto no município em que estuda. Vejo essa situação como uma tática de sobrevivência no ambiente, para evitar situações que a exponham a práticas racistas. Todavia, ter esse tipo de cabelo percebido como ruim é uma violência (Coelho, 2016), de modo que essa discussão poderia ter aparecido na categoria de violências sociais.

A seguir, no Quadro 11, coloco um resumo do que foi dito na categoria táticas de sobrevivência no ambiente.

Quadro 11 – resumo do que foi dito na categoria táticas de sobrevivência no ambiente

Antonieta de Barros	Ressalta a importância da amizade ao longo do curso de graduação.
Conceição Evaristo	Fica, frequentemente, sozinha (diferentemente de Antonieta de Barros, Dandara dos Palmares e Jarid Arraes). Ignora situação narrada (relatada), agindo como se tudo estivesse normal.
Dandara dos Palmares	Ressalta a importância da amizade ao longo do curso de graduação.
Jarid Arraes	Ressalta a importância da amizade ao longo do curso de graduação.
Maria Firmina dos Reis	Ela fala, ao telefone, com os pais todos os dias.
Maria Odília Teixeira	As amigas são as outras cotistas de sua sala. Não usa o cabelo crespo solto.

Fonte: Elaborado pela autora. (2026).

Quadro 12 – síntese da teoria presente na categoria táticas de sobrevivência no ambiente

Síntese da teoria presente na categoria táticas de sobrevivência no ambiente	Ter o cabelo crespo como ruim é uma violência (Coelho, 2016).
---	--

Fonte: Elaborado pela autora. (2026).

4.3 Espaços formais para denúncia do preconceito e do racismo

Nesta parte, discutirei sobre os espaços formais para denúncia do preconceito e do racismo. Esta é uma seção menor, porque corresponde a uma questão do roteiro.

Após a ocorrência do preconceito ou do racismo no curso ou na universidade, Antonieta de Barros, Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo não fizeram a denúncia na universidade. Com as narrações, fica evidente que Antonieta de Barros e Carolina Maria de Jesus não creem na efetividade do espaço formal para denúncia do preconceito ou do racismo.

Consoante Antonieta de Barros:

[21] Às vezes, a gente acha que vai ser muito desgastante, talvez, e como não foi algo assim direto, é algo mais velado, acabei, às vezes, deixando passar, por achar que vai ser um transtorno, que talvez não vai ser resolvido, que não vai trazer muitos benefícios assim para mim, talvez vai ser um transtorno que não vai dar algum resultado (Antonieta de Barros).

Em conformidade com Carolina Maria de Jesus:

[22] [...] penso assim, a gente vê que casos de racismo, racismo escancarado, de olhar para uma pessoa e chamar ela de macaca, de coisas piores do que isso, não são levados à frente, quanto mais um caso de... um racismo tão bem velado, tão bem escondido, né, de “nossa, eu não achei que você faria esse curso”, “mas, por quê?”, “não, por nada, só achei que você faria outra coisa”. Então, não, não levei denúncia nenhuma para a universidade, não, só ali na hora mesmo, tipo, “por que você acha que eu não poderia?”, “pela cor?”, “não, claro que não”, não levei para frente, não (Carolina Maria de Jesus).

Ainda, tal como essa entrevistada:

[23] Acho que é, justamente, por isso que..., sabe, eu não teria como provar que isso é racismo, embora a gente saiba que é, né, a gente que tem essa pele, você entende que, a todo momento, você é

questionado, “nossa, mas você?”, você sabe que não é pelo seu rosto, não é pelo seu tamanho, não é..., é pela cor, mas essa pessoa que diz isso poderia muito bem dizer “ah, não, é porque eu achei ela muito nova”, então, não é algo que teria como provar, sabe, mas se fosse uma situação onde eu estivesse com alguém e acontecesse um racismo de verdade, um racismo, assim, escancarado, com certeza, eu levaria, sim (Carolina Maria de Jesus).

Nesses excertos, as agentes declaram que: denunciar seria exaustivo, um incômodo e o problema não seria solucionado (Antonieta de Barros) e casos de racismo explícito não costumam ser levados adiante, menos ainda os casos de racismo velado (Carolina Maria de Jesus). À luz dessas afirmações, o racismo não se manifesta apenas por meio de atos individuais explícitos, mas se perpetua de maneira difusa e naturalizada nas práticas sociais e institucionais, o que contribui para o descrédito e para a adesão limitada aos mecanismos formais de enfrentamento.

Nesse contexto, os canais de denúncia, embora reconhecidos como iniciativas indispensáveis, enfrentam problemas significativos (falta de confiança na confidencialidade, medo de retaliação – por parte de quem denuncia – e falhas na comunicação ao longo do processo, do registro da denúncia ao fornecimento de *feedback*) (Lavor, 2024). Nesses casos, a ocorrência de retaliação por parte daqueles que são alvo da denúncia configura uma forma de abuso de poder, pois retaliar, quer dizer: “Praticar represálias por danos sofridos, desagradar, revidar” (Michaelis, 2026). Lembrando, o abuso de poder é uma violação dos direitos das pessoas. Tendo passado por discriminação, é fundamental que a vítima acione os canais de denúncia e receba o devido acolhimento.

Conceição Evaristo deixou de fazer a denúncia do preconceito ou do racismo por quê:

[23] Eu, simplesmente, deixei, porque, até porque eu não teria prova ali que eles fizeram, porque eles são crianças e, assim, a justificativa era: “ah, é brincadeira de criança”, mas para a gente não era uma brincadeira, né, então, tinha que ser..., eu sinto que eu tinha que ter relatado, eu tinha que ter ido lá, falado, mas eu estava no meio da aula, e, assim, não teria como eu parar e falar e conversar (Conceição Evaristo).

A agente, no excerto, relata que gostaria de ter denunciado, porém se sentiu impedida pela ausência de provas e pelo contexto da aula. Quando expressam atitudes racistas, crianças devem ser educadas e orientadas. Pela entrevista, eu não poderia afirmar que ela deixa de denunciar por falta de confiança no sistema, como Antonieta de Barros e Carolina Maria de Jesus.

O espaço formal para denúncia do preconceito ou do racismo tem que escutar, acolher e apoiar. Além disso, ele deve, prontamente, dar encaminhamento à situação relatada na denúncia, adotando as medidas necessárias, o que parece ocorrer na Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF.

Consoante a Universidade Federal de Juiz de Fora (2026), na UFJF, as denúncias precisam ser realizadas, prioritariamente, por meio da Plataforma Fala-Br. Esse sistema possibilita que denúncias sejam efetuadas de forma anônima (Universidade Federal de Juiz de Fora, 2026). De acordo com a Universidade Federal de Juiz de Fora (2024, p. 4):

A Ouvidoria Especializada²¹ [da Universidade Federal de Juiz de Fora] acompanha todos os casos até o desfecho final, procurando manter o interessado atualizado sobre os andamentos, o que não impede que a demanda na plataforma Fala-Br seja temporariamente concluída, em atenção aos prazos prescricionais e, após, de acordo com as respostas dos órgãos demandados essas sejam reabertas e complementadas.

De modo lamentável, persiste a lentidão na condução das tratativas encaminhadas à Comissão de Ética da Universidade Federal de Juiz de Fora (Universidade Federal de Juiz de Fora, 2024). Ainda assim, embora o processo seja moroso, observa-se que a universidade apresenta estrutura institucional para o acolhimento e o encaminhamento de denúncias, mas as vítimas, frequentemente, optam por não acionar os canais apropriados.

Abaixo, no Quadro 13, coloco um resumo do que apareceu na categoria espaços formais para denúncia do preconceito e do racismo.

²¹ Ouvidoria Especializada em Ações Afirmativas. No segundo semestre de 2023, estes foram os principais assuntos: assédio moral, conduta racista, assédio sexual, fraude ao sistema de cotas, homofobia/transfobia e direitos PCD, acessibilidade e pessoa com deficiência (Universidade Federal de Juiz de Fora, 2024).

Quadro 13 – resumo do que apareceu na categoria espaços formais para denúncia do preconceito e do racismo

Antonieta de Barros	Não fez a denúncia na universidade. Não crê na efetividade do espaço formal para denúncia do preconceito e do racismo.
Carolina Maria de Jesus	Não fez a denúncia na universidade. Não crê na efetividade do espaço formal para denúncia do preconceito e do racismo.
Conceição Evaristo	Não fez a denúncia na universidade. Gostaria de ter denunciado.

Fonte: Elaborado pela autora, 2026.

Quadro 14 – síntese da teoria

Síntese da teoria presente na categoria espaços formais para denúncia do preconceito e do racismo	Os canais de denúncia são reconhecidos como iniciativas necessárias, mas enfrentam problemas significativos (Lavor, 2025). Os problemas são: falta de confiança na confidencialidade, medo de retaliação e falhas na comunicação ao longo do processo, do recebimento da denúncia ao fornecimento de <i>feedback</i> (Lavor, 2025).
---	--

Fonte: Elaborado pela autora, 2026.

4.4 Pertencimento

O ódio que você semeia

Eu só queria poder ser eu mesma em Williamson como Will era ele mesmo em Bel-Air (Thomas, 2017)²².

O pertencimento tem um lugar notável na experiência humana (Mathias, 2023). Mathias (2023) discorre sobre três vetores do pertencimento: o social, o corpóreo e o emocional. Em consonância com esse autor:

²² Starr, protagonista negra de *O ódio que você semeia*, sente-se deslocada no colégio, o Williamson. No livro, a escola é composta por uma maioria branca.

essas três esferas abrangem a experiência mais ampla da macroestrutura social, abarcam a experiência da interação social mediada pelo corpo e incluem a dinâmica afetiva do microcosmo individual. Em todas as três esferas, ocorrem negociações e movimentos de administração do pertencimento, sempre incluindo e excluindo atores sociais, conforme as regras dominantes de cada círculo em que o sujeito transita (2023, p. 168).

Logo, proponho a adoção desse entendimento acerca do pertencimento.

Além disso, primeiramente, gostaria de mencionar, para contextualizar, que, em dois mil e dezoito (2018), um discente negro de medicina – do sexto ano da Universidade Iguazu (Unig) – narrou, em uma rede social, a emoção de uma idosa de setenta e quatro anos (74) ao ser atendida por ele. Consoante a senhora – também negra –, aquela foi a primeira vez em que foi consultada por um médico negro.

Nas narrativas, as agentes falam disso. No curso de medicina, há, majoritariamente, pessoas brancas de classe social mais alta. Por isso, os médicos negros são uma pequena parcela e são, esporadicamente, encontrados. Esse cenário deve, indubitavelmente, transformar-se nos próximos anos, de maneira a se achar, com mais facilidade, médicos negros nos hospitais e postos de saúde, por exemplo.

Antonieta de Barros, Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo, Laudelina de Campos Melo e Maria Odília Teixeira não se sentem integradas (pertencentes) ao curso e/ou à universidade. Essas entrevistadas afirmam que a maior parte dos estudantes de medicina é branca, o que dificulta que se sintam integradas e pertencentes ao curso. O ser branco aqui não é meramente uma questão de cor. É mais do que isso. Essa branquitude, nos cursos de medicina, representa, também, os privilégios socioeconômicos associados a essa cor. Com isso, as discentes negras, com seus respectivos *habitus* (Bourdieu, 2007; Perdigão; Carrieri; Saraiva, 2024), são as outras que não se encaixam no perfil hegemônico daquele espaço elitizado.

Os excertos transcritos a seguir, de Antonieta de Barros e Carolina Maria de Jesus, corroboram essa análise:

[24] Na verdade, não. Assim, eu me sinto integrada quando eu estou com os meus amigos, mas, quando eu estou, assim, em uma situação dentro da sala de aula, eu não me sinto integrada, porque são pessoas totalmente diferentes de mim e são poucas as pessoas que são parecidas comigo, então, por mais que não exista, assim, dentro da sala de aula, um preconceito explícito, eu não me sinto integrada, porque, para todos os lados que eu olho, todas as turmas, a maioria das pessoas são pessoas brancas, são pessoas com maior condição financeira, são pessoas que têm acesso a muitos lugares que eu não tenho, então, é, por exemplo, todo mundo quer ir em algum determinado lugar ou fazer algum passeio, mesmo, assim, entre as pessoas da turma e é algo que, geralmente, na maioria das vezes, eu não consigo acessar (Antonieta de Barros).

[25] Eu não sei explicar muito bem, mas, tipo assim, é..., eu acho que primeiro, primeira coisa que eu senti falta assim que eu entrei na universidade foi de ver meus irmãos de cor, a primeira coisa que eu senti falta, porque eu lembro que, na época do vestibular, que eu passei pelo PISM, tinha seis vagas e eu ocupei uma vaga, então cadê os outros cinco, né, que deveriam estar ali comigo, foi esse o primeiro impacto, entendeu, eu já entendi assim caramba, realmente, o curso é elitizado e você sendo dia após dia, ali, a todo momento, questionado de “nossa, mas você?”, “você, realmente...”, “você?”, então, em alguns momentos, eu tenha essa questão de “nossa, realmente, será que eu deveria estar aqui?”, mas é algo que eu venho cuidando e me lembrando de que sim, eu sou pertencente àquele lugar, porque eu passei pelo mesmo processo que eles, eu tive mais dificuldade até do que eles, então, sim, eu pertencço àquele lugar, mas, em alguns momentos, a gente se esquece disso e a gente fica “nossa, será que aquela pessoa está certa?”, só que não, ela não está certa, quem está certo somos nós (Carolina Maria de Jesus).

A agente Laudelina de Campos Melo alega que a presença de estudantes negros no curso de medicina é fundamental para que haja um verdadeiro sentimento de pertencimento. Essa entrevistada expressa a percepção de que o sentimento de pertencimento está diretamente ligado à representatividade racial. Realmente, para sentir-se parte do ambiente (do meio), é essencial identificar-se com as demais pessoas, o que, ao que parece, não ocorre na medicina.

Maria Odília Teixeira revela que, ocasionalmente, sente que a medicina não é para ela. Constantemente, estudantes de medicina negras não se sentem parte da universidade (Martins, Taquette, 2024). Ela percebe diferenças entre si e as demais pessoas, já que alguns alunos são filhos de médicos e ela será a primeira de sua família. Sua mãe é professora e a incentivou a estudar. Assim, a entrevistada conseguiu ingressar em um curso universitário altamente disputado. Na percepção social dominante, a carreira médica tende a ser vista como tendo maior prestígio e

consideração social do que a atividade docente. Dessa maneira, a agente ultrapassou a herança familiar de que Bourdieu (2012a) fala. Nos termos desse autor:

Do mesmo modo, no caso do pai em vias de ascensão em trajetória interrompida, a ascensão que leva o filho a superá-lo é, de certa forma, seu próprio acabamento, a plena realização de um “projeto” rompido que ele pode, assim, completar por procuração. Quanto ao filho, rejeitar o pai real é aceitar, tomando-o por conta própria, o ideal de um pai que, por sua vez, se rejeita e se nega, fazendo apelo à sua própria superação (p. 232).

O êxito do filho passa a funcionar como prosseguimento – ou finalização – do propósito de vida do pai, bem como, no caso de Maria Odília Teixeira, um rompimento com sua herança social ao abdicar dela, deixando de seguir os passos da mãe e se tornar professora, para ser a primeira pessoa da família a se tornar médica, ascendendo, do ponto de vista social, em relação a sua família. Está aí um exemplo das contradições da herança dissertada por Bourdieu (2012a). O sucesso do filho ou filha é um assassinio simbólico do 'pai', pois, consoante Pereira (1994), a perda é inexorável nos processos de mudança, uma vez que não se transita de um estado a outro sem renunciar a alguma coisa.

Quanto ao sentimento de não pertencimento,

A sensação de pertencer raramente se torna objeto de problematização, enquanto o indivíduo não experimenta sua negação. Pertencimento se transforma em conteúdo da percepção, no momento que o sujeito se questiona pelos motivos que desencadeiam rejeição ou exclusão, de forma contínua. Historicamente, atores sociais que se destacam por algum indício de alteridade ou que pertencem a grupos minoritários/periféricos tendem a fazer essa experiência mais frequentemente (Mathias, 2023, p. 168).

Os excertos de Antonieta de Barros e de Carolina Maria de Jesus, apesar de usarem palavras diferentes, revelam isto: como dito antes, na graduação de medicina, as pessoas são, geralmente, brancas. Como a entrevistada de vinte e um (21) anos, Carolina Maria de Jesus, aponta, “o curso é elitizado”. Em concordância com o dicionário Michaelis (2026), elitizado quer dizer: 1) “que se elitizou”; 2) “que é voltado para uma elite intelectualmente sofisticada” e 3) “de alta qualidade e

extremamente caro, acessível apenas para a elite”. Essa faculdade, então, é dotada de indivíduos que possuem recursos significativos (sujeitos privilegiados).

Em complemento às falas de Antonieta de Barros e Carolina Maria de Jesus, relembremos, mais uma vez, a narrativa de Conceição Evaristo no excerto [9], onde ela expressa a percepção de que as pessoas não a integram, porque, para além de ser uma mulher negra, é uma pessoa com deficiência (PCD). Esse fato dificulta com que ela acesse determinados lugares e os agentes, lembrando-se disso, evitam, na sua visão, incluí-la em atividades. A respeito dessa situação, Ribeiro (2016) afirma que as opressões se combinam e se entrecruzam. O feminismo negro faz, justamente, esse alerta. Com isso, verificamos a insuficiência do feminismo. É preciso reconhecer o fato apontado por Ribeiro (2016), já que a agente deste parágrafo, portando múltiplas opressões, experiencia a universidade de uma maneira diferenciada.

Ademais, em relação à exclusão social da pessoa com deficiência, Mathias (2023, p. 175) afirma que:

Enquanto a questão da sexualidade e da geração tendem a surgir mais tarde no percurso existencial, a ausência de alguma habilidade física ou mental, em muitas situações, já se torna alvo de problematização na primeira fase da vida, dificultando o desenvolvimento de malhas de pertencimento. O corpo que, de alguma forma, não alcança o escopo de habilidades físicas ou mentais do grupo majoritário acaba sendo inserido numa narrativa de alteridade, excluindo-o das modalidades do pertencer, disponíveis para outros membros da comunidade.

Esse autor também diz o seguinte:

O capital corporal se transforma em objeto de negociação da norma e essa norma prevê um conjunto de habilidades como condição para a concessão da sensação de pertencimento. Em outras palavras, pertencer, nesse contexto, depende da extensão do capital corporal e do modo com suas habilidades se aproximam ou distanciam da norma prevista para um corpo considerado hábil (2023, p. 175).

Dandara dos Palmares, Jarid Arraes e Maria Firmina dos Reis, por outro lado, reconhecem-se como parte do curso e da universidade. As duas (2) primeiras declaram que têm suporte – tanto dentro quanto fora da faculdade – e amigas. Maria Firmina dos Reis diz que sempre foi benquista.

Tal como Dandara dos Palmares:

[26] Sim, me sinto, às vezes, é só questões pessoais mesmo, às vezes, psicológicas que faz eu não me sentir às vezes, tipo, “o que é que eu estou fazendo aqui”, sabe, às vezes, eu sinto isso “o que é que eu estou fazendo aqui” é..., mas é mais um complexo de inferioridade, mas que parte mais de mim do que, por algum motivo, vindo de outras pessoas em relação a mim, entendeu (Dandara dos Palmares).

Ainda, consoante Dandara dos Palmares:

[27] Eu não estou sozinha, eu tenho com quem contar, tipo, as coisas se tornam mais leves. Parece que é mais pesado para quem não é..., não tem tanto apoio, tipo, tanto ali dentro da faculdade como fora, porque isso influencia, também, né, família e tudo o mais (Dandara dos Palmares).

De acordo com Jarid Arraes:

[28] Sinto. Pessoal tem muito preconceito com medicina, né, acha que e, realmente, tem pessoas que são mais chatinhas, tem um público que tem uma condição social muito grande, mas, assim, é, me senti pertencente ao curso, sim, sabe, consegui fazer bons amigos, então, acho que foi..., acho que está tudo bom, assim (Jarid Arraes).

Maria Firmina dos Reis se sente integrada (pertencente) ao curso/à universidade, pois participa das atividades acadêmicas e sempre foi bem recebida. Porém, como expõe, ela se coloca para baixo, questionando-se se a medicina é realmente o seu lugar e se está fazendo a coisa certa. A entrevistada afirma que nunca foi deixada de lado, que “sou mais eu comigo mesma”. Consoante Martins e Taquette (2024), estudantes de medicina negras, frequentemente, passam a se sentir como forasteiras.

Antonieta de Barros, Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo, Dandara dos Palmares, Jarid Arraes, Laudelina de Campos Melo, Maria Firmina dos Reis e Maria Odília Teixeira não se sentem representadas no curso. De acordo com suas falas (narrativas), são poucos os estudantes negros no curso de medicina (similarmente à história contada no primeiro parágrafo).

Segundo Antonieta de Barros, sobre se perceber representada:

[29] Não, nem um pouco. Nem um pouco, também, porque nem mesmo em relação aos professores. Agora, pela primeira vez, estou tendo aula com um professor, que ele é negro, no quarto período, que é o professor de anatomia, então, isso me deu, assim, um pouquinho desse sentimento de representatividade, mas eu não sinto representada, porque a maioria das pessoas são brancas, tanto os professores quanto os alunos, a maioria tem condições financeiras muito boas e..., assim, então, não sinto muito representada (Antonieta de Barros).

Consoante Carolina Maria de Jesus:

[30] Esse período foi a primeira vez que eu tive um professor preto. Também tem a questão dos colegas de... não serem pretos, né, eu posso contar nos dedos os colegas pretos que eu tenho naquela sala e, também, a falta de profissionais, sabe, até hoje, com todas as nossas idas aos hospitais, né, “ah, vamos trazer um professor tal para falar sobre isso”, não tem um irmão de cor, não tem uma irmã de cor. Nos pôsteres que eles fazem... sempre que uma turma vai formar, eles põem tipo um cartaz enorme na entrada da faculdade com a foto dos integrantes da turma, eu sempre paro lá e conto quantas pessoas pretas têm e nunca passou de cinco, sabe, então, eu não me sinto nem um pouco representada, acho que cabe mais, cabe mais (Carolina Maria de Jesus).

Em conformidade com Conceição Evaristo, em relação a se sentir representada:

[31] Não, eu não me sinto representada, até porque, eu acho que, no meu curso..., tenho certeza, que, no meu curso, só tem eu negra, cadeirante. Então, assim, até sofro por isso, porque eu estou abrindo portas para outras pessoas. Então, tudo está sendo a primeira vez, primeira vez dos professores, primeira vez dos colegas, é..., primeira vez lá no curso da medicina, então, teve que ter algumas adaptações, teve que modificar algumas coisas, então, foi difícil pensar em modificações, foi difícil pensar em algo que me integrasse, que me permitisse participar das mesmas atividades. Então, foi um pouco complicado, mas a gente conseguiu, todo mundo ajudou. Tem um grupo chamado NAI [Núcleo de Apoio à Inclusão], né, um núcleo chamado NAI que eles me assistem, então, eles ajudam nessa questão, tem alguns bolsistas que me acompanham, então, está dando certo, mas não me sinto representada (Conceição Evaristo).

Tal como Dandara dos Palmares:

[32] Não tanto. Pouco, bem pouco, justamente, pela questão racial, né, de ter poucas pessoas, porque uma coisa que a gente sempre faz, porque toda turma que forma tem a foto da turma lá na Faculdade de Medicina, né, e aí você vai caçar as pessoas negras, você quase não acha, sabe, é, tipo assim, umas duas por turma, uma coisa que eu sei que está mudando agora, sabe, está entrando bem mais pessoas, realmente, de cor, mas aí, tipo, tem as pessoas, né, do mesmo curso que estão em períodos à frente que a gente, tipo, olha, poxa, tipo, é preto também e, sabe, é muito inteligente, são pessoas que a gente admira, tem referências, mas poucas (Dandara dos Palmares).

Em concordância com Jarid Arraes:

[33] Não, representada, não, pode ver, tipo assim, a maioria dos professores são médicos, né, tem muito poucos professores negros lá, até mesmo pardos, e, também, questão de alunos, né, por mais que tenham as cotas, é, tipo, uma turma de noventa alunos pode colocar ali que uns vinte são pardos e negros, então, assim, acho que é um número bem pouco, né, para noventa alunos, então, representatividade eu acho que não tem muito (Jarid Arraes).

As narrativas acima revelam que os discentes e os docentes são brancos nesse curso. Tristemente, a medicina continua, majoritariamente, composta por pessoas brancas e privilegiadas (Friedrich *et al.*, 2022). Quanto a isso, Pinheiro (2023, p. 46) afirma que:

são várias as evidências cotidianas do privilégio branco. A autorrepresentação invariavelmente positiva e a ocupação de todo e qualquer espaço de poder são algumas delas. Pessoas brancas nascem e já são trazidas ao mundo por médicos/as brancos/as (a primeira médica negra que eu vi na vida, eu já tinha 30 anos). Isso faz com que elas, mesmo as brancas pobres, tenham facilidade de projeção subjetiva nesse lugar, ou seja, elas conseguem sonhar mais facilmente em serem médicas do que nós, negros e negras.

Novamente, essa conjuntura deve se modificar para que a medicina seja heterogênea como o país em que vivemos.

Maria Firmina dos Reis se sente pouco representada no curso. Ela relata que, sempre que participa de um congresso, costuma contar quantas pessoas negras estão presentes e, na maioria das vezes, esse número não passa de cinco. A entrevistada diz que dificilmente vê negros palestrando e que não tem professores médicos pretos ou pardos. Sobre isso, Maria Firmina dos Reis expõe que “isso é um ponto que fica martelando na minha cabeça e eu já conversei com outros amigos

também que são negros e eles também pensam bastante nisso”. Ela afirma que é fácil encontrar pessoas negras trabalhando na limpeza da Faculdade de Medicina (FAMED) e no Restaurante Universitário (RU), e, dando aula ou “nesses cargos maiores”, é “bem pouco mesmo, para não dizer que não tem”. Em relação a ausência de negros em cargos mais elevados, “Outros problemas sérios, como os elevados índices de desemprego ou o “baixo nível” educacional das minorias, podem até ser reconhecidos pelas elites, mas é costume negar que isso tenha qualquer coisa a ver com racismo” (Dijk, 2010, p. 168). Esses problemas estão diretamente relacionados ao racismo. Ele se manifesta em estruturas sociais que geram desigualdades.

Maria Odília Teixeira não se sente representada no curso. Apesar de haver cota racial, ela sente que a sua turma “foi uma grande de uma fraudadora de cota”, pois,

se você fizer a conta, você não acha, o quê, deveriam ser vinte (20) pessoas pretas ou pardas do PISM e vinte (20) do ENEM, você não vê isso em foto e aí eu não sinto, porque, como é um curso bem extenso, a gente acaba tendo mais contato só com a nossa turma mesmo e nisso daí é realmente bem mais complexo você não vê, é, você não vê a realidade, assim, você não se vê, sabe?

A entrevistada afirma que não se vê em seus colegas de classe.

Gostaria de evidenciar que cinco (5) de oito (8) (sessenta e dois vírgula cinco por cento – 62,5%) agentes não se sentem integradas (pertencentes) e oito (8) de oito (8) (cem por cento – 100%) agentes não se sentem representadas. Embora faça isso, este trabalho permanece qualitativo. Eu o faço para destacar que a maioria não se sente integrada (pertencente) e representada.

Considerando a menção às fotografias dos graduandos, optei por analisá-las para confirmar o que estava sendo afirmado. Incluirei parte dessas imagens no texto para que o leitor possa observar a reduzida presença de mulheres negras entre os estudantes do curso de medicina. Embora a universidade ofereça o curso de medicina em dois campi, as fotografias dizem respeito a apenas um deles, já que não há imagens disponíveis no site oficial do outro.

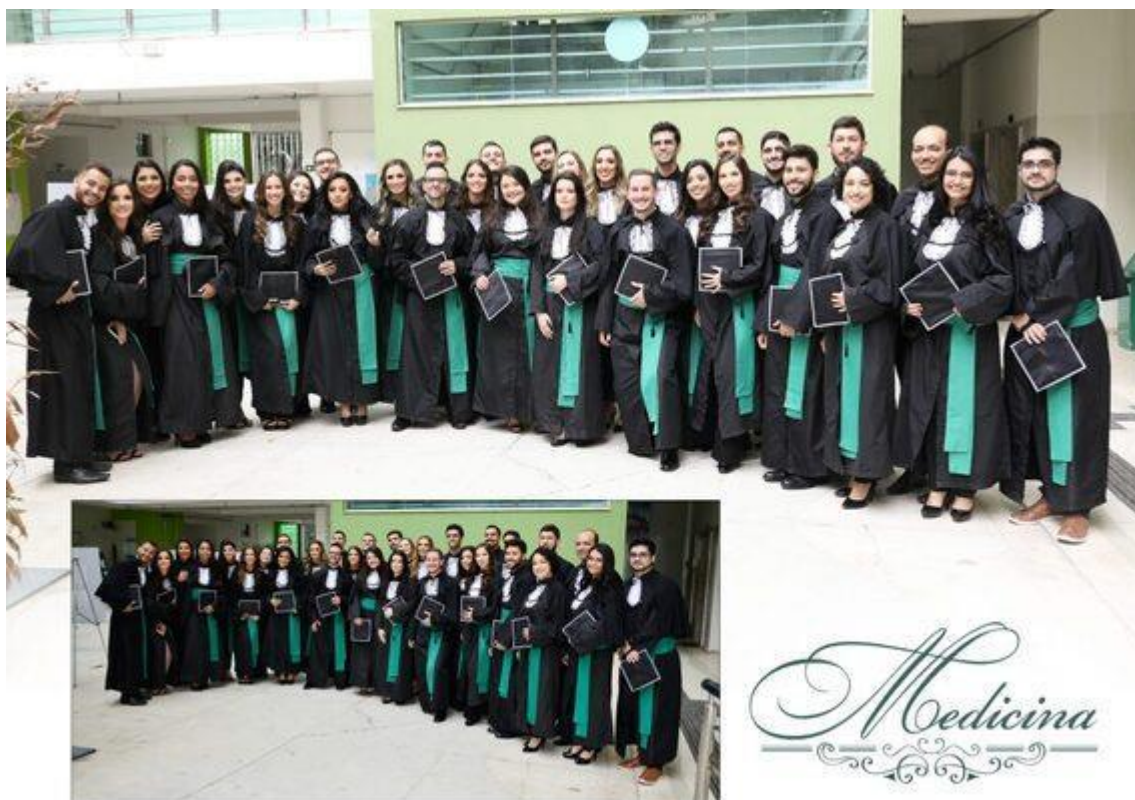
Figura 1. Turma I



Fonte: Site Medicina – campus Governador Valadares, 2026.

Conforme Dijk (2013), a representação do discurso terá dimensões subjetivas. Assim sendo, eu poderia dizer que, na Figura I, pode existir pardo, mas não existe preto. Em entrevista, Antonieta de Barros afirmou que o último é menos recorrente.

Figura 2. Turma III



Fonte: Site Medicina – campus Governador Valadares, 2026.

Novamente, na Figura 2, pode haver pardo, mas não há preto.

Figura 3. Turma IV



Fonte: Site Medicina – campus Governador Valadares, 2026.

Na Figura 3, pode existir pardo, mas não existe preto.

Figura 4. Turma V



Fonte: Site Medicina – campus Governador Valadares, 2026.

Na Figura 4, eu diria que há pardo, mas não há preto.

Figura 5. Turma XI



Fonte: Site Medicina – campus Governador Valadares, 2026.

Na Figura 5, eu diria que existe pardo e existe uma pessoa preta.

Figura 6. Turma XII



Fonte: Site Medicina – campus Governador Valadares, 2026.

Na Figura 6, eu diria que há pardo e há uma pessoa preta.

Figura 7. Turma XIII



Fonte: Site Medicina – campus Governador Valadares, 2026.

Na Figura 7, eu diria que há pardo e há uma pessoa preta.

Figura 8. Turma XIV



Fonte: Site Medicina – campus Governador Valadares, 2026.

Na Figura 8, eu diria que há pardo, mas não há preto.

À luz dessas imagens, gostaria de ratificar a afirmação de que a presença é reduzida por meio de uma situação. Depois de entrevistar Laudelina de Campos Melo, pedi que fizesse a gentileza de sugerir uma pessoa à pesquisa, como fiz com as outras participantes. A princípio, essa entrevistada não se manifestou. Ao solicitar novamente, eu disse que estava sendo difícil encontrar negras discentes de medicina. Laudelina de Campos Melo respondeu, dizendo: “**não consegui pensar, viu?**” e “**realmente, somos poucas**”. Mais tarde, ela indicou uma mulher negra que já havia participado, que era Conceição Evaristo. Assim, verdadeiramente, a participação de mulheres negras entre os discentes do curso de medicina é limitada. Outrossim, a título de ilustração, em conversa com uma amiga que cursou, por um ou dois semestres, medicina em uma faculdade particular de Minas Gerais, questionei se havia mulheres negras no curso. Ela relatou lembrar-se de apenas uma estudante negra, beneficiária do Prouni, que foi sua monitora. Sob esse aspecto e em consonância com Martins e Taquette (2024), a trajetória de discentes negras na formação médica é desafiadora, com inúmeros obstáculos e o número

limitado de mulheres negras médicas pode refletir o desafio para lidar com esses obstáculos.

Os candidatos aprovados pelo sistema de cotas para pessoas negras (pretas e pardas) são convocados para as bancas de heteroidentificação (Universidade Federal de Juiz de Fora, 2026). Conforme a Universidade Federal de Juiz de Fora (2026), em notícia de 06/02/2026, pela primeira vez, o processo de heteroidentificação será integralmente presencial. O comparecimento do pleiteante no dia, horário e local agendados é mandatório, sendo necessário exibir documento de identificação original com foto (Universidade Federal de Juiz de Fora, 2026). De acordo com a Universidade Federal de Juiz de Fora (2026), a banca de heteroidentificação é uma etapa adicional à autodeclaração racial e é realizada com base no critério fenotípico (são avaliados: cor da pele, textura do cabelo e traços faciais). A realização presencial das bancas reduz a possibilidade de fraudes e amplia a transparência (Universidade Federal de Juiz de Fora, 2026).

Por falar em redução da possibilidade de fraudes, a banca de heteroidentificação, na Universidade Federal de Juiz de Fora, foi criada posteriormente à denúncia desse tipo de irregularidade. Segundo a Universidade Federal de Juiz de Fora (2022), denúncias de fraudes em universidades de todo o país evidenciaram que o critério de ingresso dos cotistas de grupos raciais (pretos, pardos e indígenas) necessitava ser atualizado. Na UFJF, as denúncias passaram a emergir em 2018 (Universidade Federal de Juiz de Fora, 2022). Conforme a Universidade Federal de Juiz de Fora (2022), as denúncias registradas foram investigadas mediante processo de sindicância. Os casos foram analisados pelas comissões de sindicância, e a maioria foi considerada improcedente.

A seguir, no Quadro 15, coloco um resumo do que foi dito na categoria pertencimento.

Quadro 15 – resumo do que foi dito na categoria pertencimento

Antonieta de Barros	Não se sente integrada (pertencente). Não se sente representada.
Carolina Maria de Jesus	Não se sente integrada (pertencente). Não se sente representada.

Conceição Evaristo	Não se sente integrada (pertencente). Não se sente representada.
Dandara dos Palmares	Sente-se integrada (pertencente). Não se sente representada.
Jarid Arraes	Sente-se integrada (pertencente). Não se sente representada.
Laudelina de Campos Melo	Não se sente integrada (pertencente). Não se sente representada.
Maria Firmina dos Reis	Sente-se integrada (pertencente). Não se sente representada.
Maria Odília Teixeira	Não se sente integrada (pertencente). Não se sente representada.

Fonte: Elaborado pela autora. (2026).

No Quadro 16, insiro a síntese da teoria presente.

Quadro 16 - síntese da teoria

Síntese da teoria	Estudantes de medicina negras não se sentem parte da universidade (Martins, Taquette, 2024).
	Conforme o feminismo negro, as opressões se combinam e se entrecruzam (Ribeiro, 2016).
	A medicina continua composta por pessoas brancas e privilegiadas (Friedrich <i>et al.</i> , 2022).
	Pessoas brancas conseguem sonhar mais facilmente em serem médicas do que nós, negros e negras (Pinheiro, 2023).
	Os elevados índices de desemprego ou o “baixo nível” educacional das minorias, podem até ser reconhecidos pelas elites, mas é costume negar que isso tenha qualquer coisa a ver com racismo (Dijk, 2010).

	A trajetória de discentes negras na formação médica é desafiadora, com inúmeros obstáculos e o número limitado de mulheres negras médicas pode refletir o desafio para lidar com esses obstáculos (Martins; Taquette, 2024).
--	--

Fonte: Elaborado pela autora. (2026).

4.5 Origem escolar e vulnerabilidade socioeconômica

Existem desafios enfrentados pelas agentes no curso e na universidade que não se enquadram nas categorias anteriores, mas que impactam as experiências dessas mulheres negras discentes. Por isso, optei por criar a categoria origem escolar e vulnerabilidade socioeconômica, que é preenchida por aquilo que restou, que não se encaixou acima e que é relevante para entender a vivência das agentes.

Antonieta de Barros, Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo e Jarid Arraes afirmam que a origem escolar dificulta atualmente os seus estudos. As agentes estudaram em escolas públicas no ensino médio. Conforme Antonieta de Barros, apesar de ter feito o ensino médio em um Instituto Federal, ele era novo e tinha algumas deficiências em certas matérias, como, por exemplo, física e química. Carolina Maria de Jesus diz que notou que as pessoas que vinham de escola particular, que é a maioria de sua turma, tinham mais facilidade com as disciplinas. A agente conta que tirou uma nota baixa em sua primeira prova (o conteúdo cobrado não era novidade para alguns alunos, mas era para ela). De acordo com Conceição Evaristo, as pessoas que estudaram em escola particular têm uma bagagem maior do que as pessoas que estudaram em escola pública. Valle (2013) afirma que o sistema de ensino francês distancia os que têm capital herdado dos que não o possuem. Ademais, ele reforça e reproduz as diferenças culturais, educacionais e sociais (Valle, 2013). Embora fale do sistema de ensino francês, podemos, certamente, dizer o mesmo sobre o brasileiro. Jarid Arraes diz que parte de seu ensino médio foi feito durante a pandemia, o que prejudicou acessar materiais que a ajudassem a formar uma reserva de conhecimento. Apesar de as agentes relatarem deficiências em função de terem estudado em escolas públicas no ensino médio, Munanga (2001) fala que a universidade tem pessoas preparadas para lidar com

essa situação. Assim, que os gestores das escolas superiores se atentem à questão e resolvam adequadamente esse problema.

Embora Dandara dos Palmares e Laudelina de Campos Melo tenham estudado em escolas públicas no ensino médio, elas dizem que a origem escolar não dificulta atualmente os seus estudos. Conforme Dandara dos Palmares, a sua escola era boa. Laudelina de Campos Melo afirma que, hoje em dia, ter vindo de uma escola pública não interfere na sua aprendizagem, porque o que tem que aprender está relacionado ao seu processo de aprendizagem dentro da faculdade. A agente diz que se não tivesse tido a oportunidade de fazer um cursinho pré-vestibular durante o ensino médio, possivelmente, teria tido dificuldade no início do curso. Por ter podido fazer esse cursinho pré-vestibular, Laudelina de Campos Melo compreende que foi privilegiada, pois ele ajudou o começo da graduação em medicina.

Conforme Maria Firmina dos Reis e Maria Odília Teixeira, a origem escolar facilita atualmente os seus estudos, já que ambas as entrevistadas eram de escolas públicas federais no ensino médio. De acordo com a primeira, a escola federal dá uma preparação robusta para os vestibulares, de maneira que foi aprovada em um curso altamente disputado, como a medicina. Consoante a segunda, em razão de a escola ser federal e localizada em outro município, ela precisou manter, durante o ensino médio, uma rotina intensa de estudos, o que fez com que, na graduação em medicina, já estivesse habituada a se dedicar aos estudos. Percebo, no caso dessa entrevistada, a presença de um ethos educacional que orientou sua trajetória escolar, uma vez que sua mãe a incentivava a estudar. Resende, Paula e Nogueira (2025) afirmam que os ex-alunos de escolas federais tendem a entrar no nível superior em proporções superiores às dos discentes das demais escolas públicas. Nesta pesquisa, três (3) de oito (8) entrevistadas tiveram a oportunidade de estudar, ao longo do ensino médio, em escolas públicas federais.

Antonieta de Barros e Dandara dos Palmares informam que enfrentam desafios financeiros na universidade. Antonieta de Barros afirma que: o desafio financeiro limita o seu dia a dia; setenta por cento (70%) de sua renda vem de seu auxílio da faculdade, pois sua mãe não pode contribuir muito e, ocasionalmente, faz algum tipo de *freelancer* no fim de semana. Dandara dos Palmares diz que a cidade

da universidade tem um custo elevado (o aluguel, por exemplo, “pesa muito²³”). Como aponte, se compararmos as populações branca e negra, a segunda terá um maior número de pessoas entre os extremamente pobres e pobres.

Quadro 17 – resumo do que apareceu na categoria origem escolar e vulnerabilidade socioeconômica

Antonieta de Barros	A origem escolar dificulta atualmente os seus estudos. Enfrenta desafios financeiros na universidade.
Carolina Maria de Jesus	A origem escolar dificulta atualmente os seus estudos.
Conceição Evaristo	A origem escolar dificulta atualmente os seus estudos.
Dandara dos Palmares	A origem escolar não dificulta atualmente os seus estudos. Enfrenta desafios financeiros na universidade.
Jarid Arraes	A origem escolar dificulta atualmente os seus estudos.
Laudelina de Campos Melo	A origem escolar não dificulta atualmente os seus estudos.
Maria Firmina dos Reis	A origem escolar facilita atualmente os seus estudos.
Maria Odília Teixeira	A origem escolar facilita atualmente os seus estudos.

Fonte: Elaborado pela autora. (2026).

Quadro 18 – síntese da teoria

Síntese da teoria presente na categoria origem escolar e vulnerabilidade socioeconômica	O sistema de ensino francês distancia os que têm capital herdado dos que não o possuem e reforça e reproduz as diferenças culturais, educacionais e sociais (Valle, 2013).
---	--

²³ A despesa com o aluguel tem um impacto significativo em seu orçamento.

	A universidade tem recursos humanos preparados para lidar com as lacunas dos estudantes que vêm das escolas públicas (Munanga, 2001).
	Ex-estudantes de escolas federais tendem a entrar no ensino superior em proporções superiores às dos discentes das demais escolas públicas (Resende; Paula; Nogueira, 2025).

Fonte: Valle (2013), Munanga (2001) e Resende, Paula e Nogueira (2025).

5 MELHORIAS SUGERIDAS PELAS AGENTES

Antes de dar início a esta parte, gostaria de dizer que não a considero como sendo uma categoria de análise. As categorias de análise foram abordadas anteriormente. Neste tópico, ponho as sugestões de aperfeiçoamentos (avanços) faladas pelas agentes desta pesquisa.

Ao pedir à Antonieta de Barros, à Carolina Maria de Jesus, à Conceição Evaristo, à Dandara dos Palmares, à Jarid Arraes, à Laudelina de Campos Melo, à Maria Firmina dos Reis e à Maria Odília Teixeira que, por gentileza, sugerissem melhorias ao curso e à universidade no que diz respeito à vivência delas nesse ambiente, essas entrevistadas forneceram informações importantes e, na minha percepção, também valiosas.

Conforme Antonieta de Barros:

[34] Eu acho que, principalmente, melhorar os auxílios da própria universidade, auxílios financeiros, poder incluir uma bolsa maior ou facilitar mesmo que a gente tenha acesso a uma bolsa que dê o RU [Restaurante Universitário] de graça e aquela bolsa financeira mesmo que dê um apoio maior e, também, de falar mais sobre questões raciais, até mesmo, dentro da sala de aula, porque é algo que eu sinto falta, é..., abordar isso nas matérias, como nas matérias de atenção básica que eu vejo que fala muito sobre questões sociais, mas não foca muito em pessoas negras, eu acho que deveria ser mais falado, até mesmo, na hora de estudar certas doenças, falar sobre a prevalência em pessoas negras, incluir mais essa discussão sobre racismo, também, é..., eu acho muito importante ter uma abordagem, assim, sobre isso e o apoio, com certeza, um apoio da instituição tanto financeiramente quanto um apoio psicológico, também, eu acho que é algo que falta muito (Antonieta de Barros).

Como eu disse, com as cotas, houve um crescimento na demanda por estudos das relações raciais (Pereira; Pereira, 2021 – Costa, 2022). Como é possível notar, pela narrativa, Antonieta de Barros (e outra²⁴) reivindicam que se aborde, no curso/na universidade, adequadamente, questões raciais e o racismo. Além disso, a instituição, para a agente, deve fornecer apoio financeiro e psicológico apropriados.

De acordo com Carolina Maria de Jesus:

²⁴ Carolina Maria de Jesus também aponta essa necessidade.

[35] Acho que a primeira coisa que podia..., podia não, precisa melhorar é a banca de heteroidentificação, que eu tenho várias colegas de turma lá que entraram a partir de ações afirmativas ocupando cotas retiradas de pessoas pretas, que não são pretas e eu procurei me inteirar sobre o assunto e, na universidade que eu faço, na UF, a questão é que até, tipo assim, se seus pais são pretos, seus avós são pretos você tem direito àquela vaga e eu entendo a questão, né, de..., claro, se seus pais são pretos, com certeza, você não teve uma oportunidade muito boa, porque eles sofreram racismo e eles foram obrigados a estar uma camada abaixo, mas, poxa, seu avô, nós estamos no Brasil, todo mundo vai ter um vô preto, uma vó preta e, às vezes, é uma pessoa branca, de olho azul, cabelo loiro está lá ocupando a vaga de pessoa preta, porque “ah, porque a minha avó por parte de pai, ela é, assim, escura”, “não, você não deve ocupar essa vaga, essa vaga não é sua”. Então, eu acho que, sabe, ter uma..., ser mais incisivo nessa questão...

Você falar “ah, eu tenho cotas”, mas essas cotas não servem para as pessoas certas. Eu acho que seria algo bem interessante. Seria interessante também abordar sobre a saúde da população preta, porque a gente sabe que nós somos um povo que está em maior vulnerabilidade e, raramente, é dito sobre, ou, também, é trago para a gente literatura de pessoas pretas, nós sabemos que nós também contribuimos para muita coisa dentro da universidade, dos estudos, da ciência e a gente não vê falar. Se não for por fora, você não fica sabendo. Então, eu acho que é necessário trazer literatura preta, saúde da população preta e dar as vagas, realmente, para quem é preto não para quem tem um avô preto. Acho que seria isso (Carolina Maria de Jesus).

A existência da comissão de heteroidentificação se torna fundamental para assegurar o acesso de pessoas negras às vagas reservadas (Rosa; Marques, 2023). No entanto, a entrevistada, Carolina Maria de Jesus, compreende que, onde estuda, a banca de heteroidentificação (grupo responsável por verificar a autodeclaração de candidatos que se inscrevem em vagas reservadas para cotas raciais) não tem garantido que essas vagas sejam destinadas às pessoas que realmente têm direito a elas. Ademais, a agente Carolina Maria de Jesus, como falei, também sugere que se trate, com mais frequência, sobre a saúde do povo negro.

Segundo Conceição Evaristo:

[36] Eu acho que deveria melhorar um pouco a questão dos ônibus, dos transportes. Deveria melhorar em questão de..., de amizades, tipo, de socialização ou criar algum grupo, alguma palestra, algo que incentivasse as pessoas a se apoiarem, a se socializarem mais, é..., questão de rampas, porque questão dos prédios que são antigos também e, assim, alguns não têm elevador e aí complica um pouco.

Então, acho que deveria melhorar nessas questões (Conceição Evaristo).

Nesse excerto, a agente, que é Conceição Evaristo, sugere que se melhore a acessibilidade. A entrevistada é uma pessoa com deficiência (PCD) e precisa que os ambientes sejam adaptados às necessidades dela. Nesse sentido, a universidade deve realizar esses ajustes. Além disso, a agente, novamente, fala sobre a dificuldade de ter amigos. As sugestões dadas por ela, que são a criação de um grupo ou de uma palestra para incentivar a socialização, são pertinentes.

Segundo Dandara dos Palmares:

[37] Na questão estrutural que eu acho que precisa de mais..., de mais melhorias assim, no sentido de professores, é..., por exemplo, divisão de turma na hora de fazer matrícula sempre tem ali os professores que os nossos veteranos falam que são bons, outros professores falam é..., têm fama de serem ruins, né, e aí, nisso, tipo assim, todo mundo vai ali, se matricula no professor considerado bom e fica ali, tipo assim, com o dobro de solicitações do número de vagas e aí quem tem IRA [Índice de Rendimento Acadêmico] menor fica de fora, né, mas a questão é: se a faculdade é boa, o nível ali de ensino deveria ser equilibrado e não ter isso de um professor bom e outro não, entende?

Às vezes, eu sinto uma desorganização da parte de professores mesmo, então é isso (Dandara dos Palmares).

De acordo com Jarid Arraes:

[38] A medicina é um ambiente, assim, querendo ou não, é um ambiente muito tóxico, onde um sempre está querendo ser melhor do que o outro. Um exemplo é o IRA aqui da faculdade, uma coisa que eu percebi é que, o IRA é a média, né, das notas, e aí, você consegue escolher turmas a partir do seu IRA, então, se você tem o IRA mais alto, você escolhe turmas com melhores professores, se você tem um mais baixo, você fica com as piores e aí eu percebi que a maior parte das pessoas pardas e negras elas estão nessa parte do IRA mais baixo. Isso acaba que, tipo assim, coloca as pessoas num lugar muito de inferioridade, mais do que a gente já é colocado normalmente. Então, uma coisa que eu mudaria, na faculdade, com certeza, seria essa forma de escolha de matrícula, esse índice, que isso coloca numa situação assim muito inferior. As pessoas sempre comentam, tipo assim, “ai, aquele ali está na turma tal, porque tem o IRA baixo”, sabe, então, eu mudaria essa forma de escolha e acho que isso assim.

Eu acho que, também, a questão da representatividade, eu achei até interessante que eles criaram uma liga agora, uma liga da população negra, então, tipo, olha só, em 2025, que foi ser criada uma liga para falar mais sobre a saúde da população negra, então, assim, eu vejo

que agora já está num passo maior assim, isso está com mais visibilidade, que antes não tinha tanto, então, eu acho que já deu uma melhorada também (Jarid Arraes).

Dandara dos Palmares e Jarid Arraes aconselham que a forma de escolha de matrícula seja alterada. Atualmente, os discentes que têm um maior Índice de Rendimento Acadêmico (IRA) têm prioridade na escolha da turma.

Conforme Laudelina de Campos Melo:

[39] Eu acho que... eu continuo direcionando para essa questão da saúde mental mesmo dentro do curso e eu acho que isso seria possível por meio de ambientes mesmo que a gente tivesse a oportunidade de discutir, falar sobre essa temática, compartilhar experiências em relação a isso, então, eu acho que seria muito válido (Laudelina de Campos Melo).

No excerto, a agente propõe que a questão da saúde mental dentro do curso de medicina seja melhorada. Antonieta de Barros, que coloquei no início desta parte, fala coisa semelhante. Desse modo, essas mulheres negras discentes precisam receber a devida atenção psicológica.

De acordo com Maria Firmina dos Reis:

[40] **O curso de medicina** mesmo com todas as melhorias que a gente já teve **é um curso muito elitizado** e um ponto assim que eu acho importante falar principalmente com relação às cotas existem muitos casos que às vezes as pessoas fraudam as cotas e pegam o lugar de pessoas que realmente encaixariam nos critérios para estar ali então **acho que uma sugestão seria melhorar as bancas de avaliação**, porque, assim, é muito triste, a gente vê, os casos se popularizam e, no final das contas, não acontece nada as pessoas ficam impunes então **eu acho que filtrar melhor isso** para que pessoas que realmente se encaixam nos padrões dos grupos cotistas consigam frequentar a universidade e... **A atlética é muito forte na medicina**, que coordena os esportes e tudo o mais, **só que também não tem muita representatividade**, sabe? A forma de ingresso é meio obscura, por exemplo, você está lá e você chama alguém, aí a pessoa entra no seu lugar, por exemplo, não tem uma votação, não tem uma coisa muito organizada e, de fato, a representatividade também que é uma galera **maior parte das pessoas que estão lá**, assim, **não são negras, não tem pessoas baixa renda**, geralmente, só mais o pessoal elite, assim, digamos. Então, **eu acho que em alguns órgãos ter mais representatividade** também e **eu acho que na docência, nesses cargos maiores também para a gente conseguir ver mais pessoas**. Eu tenho certeza de que existem muitos profissionais que têm a capacidade e seriam ótimos professores, ótimos médicos, enfim, e, às vezes, falta só uma oportunidade, mas, de maneira

geral, eu também reconheço que que muita coisa avançou. Eu, é, assim, nunca presenciei nenhum ato de racismo, nenhum ato de discriminação comigo ou com outros colegas que é, né, muito bom, então, acho que estamos no caminho certo se continuar assim e **abrir mais portas para um local mais acolhedor**, digamos assim, mas estamos melhorando (Maria Firmina dos Reis).

Maria Firmina dos Reis está afirmando que: (A) aconteceram melhoramentos, mas o curso de medicina ainda é elitizado; (B) as pessoas fraudam as cotas (para ela, as bancas de heteroidentificação devem ser aprimoradas, de maneira a dever ingressar por meio de cotas os que apresentem traços evidentemente negroides); (C) necessita haver mais representatividade nalguns órgãos, como na associação de estudantes que organiza atividades esportivas e (D) o curso de medicina deve abrir mais portas, ou seja, precisa criar mais oportunidades.

Segundo Maria Odília Teixeira:

[41] A [Universidade], apesar de que tem muitas vagas, tem PISM e ENEM, eu acho que, na cota racial, passa muito, passa muito. Assim, não que eu queira que gente da minha sala seja expulsa obviamente, mas, assim, a gente não se identifica. Eu era de escola particular e eu era a única que não era branca, eu era a bolsista. "Na universidade federal, eu vou me identificar lá dentro eu vou encontrar", não, eu não encontro, sabe, nos outros cursos, sim, mas, na medicina, tem, assim, a pessoa com o cabelo cacheado já está usando cota, sabe, e passa e ela não... você não se vê nela, infelizmente, sabe, você olha para aquela pessoa e você fala: "cara, eu não acho que ela passou determinadas..." não que a pessoa tem que ter passado obviamente, não sei se deu para entender, então, eu acho um pouco complicado e é sempre assim as pessoas que são, que se veem no outro, sabe, sempre estarem mais unidas e claro e sempre conversar e tudo o mais, porque a nossa trajetória vai ser acho que três vezes mais difícil, assim, porque eu sou parda, eu sou clara, mas a minha mãe não é, minha mãe tem uma trajetória muito assim difícil muito assim ligada ao racismo, a minha família por parte de mãe, sabe, e é muito legal eu estar aqui na medicina é uma pessoa ficou tipo assim: "nossa, ela passou", mas, então, é mais uma vitória, sabe, da família e tudo o mais, mas, ao mesmo tempo, é triste eu estar na faculdade e não ter tantas pessoas assim (Maria Odília Teixeira).

Maria Odília Teixeira está dizendo que: (A) as pessoas fraudam as cotas – como Maria Firmina dos Reis e outra; (B) ela não se identifica com outros discentes e se entristece por isso e (C) as pessoas negras necessitam se unir, já que terão, conforme ela, “trajetória mais difícil”, em função do racismo. Que as pessoas (de

modo geral) se unam aparece em Conceição Evaristo. Para a entrevistada mencionada, é difícil se associar aos demais, o que carece atenção por parte da gestão universitária, uma vez que existe a possibilidade de outros estudantes estarem passando pela mesma situação.

No Quadro 19, sugestões de aperfeiçoamentos (avanços) faladas.

Quadro 19 – Sugestões de aperfeiçoamentos (avanços) faladas

Antonieta de Barros	Auxílios financeiros (bolsa maior e que dê o RU de graça). Falar mais sobre questões raciais (dentro da sala de aula, nas matérias – por exemplo, na de atenção básica). Incluir mais a discussão sobre racismo. Apoio psicológico.
Carolina Maria de Jesus	Banca de heteroidentificação. Abordar sobre a saúde da população preta (trazer literatura preta).
Conceição Evaristo	Transportes. Amizades (socialização, criação de grupo, palestra, algo que incentivasse as pessoas a se apoiarem). Rampas.
Dandara dos Palmares	Divisão de turma na hora de fazer matrícula (há, na visão da entrevistada, professor bom e professor ruim).
Jarid Arraes	Forma de escolha de matrícula (que se dá por meio do IRA). Questão da representatividade.
Laudelina de Campos Melo	Saúde mental dentro do curso.
Maria Firmina dos Reis	As bancas de heteroidentificação devem ser aprimoradas; necessita haver mais representatividade nalguns órgãos, como na associação de estudantes que organiza atividades esportivas e o curso de medicina

	deve abrir mais portas.
Maria Odília Teixeira	As pessoas negras necessitam se unir.

Fonte: Elaborado pela autora. (2026).

Quadro 20 – síntese da teoria

Síntese da teoria presente em “Melhorias”	Com as cotas, houve um crescimento na demanda por estudos das relações raciais (Pereira; Pereira, 2021 – Costa, 2022).
	A comissão de heteroidentificação é essencial para assegurar o ingresso de pessoas negras (Rosa; Marques, 2023).

Fonte: Pereira e Pereira (2021) e Rosa e Marques (2023).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, quis responder a esta questão: quais experiências são vivenciadas pelas mulheres negras discentes dos cursos de medicina da Universidade Federal de Juiz de Fora?

Assim, este foi o objetivo desta pesquisa: revelar as experiências vivenciadas pelas mulheres negras discentes dos cursos de medicina da Universidade Federal de Juiz de Fora.

A fim de alcançá-lo, entrevistei oito (8) mulheres negras discentes dos cursos de medicina da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Com as entrevistas, soube que a discriminação por serem cotistas e a discriminação por serem discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica não aconteceu (percepção das agentes, já que a análise evidencia o racismo velado); o preconceito ou o racismo ocorreu no caso de três (3) agentes; ser mulher negra nesse ambiente é cansativo, difícil, solitário, uma dicotomia (ora é gratificante ora é desgastante) etc. e a questão racial é um desafio para três (3) entrevistadas (Antonieta de Barros, Carolina Maria de Jesus e Maria Odília Teixeira).

Além disso, entendi que, para sentirem-se parte, os amigos são essenciais. Antonieta de Barros, Dandara dos Palmares e Jarid Arraes mencionam algo nesse sentido. Conforme essas agentes, a integração (o pertencimento) é possível quando estão com os amigos ou porque têm amigos. De fato, como mencionei, para parte das pessoas, eles são fundamentais durante o curso superior. Assim, para esses indivíduos, é importante tê-los por perto para facilitar a vivência universitária. Ainda, a fim de sobreviver, uma agente fala com os pais (ao telefone) todos os dias e outra entrevistada não usa o cabelo crespo solto no município em que estuda.

Ademais, soube que houve duas (2) agentes – Antonieta de Barros e Carolina Maria de Jesus – que, tendo sofrido algum tipo de preconceito ou racismo no curso ou na universidade, não fizeram a denúncia na universidade, porque, para elas, seria infrutífero. Diante disso, a instituição deve se atentar para o espaço de denúncia, a fim de que ele acolha as queixas e adote, com celeridade, as providências cabíveis. Em relação à denúncia, outra entrevistada, que deixou de realizá-la, reconhece que deveria tê-la feito.

Também, entendi que Antonieta de Barros, Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo, Laudelina de Campos Melo e Maria Odília Teixeira não se

sentem integradas (pertencentes) ao curso/à universidade. Nesse ambiente, as pessoas são diferentes das agentes, que, como se sabe, são negras. O curso é elitizado, o que quer dizer que é acessível à elite. Uma entrevistada enuncia que as pessoas a excluem por ser uma pessoa com deficiência (PCD), mas, na faculdade, é bem tratada. Além disso, para outra agente, o sentimento de pertencimento vem a partir da representatividade, e, como não se percebe representada, não se vê integrada (pertencente).

Conforme descrevi, as agentes não se sentem representadas no curso de medicina. De acordo com as suas narrativas, nessa faculdade, as pessoas são brancas e ricas. Durante as entrevistas, foi-me dito que próximo às formaturas os formandos expõem uma fotografia. As entrevistadas falaram que contam os indivíduos negros presentes na foto e são poucos. Posteriormente, quis verificá-las e, de fato, eles são pouco numerosos. Compreendo que, inquestionavelmente, esse cenário deve mudar, porque é urgente a integração da população negra em todos os espaços sociais.

No caso de Conceição Evaristo, ela menciona que se sente representada pelas demais mulheres negras discentes do curso de medicina, mas não se vê representada enquanto pessoa com deficiência nessa graduação. Portanto, é essencial que a gestão universitária cuide, rigorosamente, das necessidades de pessoas nessa condição para que elas se sintam acolhidas nesse espaço que, infelizmente, reproduz as mazelas existentes na sociedade.

A falta de representatividade na graduação em medicina é uma manifestação do racismo estrutural, visto que esse ambiente foi formado para atender a segmentos racial e economicamente dominantes, perpetuando desigualdades raciais.

A realização deste trabalho foi perpassada por algumas dificuldades e limitações, que foram: 1) os prazos curtos do mestrado – o que implica alguns impedimentos, como, por exemplo, explorar, minuciosamente, cada um dos objetivos deste trabalho – e 2) o fato de potenciais agentes não terem aceitado colaborar – sendo sincera, sequer responderam ao convite. Apesar de eu ter contatado dezessete (17) possíveis participantes, como se sabe, apenas, oito (8) aceitaram contribuir. Ademais, ao longo do curso, enfrentei desafios de ordem pessoal que impactaram o desenvolvimento deste trabalho.

Há entrevistadas que relatam que a escola pública dificultou o início do curso de medicina. Nesse sentido, proponho que uma pesquisa vindoura sugira ações para sanar as dificuldades que os estudantes que vêm de escolas públicas enfrentam quando ingressam no ensino superior. Além disso, sugiro que um trabalho futuro proponha soluções para os espaços formais de denúncia, de modo que acolham e processem, de forma menos morosa, as queixas daqueles que os procuram.

Adicionalmente, recomendo, à Universidade Federal de Juiz de Fora, a implementação de ações institucionais, tais como programas de mentoria, grupos de acolhimento, redes de apoio, ações voltadas ao enfrentamento do racismo estrutural, bem como a ampliação e a consolidação de políticas de permanência – auxílios financeiros, suporte pedagógico e acompanhamento psicossocial –, capazes de assegurar condições materiais e simbólicas aos estudantes.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, W. R. de.; FRAGA FILHO, W. F. Uma história do negro no Brasil. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.
- ALMEIDA, S. L. de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.
- ALMEIDA, A. N. de; SILVA, P. V. da. Desempenho acadêmico e as dificuldades dos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica. **Revista Temas em Educação**, v. 29, n. 1, 2020.
- ALVES, B. M.; PITANGUY, J. **O que é feminismo**. 1985.
- ARAÚJO, F. M.; ALVES, E. M.; CRUZ, M. P. da. Algumas reflexões em torno dos conceitos de campo e de habitus na obra de Pierre Bourdieu. **Revista Eletrônica Perspectivas da Ciência e Tecnologia**, v. 1, n. 1, p. 31-40, 2009.
- ARTES, A.; RICOLDI, A. M. Acesso de negros no ensino superior: o que mudou entre 2000 e 2010. **Cadernos de Pesquisa**, v. 45, n. 158, p. 858-881, 2015.
- BALDIN, N.; MUNHOZ, E. M. B. Educação ambiental comunitária: uma experiência com a técnica de pesquisa snowball (bola de neve). **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, Rio Grande, v. 27, p. 46-60, dez. 2011.
- BARBOSA, E. F. Instrumentos de coleta de dados em pesquisas educacionais. **Educativa, out**, 1998.
- BATISTA, N. C.; FIGUEIREDO, H. A. C. de. Comissões de heteroidentificação racial para acesso em universidades federais. **Cadernos de pesquisa**, v. 50, n. 177, p. 865-881, jul./set. 2020.
- BEAUVOIR, S. de. **O segundo sexo**. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.
- BENTO, T. C.; INOUE, S. R. V. Concepções de mulheres negras sobre autocuidado em saúde reprodutiva. **Saúde Soc.**, São Paulo, v. 33, n. 2, 2024.
- BERSANI, H. Aportes teóricos e reflexões sobre o racismo estrutural no Brasil. **Revista Extraprensa**, v. 11, n. 2, p. 175-196, 2018.
- BEZERRA, T. de M.; MENDES, T. M. Somos todas feministas? Conversa sobre feminismo branco, feminismo negro, mulherismo africana e possível fuga das categorias coloniais de gênero e sexualidade. In: Seminário Internacional em Direitos Humanos e Sociedade, 3., 2021, Plataforma Online. **Anais...** Plataforma Online: editora, 2021.
- BOURDIEU, P. O poder simbólico. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BOURDIEU, P. A dominação masculina. Rio de Janeiro, 11ª ed: Bertrand Brasil, 2012.

BOURDIEU, P. Escritos de educação, 13ª ed. Petrópolis: Vozes, 2012a.

BRASIL. Lei Nº. 12.711, de 29 de agosto de 2012. DOU de 30.8.2012, Disponível em: <[L12711 \(planalto.gov.br\)](http://planalto.gov.br)>. Acesso em: 25 abr. 2024.

BRASIL. Senado Federal. **Novas regras da Lei de Cotas já estão em vigor**. Disponível em: < [Novas regras da Lei de Cotas já estão em vigor — Senado Notícias](#)>. Acesso em: 12 jul. 2024.

BUTLER, O. E. **Kindred: Laços de Sangue**. Tradução de Carolina Caires Coelho. São Paulo: Editora Morro Branco, 2019.

CAREGNATO, R. C. A.; MUTTI, R. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto & Contexto-Enfermagem**, v. 15, p. 679-684, 2006.

CARNEIRO, S. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Racismos contemporâneos. Rio de Janeiro: Takano Editora**, v. 49, p. 49-58, 2003.

CARRASQUEIRA, K.; NIEROTKA, R. L.; CARVALHO, J. M. A. Ações afirmativas no acesso à educação básica: um olhar sobre o Colégio Pedro II. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 40, 2024.

CARRIERI, A. P.; LEITE-DA-SILVA, A. R.; SOUZA, M. M. P.; PIMENTEL, T. D. Contribuições da análise do discurso para os estudos organizacionais. **E&G – Economia & Gestão**, v. 6, n. 12, p. 1-22, jan. 2006.

CAVALCANTI, M. F. R.; SILVA, A. L. Maria Ester de Freitas para além do pioneirismo: crítica e “brasilidade” nos estudos organizacionais. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 21, 2023.

COELHO, J. F. P. **Gritaram-me negra: processos formativos da negritude**. 2016. 104 p. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional) – Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

COLLINS, P. H. O que é um nome? Mulherismo, feminismo negro e além disso. **Cadernos pagu**, 2017.

COLLINS, P. H. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. **Parágrafo**, v. 5, n. 1, p. 6-17, 2017.

CORCETTI, E.; PETINELLI-SOUZA, S. Ações afirmativas no ensino superior brasileiro. **Ex aequo**, n. 44, p. 79-92, 2021.

COSTA, A. L. da. Ações afirmativas e transformações no campo intelectual: uma reflexão. **Educação & Sociedade**, v. 43, 2022.

DIJK, T. A. van. *Cognição, discurso e interação*. KOCH, I. V. (org.). 7. ed. São Paulo: Contexto, 2013. DIJK, T. A. van. *Discurso e poder*. HOFFNAGEL, J.; FALCONE, K. (orgs.). 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

DOMINGUES, P. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, v. 12, p. 100-122, 2007.

EUGENIO, B.; TRINDADE, L. B. Ações afirmativas e permanência de negros/as no ensino superior: as narrativas dos estudantes. **Educere et educare**, Cascavel, v. 12, n. 242, jan./abr. 2017.

FLEURY, M. T. L.; WERLANG, S. R. C. Pesquisa aplicada: conceitos e abordagens. **Anuário de Pesquisa GV Pesquisa**, 2016.

FREDRICH, V. C. R. et al. Percepção de racismo vivenciado por estudantes negros em cursos de medicina no Brasil: uma revisão integrativa da literatura. *Interface (Botucatu)*, v. 26, 2022.

FREIRE, S. **Análise de discurso**: procedimentos metodológicos. 2. ed. Manaus: EDUA, 2021.

FREITAS, M. E. de. O day-after das reestruturações: as irracionalidades e coisificação do humano. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, p. 5-7, 1999.

GARCIA, C. C. **Breve história do feminismo**. 1. ed. São Paulo: Claridade, 2011.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. Editora Atlas SA, 2002.

GOMES, J. B. B. A recepção do instituto da ação afirmativa pelo Direito Constitucional brasileiro. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 38, n. 151, p. 129-152, jul./set. 2001.

GOMES, K. C. **Sucrilhos**. São Paulo: Oloko Records, 2011. Disponível em: <[Criolo - Sucrilhos \(youtube.com\)](https://www.youtube.com/watch?v=...)>.

GONÇALVES, R.; AMBAR, G. A questão racial, a universidade e a (in)consciência negra. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 19, n. 34, p. 202-213, jan./jun. 2015.

GUERREIRO, M. das D.; ABRANTES, P. Como tornar-se adulto: processos de transição na modernidade avançada. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 20, n. 58, p. 157-212, jun. 2005.

GUTIERREZ, L. de S.; SARLET, I. W. Raça, desigualdade e o direito fundamental à educação: as ações afirmativas em uma perspectiva jurídico-constitucional. In: **ENCUENTRO DE INICIACIÓN CIENTÍFICA**, 18., 2006, Porto Alegre.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Ação afirmativa e população negra na educação superior: acesso e perfil discente. Rio de Janeiro, 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Atlas da Violência. Brasília, 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Retrato das desigualdades: gênero e raça. Brasília, 2017. Disponível em: <[Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça - Ipea](#)>.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LAVOR, P. V. **Compliance trabalhista e cultura organizacional**: analisando a efetividade dos canais de denúncia no enfrentamento ao assédio moral. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2024.

LISPECTOR, C. A hora da estrela. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

MAIO, M. C.; SANTOS, R. V. Política de cotas raciais, os “olhos da sociedade” e os usos da antropologia: o caso do vestibular da Universidade de Brasília (UnB). **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 11, n. 23, p. 181-214, jan./jun. 2005.

MARTINS, H. H. T. de S. Metodologia qualitativa da pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 289-300, mai. ago. 2004.

MARTINS, M. T de S. L.; TAQUETTE, S. R. O racismo e o sexismo na trajetória das estudantes de Medicina negras: uma revisão integrativa. **Interface**, Botucatu, v. 28, 2024.

MATHIAS, D. Pertencimento: discussão teórica. **ALEA**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 166-187, jan./abr. 2023.

MICHAELIS. Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Michaelis, 2026. Disponível em: [Elitizado | Michaelis On-line](#).

MICHAELIS. Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Michaelis, 2026. Disponível em: [Retaliar | Michaelis On-line](#).

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MINAYO, M. C. de S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 621-626, 2012.

MINAYO, M. C. de S. Ética das pesquisas qualitativas segundo suas características. **Revista Pesquisa Qualitativa**, São Paulo, v. 9, n. 22, p. 521-539, 2021.

MINAYO, M. C. de S.; GUERRIERO, I. C. Z. Reflexividade como ethos da pesquisa qualitativa. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 4, p. 1103-1112, 2014.

MIZAEL, T. M.; BARROZO, S. C. V.; HUNZIKER, M. H. L. Solidão da mulher negra: uma revisão da literatura. **Revista da ABPN**, v. 13, n. 38, p. 212-29, 2021.

MOREIRA, M. Pra nem morta ser calada: arte afro-brasileira como fortalecimento identitário entre estudantes de medicina. **Saúde em Debate**, v. 45, n. 129, p. 441-450, 2021.

MUNANGA, K. A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil. **Estudos avançados**, v. 18, p. 51-66, 2004.

MUNANGA, K. Considerações sobre as políticas de ação afirmativa no ensino superior. In: PACHECO, J. Q.; SILVA, M. N. da. (Orgs.). **O negro na universidade: o direito à inclusão**. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2007, p. p. 07-19.

MUNANGA, K. Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa de cotas. **Sociedade e cultura**, v. 4, n. 2, p. 31-43, 2001.

OLIVEIRA, A. L. M. de.; WELLE, A.; BATISTA, I. M. **Estudos técnicos sobre a PEC 32/2020. Cadernos da Reforma Administrativa – Caderno 21: Educação Superior Pública sob Ameaça**. Fórum Nacional de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate). Maio, 2021. Acesso em: 01 abr. 2024. Disponível em: < [Estudos técnicos sobre a PEC 32/2020 - Servir Brasil](#)>.

PERDIGÃO, D. A.; CARRIERI, A. de P.; SARAIVA, L. A. S. **O canto da sereia? A educação superior como uma (im)possibilidade de mudança na trajetória profissional da ralé brasileira**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2024.

PEREIRA, M. J. L. de B. Modelos de mudança nas organizações brasileiras: uma análise crítica. In: BJUR, W.; CARAVANTES, G. R. (org). **Reengenharia ou readministração?: do útil e do fútil nos processos de mudança**. Porto Alegre: Editora AGE, 1994.

PEREIRA, A.; PEREIRA, V. Miradas sobre o poder: a nova agência política do movimento negro brasileiro (2004-2021). **Revista Brasileira de História**, v. 41, p. 33-56, 2021.

PINHEIRO, B, C. S. Como ser um educador antirracista. 1. ed. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

PRADO, E. C. do.; SILVA, F. C. da. Política de ação afirmativa e as relações raciais na educação: o caso das cotas raciais da Universidade Federal de Alagoas. **Educar em Revista**, v. 38, 2022.

RESENDE, P. C.; PAULA, G. B.; NOGUEIRA, C. M. M. Egressos de escolas federais e o acesso aos cursos mais seletivos da Universidade Federal de Minas Gerais antes e depois das políticas de ações afirmativas. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 41, 2025.

- RIBEIRO, D. Feminismo negro para um novo marco civilizatório. **Revista Internacional de Direitos Humanos**, v. 13, n. 24, p. 99-104, 2016.
- RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.
- RIBEIRO, D. **Pequeno manual antirracista**. Companhia das Letras, 2019.
- RIBEIRO, D. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- RISTOFF, D. O novo perfil do campus brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, v. 19, n. 3, p. 723-747, nov. 2014.
- ROSA, A. A. da.; MARQUES, E. P. de S. A importância da comissão de heteroidentificação como instrumento de garantia de acesso de negros (as) no curso de medicina da UFGD. In: REUNIÃO NACIONAL ANPED, 41., 2023, Manaus. **Anais...** Manaus: editora, 2023.
- SANTANA, J. C. Lei de cotas, políticas da (in)visibilidade e cidadanias decoloniais. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 48, 2023.
- SANTOS, D. B. R. **Para além das cotas: a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa**. 2009. 215 p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.
- SARAIVA, L. A. S. **Mercantilização da cultura e dinâmica simbólica local: a indústria cultural em Itabira, Minas Gerais**. Orientador: Alexandre de Pádua Carrieri. 2009. 333f. Tese (Doutorado em Administração) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.
- SILVA, L. F. O. A. da et al. Ações afirmativas na educação superior e mobilidade social: um estudo de campo. **Actualidades Investigativas en Educación**, v. 22, n. 2, p. 318-348, 2022.
- SOARES, S. S. D. O perfil da discriminação no mercado de trabalho: homens negros, mulheres brancas e mulheres negras. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, Brasília, 2000.
- SOUZA, D. C. C.; VAZQUEZ, D. A. Expectativas de jovens do ensino médio público em relação ao estudo e ao trabalho. **Educação e Pesquisa**, v. 41, n. 2, p. 409-426, 2015.
- SOUZA, P. G. A. de et al. Perfil socioeconômico e racial de estudantes de medicina em uma universidade pública do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 44, n. 3, 2020.
- THOMAS, A. O ódio que você semeia. Tradução de Regiane Winarski. Rio de Janeiro: Galera Record, 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Aprovados no Sisu são convocados para banca de heteroidentificação. Portal de notícias UFJF, Juiz de Fora, 6 fev. 2026. Disponível em: [Aprovados no Sisu são convocados para bancas de heteroidentificação - Notícias UFJF](#).

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. (UFJF). Medicina – campus Governador Valadares. Governador Valadares, 2026. Disponível em: [Medicina - campus Governador Valadares - Site Institucional da Universidade Federal de Juiz de Fora](#).

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. (UFJF). Ouvidoria Geral. Juiz de Fora, 2026. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/ouvidoria/denuncias-sobre-fraudes-ao-sistema-de-cotas/>.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. **Relatório de atividades da Ouvidoria Especializada em Ações Afirmativas**. 2024. Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. UFJF reduz fraudes nas cotas através das bancas de heteroidentificação. Portal de notícias UFJF, Juiz de Fora, 25 ago. 2022. Disponível em: [UFJF reduz fraudes nas cotas através das bancas de heteroidentificação - Notícias UFJF](#).

VALÉRIO, A. C. de O. et al. Racismo e participação social na universidade: experiências de estudantes negras em cursos de saúde. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 29, 2021.

VALLE, I. R. O lugar da educação (escolar) na sociologia de Pierre Bourdieu. **Revista Diálogo Educacional**, Paraná, v. 13, n. 38, p. 411-437, jan./abr. 2013.

VANIN, I. M. **As damas de branco na biomedicina baiana (1879-1949)**: médicas, farmacêuticas e odontólogas. 2008. 258 p. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

VARGAS, H. M. Sem perder a majestade: “profissões imperiais” no Brasil. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 15, n. 28, p. 107-124, 2010.

VIEIRA, A. da S. Mulheres negras e o desafio de acesso e permanência na educação superior. 2021. Dissertação (Maestría Estado, Gobierno e Políticas Públicas) – Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais e Fundação Perseu Abramo, Belo Horizonte, 2021.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICE A – Mulheres negras que dão nome às agentes do trabalho

Antonieta de Barros: jornalista, professora e política brasileira. Nasce em 11 de julho de 1901 e falece em 28 de março de 1952.

Carolina Maria de Jesus: escritora, cantora-compositora e poetisa brasileira. Nasce em 14 de março de 1914 e falece em 13 de fevereiro de 1977.

Conceição Evaristo: linguista e escritora brasileira. Nasce em 29 de novembro de 1946.

Dandara dos Palmares: guerreira negra do período colonial do Brasil no Quilombo dos Palmares. Nasce em 1654 e falece em 6 de fevereiro de 1694.

Jarid Arraes: escritora, cordelista e poeta brasileira. Nasce em 12 de fevereiro de 1991.

Laudelina de Campos Melo: brasileira militante do Partido Comunista Brasileiro, defensora dos direitos das mulheres e das empregadas domésticas. Nasce em 12 de outubro de 1904 e falece em 12 de maio de 1991.

Maria Firmina dos Reis: professora, compositora e escritora brasileira, considerada a primeira (1ª) romancista negra da América Latina. Nasce em 11 de março de 1822 e falece em 11 de novembro de 1917.

Maria Odília Teixeira: médica e professora universitária brasileira, pioneira na sua área e conhecida por ser a primeira (1ª) médica negra do Brasil. Nasce em 5 de março de 1884 e falece em 1970.

APÊNDICE B – As agentes do trabalho

Antonieta de Barros: a entrevistada é uma mulher negra e, à época da entrevista, estava cursando o quarto (4º) período de medicina. Ela tem vinte e quatro (24) anos e é natural de Belo Horizonte (BH), capital do estado de Minas Gerais. Embora seja natural de BH, mora, desde os três (3) anos, em Conselheiro Lafaiete, município em Minas Gerais. No ensino médio, Antonieta de Barros estudou no Instituto Federal de Minas Gerais. A entrevistada é cotista e discente em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Carolina Maria de Jesus: a entrevistada é uma mulher negra e, na época da entrevista, estava cursando o quarto (4º) período de medicina. Ela tem vinte e um (21) anos e é natural de Juiz de Fora, cidade de Minas Gerais. No ensino médio, Carolina Maria de Jesus estudou em escola pública. A entrevistada é cotista e não é discente em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Conceição Evaristo: a entrevistada é uma mulher negra e, à época da entrevista, estava cursando o quarto (4º) período de medicina. Ela tem vinte e três (23) anos e é natural de Visconde do Rio Branco, município em Minas Gerais. Conceição Evaristo estudou em escola pública no ensino médio. A entrevistada é cotista e, ao ser questionada se é discente em situação de vulnerabilidade socioeconômica, diz que é um pouco diante do curso que faz. Ela é uma pessoa com deficiência (PCD) e usa cadeira de rodas.

Dandara dos Palmares: a entrevistada é uma mulher negra e, na época da entrevista, estava cursando o quinto (5º) período de medicina. Ela tem vinte e um (21) anos e é natural de Bugre, cidade de Minas Gerais. Dandara dos Palmares estudou em escola pública no ensino médio. A entrevistada é cotista e discente em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Jarid Arraes: a entrevistada é uma mulher negra e, à época da entrevista, estava cursando o quinto (5º) período de medicina. Ela tem vinte (20) anos e é natural de Conselheiro Lafaiete. No ensino médio, Jarid Arraes estudou em escola pública. A

entrevistada é cotista e não é discente em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Laudelina de Campos Melo: a entrevistada é uma mulher negra e, na época da entrevista, estava cursando o nono (9º) período de medicina. Ela tem vinte e três (23) anos e é, também, natural de Visconde do Rio Branco. No ensino médio, Laudelina de Campos Melo estudou em escola pública. A entrevistada é cotista e não é discente em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Maria Firmina dos Reis: a entrevistada é uma mulher negra e, à época da entrevista, estava cursando o nono (9º) período de medicina. Ela tem vinte e dois (22) anos e é natural de Ponte Nova, município no estado de Minas Gerais. Maria Firmina dos Reis estudou no Instituto Federal de Minas Gerais – o IFMG, de Ponte Nova, sua cidade – no ensino médio. A entrevistada é cotista, entrando, conforme conta, com a cota de escola pública e a racial. Maria Firmina dos Reis não é discente em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Maria Odília Teixeira: a entrevistada é uma mulher negra e, na época da entrevista, estava cursando o terceiro (3º) período de medicina. Ela tem vinte (20) anos e é natural de Tombos, cidade do estado de Minas Gerais também. Maria Odília Teixeira estudou no Instituto Federal Fluminense (IFF), Campus Itaperuna, no ensino médio. A entrevistada é cotista e não é discente em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

APÊNDICE C – Roteiro das entrevistas

1. Idade.
2. Naturalidade.
3. Origem escolar.
Para você, essa proveniência facilita ou dificulta, atualmente, os seus estudos? Por quê?
4. Você é cotista?
Se sim, foi discriminada, no curso/na universidade, por isso?
5. Período do curso.
6. Você é discente em situação de vulnerabilidade socioeconômica?
Se sim, foi discriminada, no curso/na universidade, por isso?

Uma mulher negra pode enfrentar preconceitos de natureza racial, de gênero, interseccionalidade (combinação de racismo e machismo), socioeconômicos e culturais.
7. Você sofreu algum tipo de preconceito ou racismo no curso/na universidade?
Se sim, por favor, conte-me a situação vivenciada.
8. Após o ocorrido, você fez a denúncia na universidade?
Se sim, foram tomadas medidas em relação ao que aconteceu?
Se não, por que deixou de fazê-la?
9. Você se sente integrada (pertencente) ao curso/à universidade? Por quê?
10. Você se sente representada no curso? Por quê?
11. Como é ser mulher negra nesse ambiente?
12. Quais são os desafios enfrentados, por você, no curso/na universidade?
13. Sugira, por gentileza, melhorias, ao curso/à universidade, no que diz respeito à sua vivência nesse ambiente.

APÊNDICE D – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Gostaria de convidar você a participar como voluntária da pesquisa Experiências vivenciadas pelas mulheres negras discentes dos cursos de medicina de uma Instituição Federal de Ensino Superior da Zona da Mata Mineira, sob orientação do Prof. Dr. Denis Alves Perdigão. A razão para a realização desta pesquisa é a elaboração da Dissertação do Mestrado Acadêmico em Administração, de Marinna Ribeiro Galvão, denominada aqui como Pesquisadora, responsável pelas entrevistas e autora do trabalho. Neste estudo, pretendo revelar as experiências vivenciadas pelas mulheres negras discentes dos cursos de medicina de uma Instituição Federal de Ensino Superior da Zona da Mata Mineira.

Se você aceitar participar, realizarei uma entrevista com você, composta, inicialmente, de treze (13) questões. Esta pesquisa aborda questões delicadas, pode violar a sua privacidade e irá consumir um tempo seu para a resposta das perguntas. As entrevistadas terão seus nomes modificados para que não sejam identificadas. Este estudo pode ser útil à exposição de situações de preconceito.

Para participar desta pesquisa, você não terá custo nem receberá vantagem financeira. Apesar disso, se você tiver algum dano advindo das atividades realizadas nesta pesquisa, você tem direito a buscar indenização. Você terá acesso a todas as informações sobre esta pesquisa e poderá decidir participar ou não. Caso opte por participar agora, pode desistir a qualquer momento. Sua participação é totalmente voluntária, e a recusa não resultará em penalidades ou mudanças no atendimento que recebe. A Pesquisadora manterá seu nome em sigilo. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada e seu nome ou qualquer informação que revele sua participação não será compartilhada sem a sua autorização. Você não será identificada em quaisquer publicações resultantes.

Este termo de consentimento está impresso em duas cópias originais: uma ficará arquivada com a Pesquisadora responsável e a outra será entregue a você. A Pesquisadora manterá sua identidade em sigilo, seguindo os padrões profissionais e a legislação brasileira (Resolução Nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações apenas para fins acadêmicos e científicos.

Declaro que aceito participar da pesquisa e que tive a oportunidade de ler e esclarecer todas as minhas dúvidas.

Juiz de Fora, _____ de _____ de 2025.

Assinatura da participante

Assinatura da Pesquisadora

Marinna Ribeiro Galvão

Imperatriz Leopoldina, 902

Cohab Ouro Verde

Três Pontas – MG

37187-126

Fone: (35) 99858-7790

E-mail: marinna.galvao@estudante.ufjf.br

Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) Universidade Federal de
Juiz de Fora (UFJF)

Campus universitário, Pró-reitoria, Sala da PROPP, Rua José Lourenço Kelmer, São
Pedro, Juiz de Fora, 36036-900

E-mail: cep.propp@ufjf.br

Fone: (32) 2102-3788